

**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# Entre o Formal e o Informal

Bairro do Chabá como regenerador de tecido urbano

**Diogo Miguel Palminha Henriques**

(Licenciado)

Dissertação e Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

DOCUMENTO DEFINITIVO

Orientador Científico: Professor Doutor João Sousa Morais

Coorientador Científico: Assistente Convidado Mestre Joana Malheiro

Lisboa, FAUL, Março de 2017



## RESUMO

Este trabalho é uma reflexão sobre um possível futuro para as cidades que se encontram presas na dualidade entre os assentamentos urbanos de carácter formal e os de carácter informal.

Luanda, com cerca de três quartos dos seus oito milhões de habitantes a viver em assentamentos informais, é a cidade base para o desenvolvimento da investigação. Carente de mobilidade e excessivamente dependente da sua zona histórica como pólo urbano, torna-se necessária uma mudança de paradigma que lhe confira funcionalidade e eficiência.

À escala da cidade, a resposta encontrada para estes problemas centra-se no desenvolvimento de novos pólos urbanos que permitam a descentralização da zona antiga, concretizada através do desenho urbano do Bairro do Chabá, de baixa densidade construtiva e amplo espaço público, com um programa multifuncional que articula habitação, trabalho e lazer.

A proposta de intervenção final torna-se uma síntese das premissas que levam ao desenvolvimento do bairro, funcionando como edifício de exceção através de um programa multifuncional. Fazendo a articulação entre a área de habitação e a área lúdica do bairro, inclui as funções de alimentação, trabalho, comércio, educação, lazer e criação. Um percurso onde todo o espectro de interação humana se desenvolve.

**Palavras chave:** Luanda; Formal vs. Informal; Chabá; Pólo Urbano; Centro Multiusos

## ABSTRACT

The presented work is a reflection on the possible future for cities that stuck in between the duality of formal and informal urban settlements.

With approximately three quarters of its eight million inhabitants living in informal settlements, Luanda is the base city for the development of this investigation. Excessively dependent of its historical centre as an urban pole, and also in need of better mobility, it becomes clear a paradigm shift is essential to turn the city into a more functional and efficient area.

In an urban scale, the answer to these problems focuses on the creation of new urban poles/centres that allow a decentralization of the older area, more specifically, with the urban design of the neighbourhood of Chabá. This region was thought as a low density construction area with generous public spaces and a multifunctional program that articulates habitation, work and leisure.

The final intervention proposed is a result of the several premises that lead to the development of the neighbourhood, working as an exception building, due to its multifunction program. It articulates/makes the connection between the residential and the ludic area of the neighbourhood, including functions like alimentation, work, education, leisure and creation. A path where all the human interaction spectrum is established.

**Key words:** Luanda; Formal vs. Informal; Chabá; Urban Pole; Multiuse Centre



## ÍNDICE

0.Introdução .....	V
1. Luanda .....	3
1.1. Estratégia De Assentamento Inicial.....	4
1.2. Processo De Assentamento.....	5
1.2.1. Xvii .....	6
1.2.2. Xviii .....	8
1.2.3.Xix .....	11
1.2.4.Xx .....	14
1.3.Edifícios De Exceção E Pólos Urbanos .....	24
1.3.1.Cidade Baixa .....	25
1.3.2.Unidade De Vizinhança Prenda .....	27
1.3.3.Mercado De Kinaxixe.....	31
1.3.4.Mercado Informal.....	34
2. Formal Vs. Informal .....	37
2.1contextualização/História .....	38
2.2.O Informal Em Luanda.....	46
2.3.Estratégias De Intervenção Urbana.....	51
2.3.1.Formal .....	51
2.3.1.1.Plano De Urbanização - 1942 - Étienne De Gröer .....	53
2.3.1.2. Plano Diretor - 1961-64 - Fernão Simões De Carvalho.....	56
2.3.2.Informal.....	57
2.3.2.1.Favela-Bairro No Rio De Janeiro .....	58
2.3.2.2. Bairro Josina Machel Em Manica-Zona Peri-Urbana Em Moçambique .....	60
3.Projeto - Pólo Chabá.....	63
3.1.Ponto De Partida .....	65

3.1.1. Pólos Urbanos .....	66
3.2.Cidade.....	67
3.2.1.Espaço Público.....	68
3.2.2.Zona Verde .....	68
3.3.Bairro .....	70
3.3.1.Envoltente.....	72
3.3.2.Programa .....	73
3.3.3.Estrutura Viária .....	75
3.4.Arquitetura Tropical .....	77
3.5.Referências Arquitetônicas .....	82
3.5.1. Edifício Do Instituto Central De Ciências Da Universidade De Brasília .....	82
3.5.2. Centro De Conferências De Córdoba .....	86
3.6.Centro Multiusos Chabá.....	88
4.Considerações Finais .....	97
5.Referências Bibliográficas .....	99
6.Anexos .....	102

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 Reinos Do Congo, Angola E Benguela .....	3
Fig. 2 Vermelho - Pólo Militar; Amarelo - Pólo Comercial .....	4
Fig. 3 Vista De Luanda Demonstrativa Da Diferença De Cotas .....	5
Fig. 4 Planta Luanda 1641, Por Barlaeus .....	6
Fig. 5 Planta Luanda 1698 .....	8
Fig. 6 Planta Cidade Baixa 1755. Vermelho: Construções De Pedra E Cal; Amarelo: Cubatas.....	10
Fig. 7 Perspetiva Luanda 1816 .....	11
Fig. 8 Planta Luanda 1862, Por F. Dutra .....	12
Fig. 9 Planta Luanda 1926 .....	14
Fig. 10 Planta Luanda 1940 .....	16
Fig. 11 Planta Luanda 1968 .....	19
Fig. 12 Plano De Urbanização Da Cidade De Luanda, 1957.....	21
Fig. 13 Planta De Luanda. Verde - Edifícios De Exceção; Amarelo - Pólos Urbanos .	24
Fig. 14 Cidade Baixa - Bairro Comercial.....	25
Fig. 15 Distribuição Do Comércio Até 1965 .....	26
Fig. 16 Unidade De Vizinhança Prenda .....	27
Fig. 17 Unidade De Vizinhança Nº1 (Prenda).....	28
Fig. 18 Bairro Prenda.....	30
Fig. 19 Mercado De Kinaxixe, No Canto Inferior Esquerdo .....	31
Fig. 20 Vista Exterior .....	32
Fig. 21 Vista Interior - Mercado .....	32
Fig. 22 Alçado Sul .....	33
Fig. 23 Planta Piso Do Mercado .....	33
Fig. 24 Corte Longitudinal .....	33
Fig. 25 Mercado Informal.....	34
Fig. 26 Contraste Arquitetónico Formal/Informal Em Luanda .....	37
Fig. 27 Casa Musseque No Século Xx .....	40
Fig. 28 Mapa Cor De Rosa, Acordado Na Conferência De Berlim .....	42
Fig. 29 Expansão Da Área Urbanizada Em Luanda Até 1965.....	43
Fig. 30 Plano De Urbanização De 1942, Étienne De Gröer E David Moreira Da Silva .....	53
Fig. 31 Luanda E As Cidades Satélite, Plano De Urbanização De 1942, Étienne De Gröer E David Moreira Da Silva .....	53
Fig. 34 Cidade Satélite Nº 3 - Perspetiva Cavaleira Da Zona Industrial .....	54

Fig. 33 Cidade Satélite Nº 3 - Perspetiva Cavaleira Do Centro Cívico .....	54
Fig. 32 Representação De Vasco Vieira Da Costa Do Plano De 1942 - Destaque Para A Cidade-Satélite Nº 3 .....	54
Fig. 35 Cidade Satélite Nº 3 - Pormenor Do Centro Cívico E Zona De Habitação H2	55
Fig. 36 Plano Director De 1961-64, Simões De Carvalho.....	56
Fig. 37 Favela Dona Marta, Rio De Janeiro.....	59
Fig. 38 Intervenção Programa Favela-Bairro.....	59
Fig. 39 Pouso Da Favela Dona Marta .....	60
Fig. 40 Bairro Do Chabá Em Luanda .....	64
Fig. 41 Percursos Formados No Musseque .....	65
Fig. 42 Estrutura Verde E Percursos Pedonais Preexistentes.....	67
Fig. 43 Esquema Estrutura Verde Proposta Na Intervenção Urbana Do Chabá.....	68
Fig. 44 Escassa Vegetação Nos Musseques.....	69
Fig. 45 Esquema Espaço Público/Estrutura Verde.....	71
Fig. 46 Esquema Do Programa Da Proposta Urbana.....	75
Fig. 47 Esquema Compositivo Da Malha Urbana .....	76
Fig. 48 Percursos E Praças Existentes Na Envolvente.....	77
Fig. 49 Desenhos Técnicos Liceu Nacional Salvador Correia, 1936 .....	78
Fig. 50 Grelhas, Liceu Do Lobito, 1966 .....	79
Fig. 52 Plasticidade, Edifício Macmahon, 1955 .....	79
Fig. 51 Palas Sombreamento, Edifício Mutamba, 1968, Luanda, Vasco Vieira Da Costa.....	79
Fig. 54 Cine-Esplanada Miramar, 1959 .....	80
Fig. 53 Brise-Soleil, Estação De Caminho De Ferro Da Beira, 1966 .....	80
Fig. 57 Cobertura Ventilada E Uso De Tijolo, Escola Secundária Em Dano, Burkina Faso, 2007 .....	81
Fig. 56 Uso De Galeria E Proteção Solar, Edifício Anangola, 1963 .....	81
Fig. 55 Unísono Entre Materiais E Meio Ambiente, Hospital Escolar Veterinário No Huambo, 1970 .....	81
Fig. 58 Implantação Do Edifício.....	82
Fig. 59 Proteção Solar E Estrutura Prefabricada Visível. ....	83
Fig. 60 Rua E Curvatura Do Edifício .....	84
Fig. 61 Troço De Planta Do Piso Térreo .....	85
Fig. 63 Implantação Do Edifício .....	86
Fig. 62 Multifuncionalidade Do Programa .....	86
Fig. 65 Planta Piso 3 (Promenade) .....	87
Fig. 64 Planta Piso Térreo.....	87

Fig. 66 Planta Piso 5 (Hotel) .....	87
Fig. 67 Modelo De Centro De Congressos.....	87
Fig. 68 Planta Cobertura Intervenção .....	88
Fig. 69 Usos: 1-Administração; 2-Mercado; 3-Refeitório; 4-Edifício De Ensino; 5- Estacionamento.....	88
Fig. 70 Transição Habitação - Recreação.....	89
Fig. 71 Acessos Ao Longo Do Percurso Pedonal Preexistente.....	90
Fig. 73 Alçado Oeste. 1- Pisos De Estacionamento Público; 2-Cargas E Descargas; 3- Silo De Acesso Ao Estacionamento; 4-Estacionamento Público Subterrâneo; 5- Cargas E Descargas; 6-Estacionamento Staff .....	90
Fig. 72 Ponto Gerador Do Edifício .....	90
Fig. 75 Interseção Dos Percursos Pedonais Preexistentes E Praça Gerada .....	91
Fig. 74 Esquício Acesso Ao Silo.....	91
Fig. 76 Corte Longitudinal Bloco Articulador - Silos De Acesso Nos Topos, Zonas Húmidas No Nível Superior (I.S. E Cozinha) E Permeabilidade No Piso Térreo	92
Fig. 77 Percurso Até Jardim Suspenso E Corte Longitudinal Do Edifício De Ensino .	93
Fig. 78 Esquemas Explicativos Do Edifício De Ensino .....	93
Fig. 79 Corte Longitudinal Esquemático - Níveis Públicos E Acessos Verticais .....	94
Fig. 81 Alçado Este - Remate Da Torre - Projeção Da Sombra Do Tijolo Na Fachada .....	95
Fig. 80 Esquema De Organização Da Torre .....	95
Fig. 84 Ventilação Do Mercado .....	96
Fig. 83 Jogo De Sombras Criado Pela Saliência Das Molduras Ao Longo Da Fachada Este Do Mercado .....	96
Fig. 82 Esquício Do Conjunto - Corte Pelo Percurso Preexistente E Praça Central ...	96



## 0.INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de Luanda é feito com base num confronto entre realidades urbanas. Numa fase inicial, num âmbito de estratégia de assentamento de funções, com dois pólos urbanos: administrativo, à cota alta, e comercial, à cota baixa. Posteriormente, enquanto que a cidade alta perde relevância, o paradigma urbanístico e arquitetónico na baixa evolui assente num confronto entre duas realidades opostas, entre assentamentos do tipo *formal*, planeadas e associadas ao centro histórico da cidade, e do tipo *informal*, resultantes de autoconstrução por parte do povo luandense. Estes dois extremos existem quase desde a génese da cidade, num jogo de "disputa" territorial: o primeiro na procura de fornecer condições básicas à vida humana, num espaço limitado pelo segundo, que surge numa auréola "estranguladora", que por sua vez tenta subsistir numa cidade em que a discrepância entre classes se torna limitadora.

A presente dissertação é desenvolvida no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, com o tema *Entre o Formal e Informal: Bairro do Chabá como regenerador de tecido urbano*. Este tema surge na sequência do desenvolvimento do desenho urbano, em âmbito académico, do Bairro do Chabá na cidade de Luanda, e consequente consciencialização da relevância que este terreno pode adquirir no contexto do desenvolvimento urbano da cidade. A fazer fronteira com os dois tipos de tecido urbano e relativa proximidade tanto ao centro histórico como ao aeroporto, o bairro torna-se relevante como possível motor da regeneração da cidade.

Neste sentido, o objetivo passa pela abordagem ao pólo urbano como nova centralidade, na busca da revitalização da cidade, articulando os diferentes tipos de tecido urbano através da implantação de programas multifuncionais e da integração de amplos espaços públicos.

Relativamente à metodologia, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, é feita uma contextualização da história da cidade, Luanda. Partindo do contexto em que é descoberta, fatores económicos, sociais e políticos que a condicionam e o consequente resultado na história da sua arquitetura e urbanismo. Ainda aqui, são analisados alguns dos

programas constituintes de tradição luandense, que surgem ou evoluem como pólos urbanos e edifícios de exceção, às diferentes escalas urbanas, arquitetónicas e até sociais.

Num segundo momento, é feita a introdução à dualidade *formal-informal*, começando no seu significado mais global. Posteriormente, é feita uma correlação com as particularidades adquiridas no território luandense, contextualizando-as historicamente. Num contexto de intervenção para a resolução dos problemas criados por esta dicotomia, são analisadas quatro propostas. Duas delas com pressupostos formais: Plano de Urbanização de Étienne de Groer e Plano Diretor de Simões de Carvalho, ambos para a cidade de Luanda, propondo nova circulação e estrutura urbana; e duas com pressupostos informais: Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro e intervenção no Bairro de Manica, numa zona peri-urbana em Moçambique, restaurando as infraestruturas já existentes, munindo-as de condições minimamente formais.

No terceiro e último capítulo, a parte investigacional e a parte interventiva são conjugadas como resposta às problemáticas locais identificadas. Estas consistem na excessiva concentração de serviços na Cidade Baixa acompanhada por um sistema de mobilidade deficiente, às quais se juntam as quantidades exorbitantes de tecido urbano informal. O ponto de partida para a resolução destes problemas, após uma análise às carências de espaço público e de zona verde, é o desenho do Bairro do Chabá como pólo urbano, possível alternativa à Cidade Baixa e potencial regenerador de assentamentos informais. Com a proposta de um programa multifuncional aliado a desenho de baixa densidade construtiva e vasto espaço público, é possível enquadrar o bairro aos standards do século XXI e potenciar este espaço como ponto de partida para possíveis intervenções semelhantes na sua envolvente. À semelhança da definição do plano, também o Centro Multiusos da proposta final reflete as premissas que levam à conceção do bairro: pela sua dimensão e implantação no território, o edifício articula diferentes funções do bairro da mesma forma que o bairro articula diferentes tecidos da cidade.



## 1. LUANDA

Localizada a  $8^{\circ} 48'$  de latitude Sul e  $13^{\circ} 13'$  de longitude Este, Luanda é, na África Subsaariana, a cidade mais antiga de fundação Europeia, estatuto que adquire em 1576, por ordem de uma carta régia<sup>1</sup> cedida a Paulo Dias de Novais (Amaral, 1968: 13).

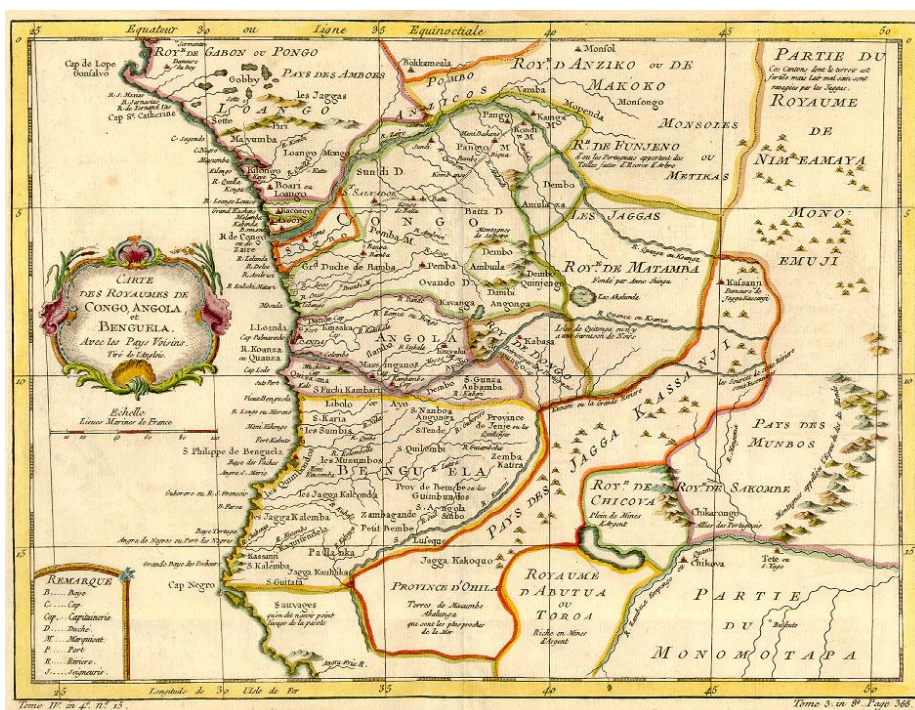


Fig. 1 REINOS DO CONGO, ANGOLA E BENGUELA

FONTE: [http://c3.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/meb025831/5517011\\_6UCiB.jpeg](http://c3.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/meb025831/5517011_6UCiB.jpeg)

Local privilegiado de acordo com as pretensões de expansão do território português, Luanda ficava numa posição de fácil acesso aos reinos do Congo e de Angola. Assim, o morro da fortaleza de S. Miguel tornou-se o local de fundação da cidade. A diferença de cotas<sup>2</sup> entre a baía e o morro levou a uma difícil ligação em termos de percurso e consequente divisão da expansão da malha urbana entre cidade alta e cidade baixa, lado a lado, a Sul da baía. A cota alta tornava-se mais útil para a defesa do território e a baixa para a ligação à baía.

<sup>1</sup> A carta que exige a elevação de Luanda a cidade fá-lo na condição do desenvolvimento da povoação através da criação das vilas necessárias, assim como a construção de três castelos, entre os rios Bengo, a Norte, e Kwanza, a Sul, limites da cidade. A ordem régia é cumprida em 1576, sendo iniciada a construção da Fortaleza de S. Miguel, no então monte de São Paulo, hoje morro da Fortaleza (carta a Paulo Dias de Novais, Chancelaria de D. Sebastião, 1571: 295-299).

<sup>2</sup> O abrupto tinha entre 50 e 60 metros de altura (Amaral, 1968: 17).

Com as condições climáticas pouco favoráveis, como o excesso de calor, humidade e chuvas intensas e os escassos recursos naturais, como a água potável e a vegetação e os terrenos inapropriados para a agricultura, rapidamente pareceu não haver grande valia na manutenção do território. Contudo, as condições topográficas e geográficas favoráveis para a defesa da cidade e do território, respetivamente, bem como o lucro encontrado no escravagismo, tornam-se razões suficientes para a subsistência portuguesa. Assim, apesar da inexistência de qualquer plano, a estratégia inicial segue a linha das cidades marítimas portuguesas, passando pela implantação de um pólo militar e outro comercial (Venâncio, 2013: 37-38).

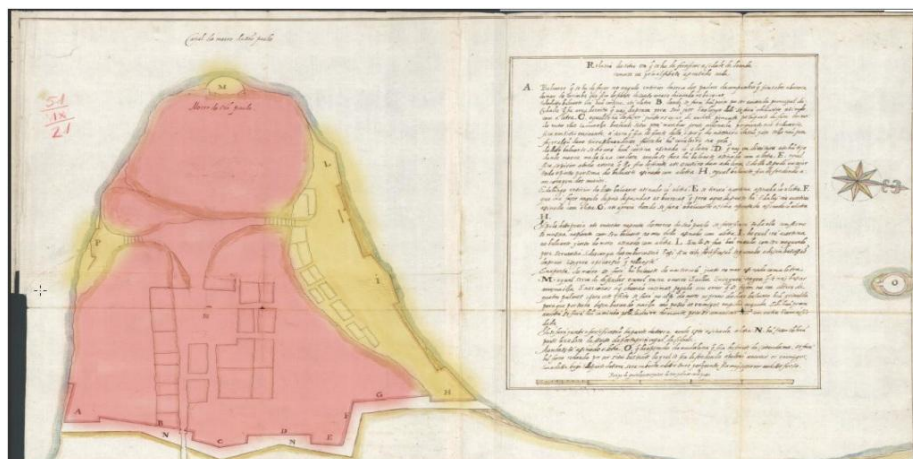


Fig. 2 VERMELHO - PÓLO MILITAR; AMARELO - PÓLO COMERCIAL

FONTE: Esquema realizado pelo autor com base na planta de 1626 IN:

[http://objdigital.bn.br/ACERVO\\_DIGITAL/DIV\\_ICONOGRAFIA/ICON1339708\\_894/ICON1339788.JPG](http://objdigital.bn.br/ACERVO_DIGITAL/DIV_ICONOGRAFIA/ICON1339708_894/ICON1339788.JPG)

### 1.1. ESTRATÉGIA DE ASSENTAMENTO INICIAL

A colonização de Luanda teve como principal objetivo o comércio, através de ligações marítimas e a evangelização, através da construção de novas estruturas religiosas. Também a localização geográfica era propícia à defesa do território.

Devido às condições topográficas propícias, a Cidade Alta transformou-se em pólo militar, administrativo e religioso. Com início a Norte, na Fortaleza de S. Miguel, iniciou-se uma via ao longo da cota alta para Sul, que dava acesso às infraestruturas religiosas e administrativas, formando uma estrutura urbana linear (Venâncio, 2013: 38).

A Cidade Baixa é transformada em pólo comercial, com uma implantação que começa na baía, a Este do morro da Fortaleza, continuando para Oeste, até ao seu sopé, assumindo uma ligação ao porto. Aqui, situam-se todas as infraestruturas de apoio ao comércio, entre as quais habitação, numa planta completamente desordenada, com premissa na construção de casas onde os habitantes entendiam, num aglomerado, sem alinhamentos, "*onde casas de alvenaria e pau-a-pique coexistiam lado a lado.*" (Venâncio, 2013: 42)

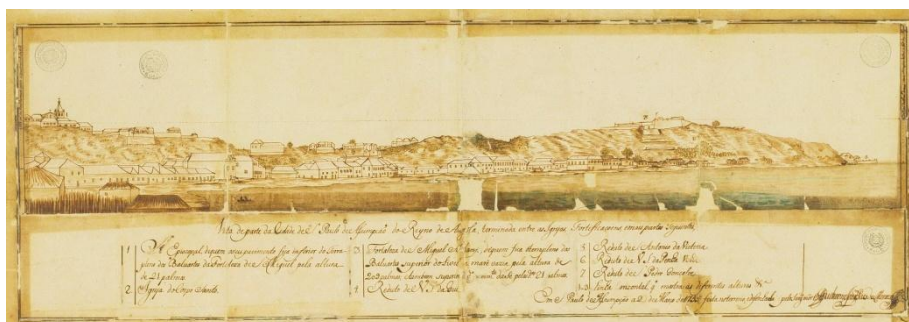


Fig. 3 VISTA DE LUANDA DEMONSTRATIVA DA DIFERENÇA DE COTAS  
FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luanda>

A arquitetura da cidade é resultado da história da cidade: simbolicamente, a importância da Cidade Alta sobrepunha-se à da Baixa. Isto era visível pela existência de uma estrutura urbana linear na primeira ao contrário da segunda, onde as construções eram implantadas desalinhadamente. A autoconstrução dominava, através de materiais existentes no local: paredes de taipa e coberturas de palha.

## 1.2. PROCESSO DE ASSENTAMENTO

O assentamento imediato consiste na manutenção da estrutura linear na Cidade Alta, enquanto que a Cidade Baixa, na proximidade à baía, segue o contorno da mesma, repetindo-o para sul até, eventualmente, se começar a desmaterializar, devido ao aparecimento do musseque, de forma mais descontrolada nas zonas mais periféricas, onde se observa uma expansão disseminada.

### 1.2.1. XVII

No século XVII a manutenção de Luanda como território servia unicamente para produzir e exportar recursos para a Europa, África e América. O comércio é o principal impulsionador de desenvolvimento, observando-se uma baixa densidade construtiva ao longo da praia, com início no sopé a Este do morro da Fortaleza de S. Miguel<sup>3</sup>, alongando-se ao longo da baía. A estrutura espacial apresenta um aglomerado construtivo espontâneo e desorganizado, urbanisticamente irregular e disperso, resultado da geografia e topografia do lugar, mas também de uma despreocupação pelo desenvolvimento da cidade a longo prazo.

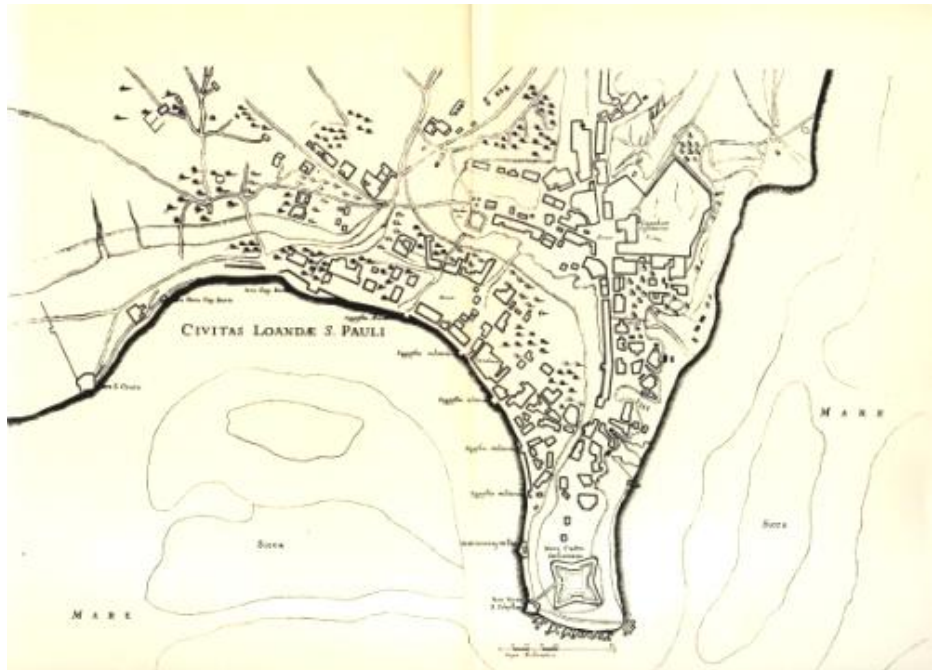


Fig. 4 PLANTA LUANDA 1641, POR BARLAEUS

FONTE: Desconhecida, <https://conquistadeangola.wordpress.com/3-2/>

A cidade alta cresce ao longo do espigão com início na Fortaleza de S. Miguel. Em 1647 observa-se a única rua aqui existente, que fornecia acesso a todas as infraestruturas abrigadas pelo morro, que consistiam, maioritariamente, em palácios e casas apalaçadas (Martins, 2000: 151).

O bairro dos Coqueiros<sup>4</sup> desenvolve-se na Cidade Baixa, com uma identidade que vai perdurando, em parte devido ao contacto com a zona

<sup>3</sup> Primeira fortificação a ser erguida em Luanda, no topo da Cidade Alta, vigiando o Oceano Atlântico.

<sup>4</sup> Primeiro assentamento português, ocupando um aglomerado habitacional autóctone, simbólico também pela manutenção do carácter comercial original, que adquire inicialmente como consequência da proximidade ao cais.

portuária, abrigando *"tabernas e casas de pasto, de mistura com algumas oficinas de artesanato, habitação normalmente murada e com grandes quintais onde os escravos esperavam o embarque"* (Martins, 2000: 153). Ao longo do desenvolvimento do bairro surgem naturalmente ruas que se destacam, ao longo das quais se vive uma intensa atividade comercial e portuária, sendo compostas por construções de dois ou três piso - o térreo acolhia comércio, e os superiores habitação (Martins, 2000: 153).

Desenvolvem-se bairros ligados integralmente ao comércio de escravos em zonas periféricas da cidade. Aqui, na zona baixa, não há referências de alinhamento, sendo que as construções simplesmente se espalhavam, com os espaços vazios muitas vezes a serem ocupados por cubatas<sup>5</sup> (Venâncio, 2013: 42).

Na década de 1670 são encontradas pedreiras<sup>6</sup> que ajudam ao desenvolvimento da construção civil privada, e mais tarde madeira e argila. (Martins, 2000: 143; Venâncio, 2013: 42).

Devido à importância da defesa do território, só na década de 1690 se começa a desenvolver a arquitetura civil, pública e doméstica. Na planta de 1698 observa-se a falta de alinhamento na implantação dos edifícios ao longo dos arruamentos (Martins, 2000: 145).

O orçamento com fins militares retira a possibilidade de um investimento necessário para desenvolvimento da arquitetura pública. *"Podemos dizer que a evolução da cidade sempre esteve ligada às vicissitudes da instabilidade económica e falta de investimento."* (Martins, 2000: 144)

---

<sup>5</sup> Construção rudimentar, tipicamente africana, de cobertura cônica, composta por materiais locais, normalmente folhas ou palha, onde os escravos eram "guardados".

<sup>6</sup> Resultando num grande desenvolvimento da construção civil privada, tendo em conta que os materiais anteriormente usados eram predominantemente locais, como ramadas ou adobe, com a exceção de construções de particular relevância, para as quais os materiais eram lentamente exportados do Brasil e de Portugal (Martins, 2000: 143; Venâncio, 2013: 42).



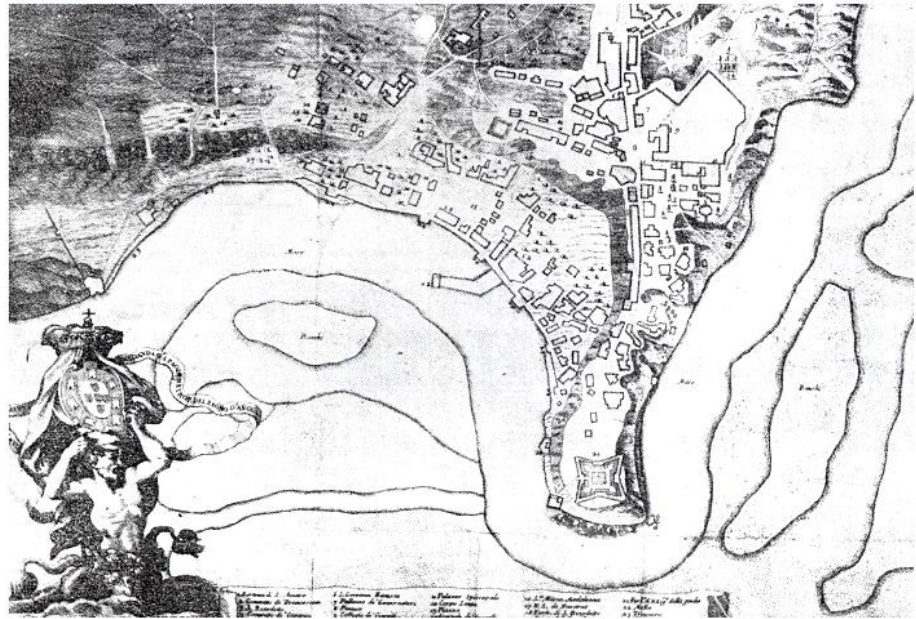


Fig. 5 PLANTA LUANDA 1698

FONTE: PEPETELA: *Luandando*, pp. 22-23

Durante o século XVII, a arquitetura em Luanda caracteriza-se, geralmente, pela construção robusta, de linhas simples, sem grande decoração e proporções equilibradas. Até ao século XVIII, o desenho da cidade resume-se a implantações de edifícios desalinhados, que tornavam quase impercetível a existência de ruas, que eram estreitas, tortas e carentes de higiene e água (Martins, 2000: 144).

#### 1.2.2. XVIII

Do século XVI para o XVIII, a área da cidade passa de 20 para 110 hectares, ao longo dos quais, apesar de várias tentativas de construção de infraestruturas, Luanda continuou sem condições de habitabilidade. O investimento não acompanhou o interesse na manutenção do território por parte da coroa portuguesa (Martins, 2000: 150).

Progressivamente, a implantação dos edifícios começa a tornar a composição das ruas mais perceptíveis. O bairro dos Coqueiros, o primeiro da cidade, vai-se mantendo o mais povoado da cidade baixa, composto por *"ruelas tortuosas definidas por casas de pedra e cal, de pau-a-pique e cubatas"* (Martins, 2000: 154), além de refúgio de muitos mercados informais. Começa a verificar-se, logo nesta época e neste bairro em particular, contradições na cidade, tais como a mistura casual tanto de

casas de pedra e cal e adobe, como das mais precárias e insalubres, nos interstícios do bairro.

No início do século, calcetam-se as principais ruas da cidade e constroem-se as primeiras calçadas na ligação entre a cidade alta e a baixa. Entre 1698 e 1755, de acordo com as plantas das devidas datas, os princípios de desenvolvimento são o desenho da praia e, conforme o desenvolvimento da cidade, as linhas das barrocas (Martins, 2000: 154; Venâncio, 2013: 42).

Verificava-se o crescimento do tráfico de escravos, com consequente desenvolvimento do comércio, e torna-se obrigatório o abrigo da mão-de-obra indígena, e sucessiva expansão da cidade baixa. Começam por ser construídos, meio desalinhados, edifícios com frente para a baía. Mais tarde, nova fileira de edifícios em frente aos outros. Assim a cidade vai-se desenvolvendo, com os limites cada vez mais afastados da baía, percebendo-se a influência que a mesma tem na implantação das construções, e consequentemente no desenho das ruas. Ao longo deste intervalo de tempo, a malha vai adensando: as construções vão aumentando em número, sendo implantadas livremente (Martins, 2000: 154; Venâncio, 2013: 42-43).

Em termos do carácter dos edifícios, na cidade alta eram mais homogêneos e imponentes, volumetricamente horizontais e simétricos - aqui, os sobrados e casas nobres eram puramente residenciais. Na baixa, as diferentes tipologias espalhavam-se por todo o lado, com as cubatas dos africanos inclusive - os sobrados e casas nobres juntavam como funções o comércio e o armazenamento (Martins, 2000: 156-157).

Grande parte da população vivia em casas de pau-a-pique<sup>7</sup> alugadas aos padres jesuítas no bairro dos Coqueiros, o que resultava numa construção de edifícios privados pequena e parca em qualidade (Martins, 2000: 157).

---

<sup>7</sup> Técnica construtiva realizada através do entrelaçar de estacas verticais e horizontais, cobertas com barro.

Através da planta de 1755 (Fig. 6), observa-se um desenvolvimento radiocêntrico, acompanhando os arcos desenhados pela barrocas do planalto, ou seja, um desenvolvimento com a topografia como ponto de partida. Luanda estava confinada a um perímetro definido pelos fortes construídos durante o século XVII (Venâncio, 2013: 42).

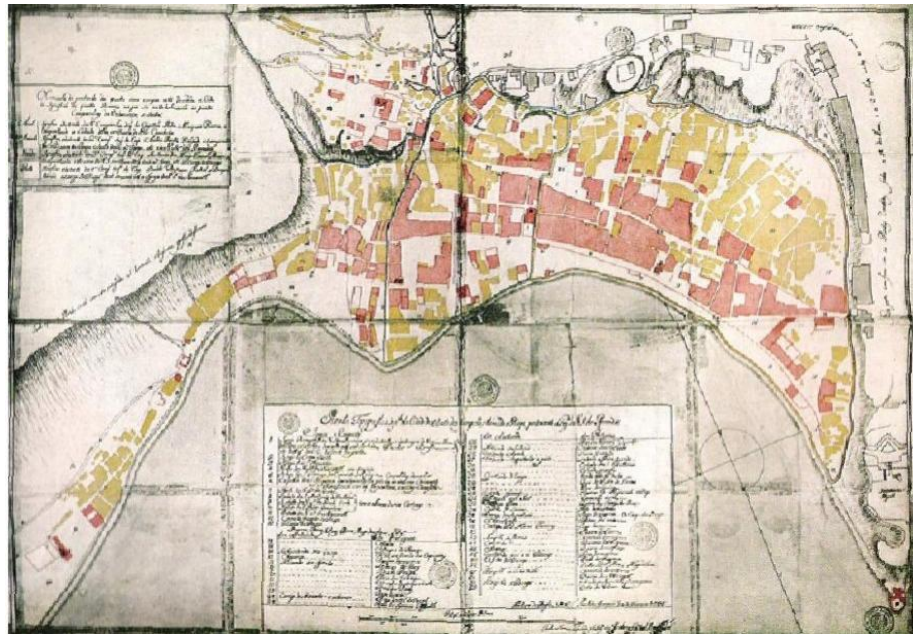


Fig. 6 PLANTA CIDADE BAIXA 1755. VERMELHO: CONSTRUÇÕES DE PEDRA E CAL; AMARELO: CUBATAS  
FONTE: AMARAL, Ilídio do: *Luanda (Estudo da Geografia Urbana)*, 1968, Fig. 6

As reformas pombalinas<sup>8</sup> surgem, em 1764, na forma da construção do Passeio Público, uma nova artéria da cidade, finalizada em 1774, para além do aparecimento de algumas ruas e calcetamento de tantas outras. Em 1779 são finalizadas duas ruas calcetadas que permitiam uma ligação mais acessível entre a cidade alta e a cidade baixa. Também junto à baía, a materialização do Passeio Público e a construção de uma linha ferroviária aproximaram as características da cidade às portuguesas, apesar da inexistência de uma correlação entre desenvolvimento das ruas e a forma como as construções eram implantadas (Pires, 1950: 9).

Luanda era composta, em 1798, por dez bairros: um na alta, quatro no centro e cinco na periferia. Até ao século XVIII, a cidade cresceu sem qualquer planeamento (Martins, 2000: 160).

<sup>8</sup> "Fruto da política reformista do Marquês de Pombal iniciada, em Angola, pelo governador D. António Álvares da Cunha" (Martins, 2000: 190).



### 1.2.3.XIX

Um dos maiores problemas da cidade era a falta de saneamento básico e inexistência de cemitérios. Em 1801, carta régia determina a construção de cemitérios fora da cidade que ajudassem a definir os limites Sul e Este da mesma (Venâncio, 2013: 46-47).

São construídos também equipamentos, numa tentativa de nutrir a cidade de condições, face às necessidades que esta tinha, como mercados oficiais (Mercado da Quitanda em 1818, Mercado da Caponta em 1875), fornecendo a atividade mercantil e o saneamento necessário, ou pelo menos possível (Martins, 2000: 230-231).



Fig. 7 PERSPECTIVA LUANDA 1816

FONTE: AMARAL, Ilídio do: *Luanda (Estudo da Geografia Urbana)*, 1968), Fig. 14

O traçado da Cidade Baixa assumia, desde o século XVIII, um *"traçado irregular mas com ortogonalidade, seguindo a curva da baía"* (Martins, 2000: 154). O aparecimento de praças e largos ajudavam na ventilação, e em algumas partes assemelhavam-se à cidade portuguesa, como referido, aquando das reformas pombalinas.

Em 1822 dá-se a independência do Brasil<sup>9</sup>, o que gerou agitação política, levando a uma maior preocupação *"com a organização do território, a consolidação demográfica, o desenvolvimento de actividades urbanas, um comércio diversificado, desenvolvimento da indústria de*

<sup>9</sup> Acontecimento que leva à centralização dos interesses coloniais portugueses em África.

*materiais de construção, assim como das artes e dos ofícios."* (Martins, 2000: 214)

Assim, ocorre uma mudança de paradigma: de um cenário que se baseava no aproveitamento da mão-de-obra escrava e no lucro fácil, há uma transição para uma colónia de fixação, através da projeção de novos núcleos urbanos, com consequente aumento de população europeia. Transaciona-se de um urbanismo de intuição para um de planeamento, com medidas concretas relativas às construções e ao seu zoneamento. A população branca fixa-se no centro, aumentando a área da cidade através da expulsão de população para a periferia, para onde também a população estrangeira que vai chegando se desloca (Amaral, 1968: 55).

Pela primeira vez, em 1848, são tomadas medidas de saneamento, (com as ruas a serem limpas), e medidas de organização (como a numeração das portas e a criação de toponímia). A cidade urbaniza-se, mas continua a surgir uma crescente auréola de musseques na sua periferia, com os sobrados e as casas térreas a compor o eixo central da cidade baixa (Amaral, 1968: 55; Martins, 2000: 227).

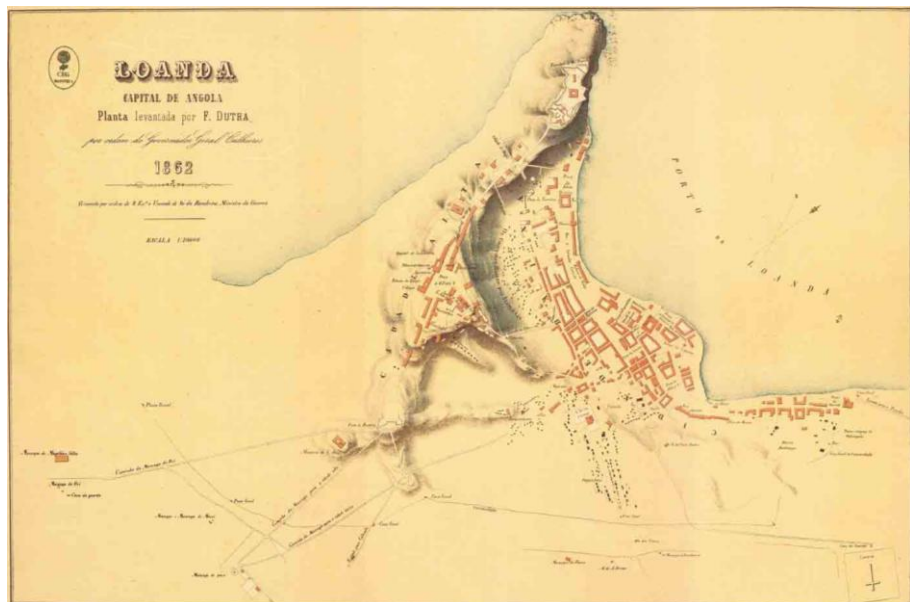


Fig. 8 PLANTA LUANDA 1862, por F. Dutra

FONTE: <http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/AHE-GAVANG-25.jpg>

A abolição da escravatura<sup>10</sup>, em 1869, resulta em novas regras de ordenamento de acordo com preocupações sanitárias e urbanísticas. À medida que a cidade se vai urbanizando, vai sendo rodeada por um conjunto de musseques<sup>11</sup> cada vez maior, que vai perdendo densidade à medida que a distância em relação ao centro vai aumentando (Venâncio, 2013: 49).

A Conferência de Berlim<sup>12</sup>, em 1885, obriga a uma ocupação mais efetiva do território face às outras potências coloniais, emergindo Portugal numa crise. A partir de 1886 é feito um investimento e os resultados são a fixação de colonos, o início da iluminação a petróleo, a crescente urbanização, com a *"reorganização da cidade através da abertura de arruamentos alinhados, da construção de novos edifícios e da demolição de outros, sem plano de urbanização que estivesse à escala das necessidades e que tivesse maleabilidade suficiente para se adaptar a situações transitórias"* (Martins, 2000: 228), a instalação de uma rede de fornecimento de água e o início da construção de infraestruturas ferroviárias, com vários troços a serem construídos ao longo do tempo, até 1908, permitindo o escoamento dos produtos agrícolas provenientes do interior (Venâncio, 2013: 47).

A Cidade Alta passava a ter maior importância simbólica do que física, não passando de um bairro. A Cidade Baixa, por sua vez, atingia o sopé do morro, estando topograficamente impossibilitada de crescer por ali. Até ao fim do século XIX, os limites da cidade não são alterados (Venâncio, 2013: 47).

No fim do século XIX, Luanda albergava cerca de 28.000 habitantes. Estruturalmente a cidade funcionava e a sua morfologia arquitetónica também correspondia. Desta faziam parte *"as casas tradicionais de adobe e*

---

<sup>10</sup> Leva à segregação espacial da população africana, resultando na gentrificação do centro histórico. A população expulsa organiza-se em terrenos pertencentes à burguesia na cidade baixa, clandestinamente, na cintura verde contentora da cidade, em bairros muito densos. (Venâncio, 2013: 49)

<sup>11</sup> Conjugação entre o prefixo "mu" (lugar) e "seke" (areia), é a terminologia que representa as áreas luandenses carentes de organização urbanística e condições de salubridade, resultantes da autoconstrução levada a cabo pelos seus habitantes.

<sup>12</sup> Reunião de vários países europeus com o intuito de criar políticas de fixação nas colónias africanas, o que resultou no mapa cor-de-rosa (Fig. 28).

*de pau-a-pique, os sobrados e igrejinhas barrocas*" (Amaral, 1983: 295). Há um desenvolvimento económico e social nesta altura que inverte a miséria em que a cidade estava submersa (Amaral, 1983: 295).

#### 1.2.4.XX

Até ao século XX, a área da cidade vai expandindo, aparecendo *"novas retículas, sobretudo no sentido Sul e Este."* (Bonito, 2011: 55)

Em 1912 inicia-se a ponte Diogo Cão, para canalizar os ventos, permitindo a ventilação da Cidade Baixa. Isto consistia em romper a cidade alta em dois morros, deixando a Fortaleza de S. Miguel de um lado e o resto da cidade alta do outro (Martins, 2000: 235).

No início da década de 1920 é finalizado o aterro da baía. O seu desenho original é alterado e com este inicia-se uma renovação urbana em Luanda. Através da planta de 1926 observa-se a estagnação do desenvolvimento da Cidade Baixa, apesar do crescimento dos seus limites (Martins, 2000: 235; Venâncio, 2013: 62).



Fig. 9 PLANTA LUANDA 1926

FONTE: PEPETELA: *Luandando*, 1990, pp. 90-91

Até 1930, os limites da cidade mantêm-se, numa área de cerca de 350 hectares, que se verificava desde 1909, apesar do elevado crescimento populacional. Na década de 30 o Estado promove estudos sobre a habitação tradicional urbana, resultando na perceção da importância do adobe como material construtivo e da célula primária habitacional composta por casa e pátio. É estudada a melhoria dos materiais e estratégias de repetição. Para isto, é desenvolvido o fabrico de tijolo e de cal, acelerando a sua produção (Martins, 2000: 255).

No seguimento destes estudos, é iniciado um programa de construção de casas, já em 1942, hierarquizadas de acordo com a função e categoria dos funcionários públicos, a quem eram destinadas. É iniciado um outro programa de construção de bairros sociais para os *indígenas* com menos possibilidades, constituídos por moradias geminadas e isoladas, com programas limitados: um ou dois quartos e cozinha, sem eletricidade e abastecimento de água através de fontanários públicos. Alguns estavam munidos com equipamentos de higiene coletivos compostos por lavadouros, sanitários e casas de banho. Em 1946, é adotada uma tipologia térrea unifamiliar, com um quarto e cozinha ou três quartos e cozinha como programa, que se agrega sucessivamente. O método de agregação vai-se industrializando, procurando a máxima eficiência possível, em termos de uso de materiais e espaço ocupado. É de realçar a grande valorização do quintal no programa, que se tenta incluir em todas estas operações de construção em massa. Quintal e célula mínima compunham a habitação mais elementar (Martins, 2000: 255-259; Venâncio, 2013: 59).

É, principalmente, a partir de 1939 que se notabiliza a densidade de ocupação, o aumento da área urbanizada, assim como a introdução de avenidas e alamedas e pracetas (Martins, 2000: 233).

A partir de 1940, o café torna-se o principal produto de exportação, devido à subida de preços. Esta fonte de rendimento reflete-se na construção civil, na qual é feita um investimento, para além da renovação dos equipamentos (são construídos cinemas e teatros, assim como serviços públicos, novas indústrias, nos quais o betão armado começa a prevalecer) e na melhoria das instalações. Há, por todas estas razões, um aumento populacional considerável, proveniente tanto da Metrópole como do Interior rural de Angola. A área que a cidade ocupava desde o século XVIII aumenta, pela primeira vez, o que é indicativo da densidade que Luanda vinha a atingir. O desenvolvimento agrário, comercial e industrial motivam a construção de um porto comercial, finalizado em 1945 (Amaral, 1968: 59; Martins, 2000: 279; Bettencourt, 2011: 41; Venâncio, 2013: 51).

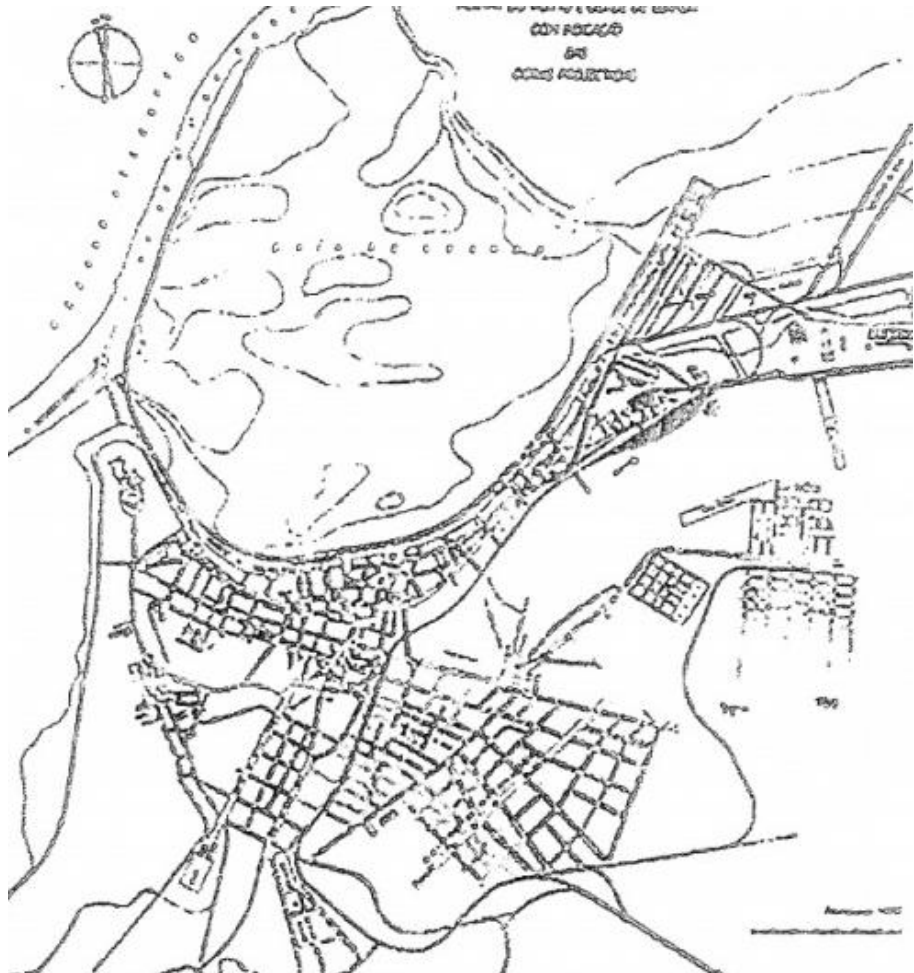


Fig. 10 PLANTA LUANDA 1940

FONTE: *O Século*. Suplemento dedicado ao Império Colonial Português, Lisboa, 1940

Após o final da 2ª Guerra Mundial, em 1944, Marcelo Caetano<sup>13</sup>, funda o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), na tentativa de centrar numa só entidade todos os projetos de arquitetura e urbanismo impulsionados pelo Estado para colónias, com o objetivo de: *"estudar os problemas da urbanização colonial e promover a elaboração de planos de arranjo e expansão das cidades e vilas das colónias; promover levantamentos topográficos dos aglomerados populacionais; elaborar instruções para as autoridades e corpos administrativos sobre ordenamento e crescimento das povoações."* (Tostões, 2014: 82) Anos mais tarde, face a pressões externas anticolonialistas, o GUC passa a denominar-se Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU). Com João António de Aguiar<sup>14</sup> a liderar, e nomes como Francisco Castro Rodrigues e Fernão Simões de Carvalho<sup>15</sup>, atinge-se a perceção da necessidade do trabalho local, e a maior parte dos arquitetos que integravam o Gabinete passam a viver nas colónias. Esta distância da capital imperial traz maior liberdade, que aumenta quando, em 1957, o GUU é dissolvido. *"Pelo contrário, o lugar e o clima revelaram-se fontes de inspiração para a criação de dispositivos reguladores bem imaginativos e que simultaneamente constituíram álibis estimulantes para o fundamento e desenvolvimento de uma linguagem moderna exuberante, plena de plasticidade nos jogos de volumes e efeitos claro-escuro."* (Tostões, 2014: 75)

*"Acredito que o património implica um sentimento coletivo de pertença, e gostaria de relembrar a visão utópica do papel da arquitetura do Movimento Moderno na melhoria das condições de vida para todos, e*

---

<sup>13</sup> Ministro das colónias, que defendia a centralização dos projetos na capital do império, de forma a "criar uma doutrina e um estilo para a arquitectura colonial portuguesa, pois a arquitectura deve ser a arte representativa da comunidade de gostos, maneiras, hábitos, aspirações e ideais de uma colectividade" (Caetano, jornal Diário de Notícias, 1948).

<sup>14</sup> Nascido em 1906, frequentou a Escola de Belas-Artes, obtendo formação de arquiteto. Posteriormente, acompanha Étienne de Gröer e Agache durante os seus projetos em Portugal, afirmando-se como arquiteto urbanista. Integra o GUC aquando da sua formação e começa a liderá-lo em 1949, tendo assinado 33 planos de urbanização para as antigas colónias, entre os quais Luanda, Lobito, entre outros.

<sup>15</sup> Arquitetos de renome, entre outros, que trabalharam com Aguiar, e partiram para as colónias africanas, onde eventualmente ficaram a viver definitivamente, cientes da importância de trabalhar localmente. Lá, tiveram a oportunidade de trabalhar e produzir arquitetura que gradualmente se foi afastando dos valores do regime.

*que este património pode transformar-se num recurso cultural e economicamente sustentável." (Tostões, 2014: 113)*

Assim, o paradigma de urbanização da cidade altera-se e em 1948, através do rasgo dos musseques com avenidas como se de tentáculos se tratassem, acompanhadas de edifícios em altura, sendo implantada uma malha regular. Os bairros antigos são substituídos. A área construída expande-se da baía em direção ao interior da cidade, e a repetição do seu desenho em direção ao interior de Luanda é pontualmente interrompido por praças, largos e ruas transversais, que se direcionam para a praia, adaptando-se também à topografia (Martins, 2000: 279; Venâncio, 2013: 51).

A industrialização da cidade motiva a migração do interior do país para Angola, na procura de uma vida melhor. Este impulso influencia o desenho da cidade: a indústria da construção civil não consegue acompanhar a evolução demográfica, tentando fazê-lo através da construção em altura. O novo substitui o velho, o ferro e o betão substituem a pedra e a cal, as novas vias fazem-se acompanhar de altos edifícios, que substituem a construção térrea; nos interstícios, esta mantém-se, dando-lhe um carácter dual. O carácter português que um dia definiu a cidade é ultrapassado, assim como muitas das tradições populares. A *cidade nova* adapta o Movimento Moderno ao contexto climático em que se encontra, incorporando texturas e sombras nas fachadas e não só (Martins, 2000: 279; Venâncio, 2013: 53).

A evolução que se registava era, paradoxalmente, acompanhada pelos problemas urbanos. Olhando para a planta via-se uma mistura de retalhos, evidenciada por elementos de composição diferentes, compostos por casas de adobe e inúmeros telhados, assim como volumes paralelepípedicos mais destacados, de betão, alumínio e vidro. No geral, pode dizer-se que o resultado do desenho urbano não provinha só do grande crescimento no século XX, mas de todos os acontecimentos, sucessivas destruições e construções desde que a cidade foi fundada. (Martins, 2000: 279; Venâncio, 2013: 51-55)



A partir dos anos 50 as construções clandestinas aumentam extraordinariamente, acrescentando áreas bastante extensas à cidade, em que, considerando a sua génese, se percebe a falta de saneamento básico, eletricidade, água, etc. A cidade vai assim ocupando todas as áreas, independentemente das suas anteriores características. Torna-se então difícil de definir os limites da cidade. *"As principais linhas de expansão da cidade são leste-nordeste e sudoeste, definidas do centro para a periferia em forma de leque, e os musseques vão acompanhando, sempre na borda, essa expansão."* (Martins, 2000: 279)

Os sobrados e os amplos quintais desaparecem, como resultado de um crescimento e densificação caóticos - a cidade é rasgada por novas grandes avenidas onde o betão domina apensar da manutenção de uma estrutura base na Cidade Baixa. A cidade baixa era composta por ruas convergentes orientadas de acordo com os ventos dominantes e cortadas por vias secundárias. As ruas que iam surgindo apertavam cada vez mais a malha, além de se prolongar até zonas de topografia mais vincada (Martins, 2000: 279; Venâncio, 2013: 53-55).



Fig. 11 PLANTA LUANDA 1968

FONTE: LOUREIRO, João: *Memórias de Luanda*, op cit., pp. 12-13

O crescimento comercial do porto é outro motivo do crescimento urbano - até 1970, tanto as exportações como importações vão sucessivamente aumentando (Bettencourt, 2011: 42).

*"A cidade desenvolve-se em dois planos, separados pelas escarpas abarrancadas: o contraste entre as suas áreas - a urbanizada, com padrões urbanísticos e a de sementeira dos musseques sem o benefício da urbanização." (Martins, 2000: 276)*

Com o aumento ilegal das construções definitivas, em 1950 a Câmara Municipal é obrigada a inclui-las nos planos. A chegada de novos arquitetos e o investimento no sector urbano, nesta década, levam ao aparecimento de uma nova linguagem arquitetónica e urbana na cidade: o Movimento Moderno, com o desenho a sobrepôr a desordem, constituindo, ainda assim, uma quebra com o verificado até então. A malha cresce de forma radial, com as praças e alamedas arborizadas que apareciam a garantirem respiração e irregularidade no traçado (Martins, 2000: 260).

Entre 1955 e 1959 são construídos cerca de 900 edifícios, com repercussões claras na planta da cidade, em termos de expansão e densificação, registando-se novas vias para acolher os novos edifícios. *"Os espaços livres deram lugar a novo equipamento urbano. Isto significa que os arruamentos largos ladeados de sobrados e as zonas livres se foram tornando, por necessidade, em ruas estreitas marginadas por altos edifícios de betão com uma utilização intensiva." (Martins, 2000: 260)*

É realizado um plano de urbanização em 1957 com flexibilidade suficiente para resolver os problemas existentes na cidade, principalmente devido ao aumento populacional entre 1930 e 1950. Contudo, a demora desse plano faz com que os problemas já sejam outros, quando este acaba de ser realizado, o que o torna descontextualizado (Martins, 2000: 264-265).



Fig. 12 Plano de Urbanização da Cidade de Luanda, 1957

FONTE: FONTE, Maria Manuela – “Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução”, FAUTL, Tese de Doutoramento, 2007, p.182

A qualidade da habitação melhora, através da substituição de alguns materiais, como por exemplo o adobe e a palha por alvenaria de tijolo e argamassa de cal. O saneamento básico, abastecimento de água e eletricidade e o tratamento de esgotos também são melhorados (Martins, 2000: 260).

A construção clandestina vai acrescentando área à cidade, e a partir dos anos 60 observam-se extensos bairros onde *"as construções cresciam de qualquer forma, sem planeamento ou infraestruturas, sendo a sua qualidade absolutamente inaceitável e sem condições sanitárias."* (Martins, 2000: 247) A deficiência de infraestruturas estava em harmonia com o funcionamento da cidade. A construção de fontanários, a partir de 1960, vem neste sentido, para tentar contrariar o que sucedia. Apesar da

existência de 101 em 1973, a sua distribuição era bastante deficitária, embora parcialmente premeditada, para evitar o seu acesso por parte da população que vivia em construções clandestinas. Entretanto procede-se "*à construção de equipamentos e bairros sociais, monumentos, e infra-estruturas, como pontes, estradas, aeroportos e barragens*" (Bonito, 2011: 57).

A partir de 1970 começa a identificar-se mais vincadamente a influência Corbusiana, com o aparecimento de volumetrias de carácter internacionalista, mais industriais, e uma maior atenção ao conforto habitacional, com melhorias na conceção dos edifícios no que tocava às respostas ao clima. Com o desenvolvimento das atividades económicas, a cidade Baixa expande-se até ao porto e torna-se o melhor lugar para o comércio, administração pública e outros serviços. Esta valorização leva à ocupação dos espaços livres e verdes por edifícios em altura, transformando o centro histórico (Martins, 2000: 269; Bettencourt, 2011: 42-43).

Com a declaração da independência, em 1975, a maioria da população branca regressa a Portugal, com a cidade alta a ficar desocupada, posteriormente ocupada por população angolana regressada do exílio. A cintura verde que se previa construir é ocupada por migrantes rurais - os musseques continuam a surgir, cada vez mais afastados da cidade. Na década de 90, observa-se uma grande expansão dos mesmos com construções assentadas aleatoriamente, habitualmente materializadas em blocos de cimento e chapa de zinco (Bettencourt, 2011: 43-44).

À entrada para o novo milénio, os musseques já haviam perdido a sua estrutura urbana original, devido à constante densificação pelas construções desordenadas. A partir do fim da guerra civil, em 2002, dá-se um grande crescimento económico que se reflete na proposta de projetos urbanos para o centro e periferia da cidade. O desenvolvimento urbano deu-se ao longo das principais vias de ligação do centro à periferia (Bettencourt, 2011: 47).

*"A cidade aparece como um permanente estaleiro de obras de grandes empreendimentos, desde condomínios luxuosos, edifícios de escritórios e habitação, centros comerciais, novas estradas, reabilitação de vias e passeios, até à pintura de fachadas. Por outro lado, continuam deficitárias as redes técnicas de água, esgotos e electricidade, tanto de edifícios como de vias públicas, a rede viária e o estacionamento são deficientes e insuficientes, assiste-se à ocupação ilegal de espaços públicos, à drenagem pluvial ineficiente, à recolha de lixo e limpeza de vias deficitária e a maioria dos edifícios estão em estado mais ou menos acentuado de degradação."* (Bettencourt, 2011: 49)

Hoje, Luanda é uma cidade com carácter dual. Há uma dicotomia clara na cidade no que toca às dimensões das construções: das grandes manchas de casas de nível térreo às ruas contornadas por prédios de grandes dimensões, também eles muitas vezes flanqueados ou engolidos pelas primeiras.

### 1.3.EDIFÍCIOS DE EXCEÇÃO E PÓLOS URBANOS

Os exemplos de edifícios de exceção e pólos urbanos analisados foram escolhidos com base na génese da cultura luandense, que tem como um dos princípios reguladores a comunhão da população em espaços exteriores, tendo em consideração a importância que certos programas podem ter para este fim. Assim, à escala da cidade é analisada a Cidade Baixa, à escala do bairro é analisada a Unidade de Vizinhança do Prenda, à escala do edifício o Mercado de Kinaxixe e por fim é analisado o mercado informal como conceito e importância para os luandenses.



**Fig. 13 PLANTA DE LUANDA. VERDE - EDIFÍCIOS DE EXCEÇÃO; AMARELO - PÓLOS URBANOS**  
FONTE: CARA D'ANJO, Frederico - "Luanda: memória e património como elementos regeneradores do tecido urbano", FAUL, Tese de Mestrado, 2016, p.65

### 1.3.1.CIDADE BAIXA



Fig. 14 CIDADE BAIXA - BAIRRO COMERCIAL  
FONTE: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD25023>

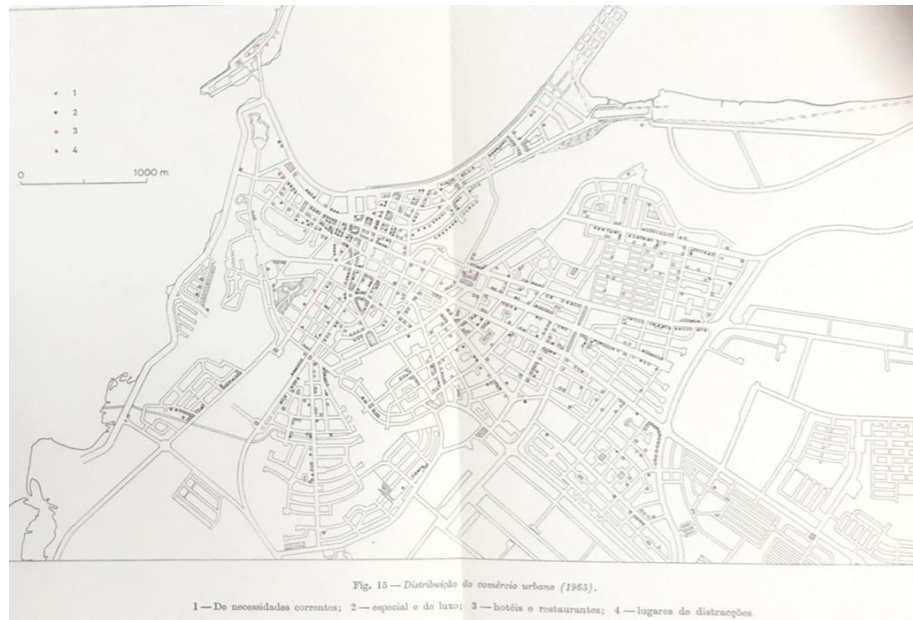
*"Desde os primeiros tempos a cidade ficou dividida em Cidade Alta, sede da administração, e Cidade Baixa, sede do comércio e da indústria. Assim se mantiveram, particularmente a segunda, onde se desenvolveram as funções essenciais do organismo urbano, como as do comércio, da finança, da indústria e do artesanato, as culturais, as diversões, as profissões liberais, a que sempre se juntou a residência." (Amaral, 1968: 111)*

Atualmente, a Cidade Baixa é a mais antiga zona histórica consolidada de Luanda. Possuindo todas as infraestruturas necessárias ao funcionamento da cidade aliada à proximidade com a baía, torna-se um local propício à reunião da população.

A proximidade ao cais explica a evolução deste local como um dos mais importantes de Luanda. De início, face à escassa existência de recursos naturais, o porto tornou-se o local por onde estes chegavam, o que faz com que a Baixa seja dos primeiros locais com estabelecimentos de mercado formal. Evolui, assim, como pólo que concentra praticamente todas as infraestruturas necessárias à população, agregando uma importância de necessidade a uma histórica.



Centro de Luanda desde sempre, ao longo do tempo é observado um jogo de destruição/reconstrução de musseque na sua proximidade, revelador da importância desta zona e das suas infraestruturas para o povo luandense. Os acessos limitados face ao desequilibrado rácio de procura e resposta torna urgente, e cada vez mais notada, a descentralização do local, através da criação de mais pólos (ou a simples distribuição mais equilibrada de infraestruturas pelo território luandense) que possam oferecer quase ou tanto como este. O tráfego automóvel observado e a quantidade de tempo necessária ao seu acesso é sinónimo da falta de preparação viária face ao seu excesso de importância.



**Fig. 15 DISTRIBUIÇÃO DO COMÉRCIO ATÉ 1965**

FONTE: AMARAL, Ilídio do: *Luanda (Estudo da Geografia Urbana)*, 1968), Fig. 15



### 1.3.2.UNIDADE DE VIZINHANÇA PRENDA

Após estagiar com Le Corbusier, Fernão Simões de Carvalho<sup>16</sup> projeta a Unidade de Vizinhança Prenda, em 1963, estando essas influências bem patentes, tanto a nível urbanístico como arquitetónico, da grande à pequena escala.



Fig. 16 UNIDADE DE VIZINHANÇA PRENDA

FONTE: [http://acrimararquitectura.blogspot.pt/2015\\_03\\_01\\_archive.html](http://acrimararquitectura.blogspot.pt/2015_03_01_archive.html)

A Unidade de Vizinhança Prenda é construída sobre o musseque com o mesmo nome e tenta não só responder à falta de habitação na cidade, mas também ordenar a expansão da mesma, numa época de desenvolvimento excessivamente rápido, tanto demográfica como fisicamente, através de tecido urbano informal, em área e densidade. Referia Simões de Carvalho, em 1963, no texto "Luanda e o Futuro": *"Com os seus tentáculos, a cidade tem vindo a anexar criminosamente mais e mais terrenos, provocando como diria Le Corbusier, a "apoplexia do centro e a paralisia nas extremidades". Chegou o momento de se definir a ocupação do solo, de se fixarem as densidades populacionais, de estabelecer o plano do seu equipamento à "escala humana", em suma, de se elaborar o Plano*

<sup>16</sup> Nasceu em 1929 e concluiu, em 1955, o curso de arquitetura na Escola de Belas Artes de Lisboa, ingressando no Gabinete de Urbanização entre 1955 e 1956. Regressa a Luanda em 1959 e desenvolve o Plano Diretor da cidade (1961-62).

*Diretor da Cidade que definirá os princípios que devem guiar a utilização dos terrenos não só da cidade como a Região em que se apoia".(Carvalho, 1963: 27-29)*

Simões de Carvalho defende a hierarquização do sistema viário, através de lógicas diferentes para os grandes e pequenos percursos, assim como a multifuncionalidade que incorporasse trabalho, equipamentos, indústria e serviços com a habitação. Segundo o arquiteto, estes princípios deviam ser aplicados às zonas já sedimentadas, como a Baixa, e não só às novas zonas da cidade. o que possibilitaria a redução de distâncias entre as várias funções da vida urbana (Venâncio, 2013: 109-111; Tostões (Texto de Braga), 2014: 166).

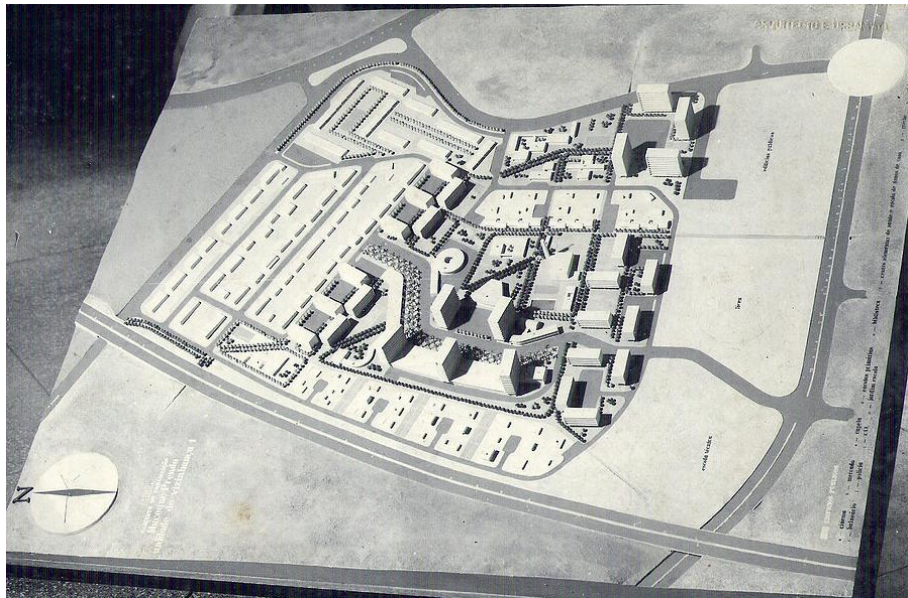


Fig. 17 UNIDADE DE VIZINHANÇA Nº1 (PRENDA)

FONTE: <http://optimisticsuburbia.wixsite.com/portuguese/workshop>

Responsável, também, pela Unidade de Vizinhança de São Paulo, não executada, era perceptível a ideologia seguida, através da projeção de um *desenvolvimento comunitário*, com a inclusão de "uma creche, um jardim-escola, uma igreja e um centro social com centro de emprego. (...) Era esperado que "indígenas" tivessem já melhorado as suas condições económicas, com a ajuda dos centros de emprego criados, e aprendido a habitar através da frequência dos bairros escola onde assistentes sociais os ensinariam a utilizar os equipamentos da casa de banho e cozinha, para que

*posteriormente fossem integrados nas zonas para os "economicamente débeis" das unidades de vizinhança." (Tostões, 2014: 166)*

A Unidade de Vizinhança Prenda é composta por uma rua comercial sinuosa impossibilitando velocidade na estrada, tal como a via de acesso às habitações. No plano original, a maioria dos equipamentos situa-se entre estas duas vias. A rua comercial é ladeada por torres destinadas a habitação ou escritórios. Estavam previstos 1150 fogos, tendo sido inicialmente planeada uma ocupação de uma proporção 2/3 *indígena* e 1/3 europeia, que se oscilasse com o tempo, através das medidas urbanísticas implantadas. O afastamento das estradas de trânsito rápido dos percursos pedonais, em conjunto com os vazios proporcionados pelo assentamento dos edifícios em pilotis visava proporcionar relações de vizinhança e comunhão entre os mais e os menos favorecidos, eram medidas que tinham como fim cumprir a inversão ou pelo menos a alteração do rácio racial da população (Tostões, 2014: 168).

Em termos habitacionais, as tipologias dividiam-se de acordo com as possibilidades económicas dos habitantes: vivendas para a classe alta, habitação coletiva para a classe média e habitação térrea para a população proveniente do musseque. Dentro das tipologias para classe alta, a Oeste, para a população mais abastada, existiam vivendas mais espaçosas; e as vivendas menos espaçosas, maioritariamente geminadas, a Norte. Os blocos de habitação coletiva para a classe média situam-se no centro do bairro, implantados espaçadamente, originando amplos espaços públicos. A Este, as habitações térreas mais económicas, implantadas com proximidade umas das outras, desenhando pequenas praças de reunião popular (Venâncio, 2013: 111).

A nível urbanístico percebe-se uma valorização de aspetos sócio-vivenciais inversamente proporcionais a aspetos de sustentabilidade. A nível arquitetónico, contudo, estas são tidas em atenção, através da primazia de sistemas em semi-duplex, facilitando a ventilação, aliadas à materialidade e ao uso de sistemas de fácil ventilação nas fachadas.

O Bairro não foi finalizado de acordo com os planos de Simões de Carvalho, sendo que entretanto foi novamente *engolido* por musseque, destacando-se, ainda assim, da envolvente, através das construções em altura executadas (as que não foram finalizadas adquiriram um carácter informal, dado que, para além da degradação, tiveram as fachadas *personalizadas* por quem as ocupou).



Fig. 18 BAIRRO PRENDA

FONTE: <http://www.urbanisticatre.uniroma3.it/dipsu/?tag=urban-informality>



### 1.3.3.MERCADO DE KINAXIXE

O Mercado de Kinaxixe é estudado como elemento ordenador para um pólo de expansão da cidade, para além de um programa de grande, à época, importância para o povo luandense, remetendo à evolução cidade e a uma necessidade de formalização ao que se fazia a uma escala de rua e, por vezes, até mesmo de casa, no que toca, em contexto informal, à génese deste programa.



Fig. 19 MERCADO DE KINAXIXE, NO CANTO INFERIOR ESQUERDO

FONTE: <http://spm8146.blogspot.pt/2011/01/luanda-ii.html>

Projetado por Vasco Vieira da Costa<sup>17</sup>, em primeira instância convém referir a importância dada ao clima e problemas sociais como condicionantes prioritárias, tidas como essenciais para o funcionamento dos seus projetos.

Datado de 1950, o Mercado de Kinaxixe surge no Largo do Kinaxixe, nascendo como um projeto que pretende "*definir o lugar como largo ao mesmo tempo que se define como praça tornando o lugar em elemento urbano*" (Grilo, 1998) num local composto por um vazio que não tinha nada para além de história. A planta, de forma retangular, com 100m de comprimento por 60m de largura, compõe um 8, gerado pelas duas praças

<sup>17</sup> Nascido em 1911, licenciou-se em Arquitetura pela Escola de Belas Artes do Porto, em 1945, com a tese "Cidade Satélite nº3". Trabalhou com Le Corbusier entre 1946 e 1948 em Paris, ingressando em Luanda posteriormente, onde trabalhou nos Serviços Técnicos da Câmara Municipal. Em 1979 fundou a Escola de Arquitetura de Luanda, à qual pertenceu até 1982.

interiores, a cotas distintas. Estas praças fechadas remontam aos mercados tradicionais de Luanda, e a planta, de identidade unitária, surge como forma de ordenar os vazios interiores (Tostões, 2014: 124).

No seguimento do volume que divide as praças interiores situam-se, a nível térreo, as entradas para peões. Existiam duas entradas no alçado Poente e uma no Nascente, para entrada e saída de veículos de cargas e descargas (Tostões, 2014: 124).

A nível térreo, o projeto era composto por pórticos em três dos lados, com lojas recuadas, viradas para a rua, o que permitia um percurso sombreado. O mercado situa-se no piso superior, com um espaço composto por galerias com pé-direito de 6m, com bancas de vendas formando ruas interiores, possibilitando uma circulação única aos compradores. Aqui, as paredes são compostas por um brise-soleil de lâminas verticais que circunda todo o edifício, permitindo a permeabilidade do mesmo. Acima deste, existia um outro piso que dava acesso à cobertura habitável do mercado.

O projeto mistura características anteriormente visíveis na cidade, como o uso de pilotis e o pórtico de duplo pé-direito, mas inova através da relação de volumes (inclusive a saliência de várias formas geométricas na cobertura), influência de Le Corbusier. A monotonia dos alçados é quebrada, pontualmente, através da diferença de alturas das grelhas, assim como da introdução de rasgos horizontais e até de caixas de betão coloridas, que funcionavam como galinheiros para os vendedores (Cruz, 2012: 108).



**Fig. 20 VISTA EXTERIOR**  
FONTE: <http://olhares.sapo.pt/o-mercado-do-kinaxixe-foto296561.html>



**Fig. 21 VISTA INTERIOR - MERCADO**  
FONTE: BETTENCOURT, Sandro; PINHEIRA, Jean Charles – “Em Paz Por Terras de Angola”, Zebra Publicações, 2010

Neste projeto, é usada uma linguagem que desafia as imposições do poder colonial, tentando funcionar como impulsionador de mudança no local onde é implantado. O facto de, mesmo como um projeto pragmático no desenvolvimento do território luandense, ter sido demolido em 2008 torna bem patente certas incongruências e faltas de controlo perante medidas tomadas em Luanda.

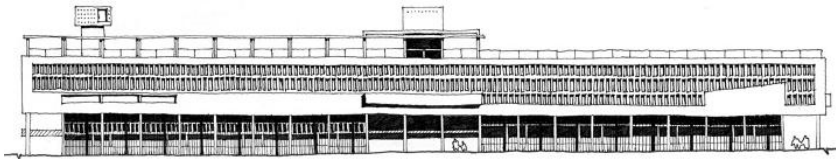


Fig. 22 ALÇADO SUL

FONTE: <http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/>\_\_\_Dibujos

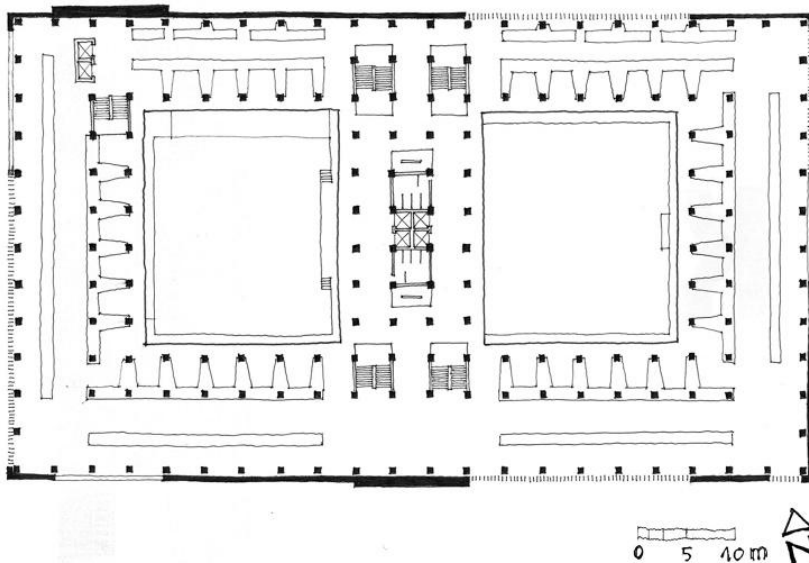


Fig. 23 PLANTA PISO DO MERCADO

FONTE: <http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/>\_\_\_Dibujos

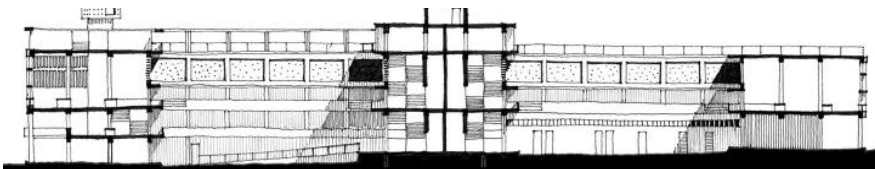


Fig. 24 CORTE LONGITUDINAL

FONTE: <http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/>\_\_\_Dibujos

#### 1.3.4.MERCADO INFORMAL

*"Claro que mercado, em Luanda, implica não só o edifício em si, como todas as ruas adjacentes por onde os produtos em exposição se propagam. (...) Este facto levanta uma vez mais a questão da urbanidade das zonas ditas não-urbanizadas, já que a multi-funcionalidade encontrada e a diversidade de oferta lembram a dos centros das grandes cidades europeias, por exemplo." (Venâncio, 2013: 157)*



Fig. 25 MERCADO INFORMAL

FONTE: <http://www.verangola.net/va/pt/042016/Economia/4089/>

*"O auto-emprego no sector informal constitui uma parte importante das estratégias de sobrevivência das populações urbanas mais carenciadas." (Lopes, 2002: 102)* Por sector informal entende-se um conjunto de comportamentos com a finalidade de produzir lucro, não passando, contudo, pelo controlo das autoridades, sendo que estas têm um alcance bastante limitado em Luanda, face a todas as contingências espaço-sociais, para além de um controlo bastante limitado. A economia informal abrange o comércio retalhista, tanto em habitações, como ruas, estabelecimentos improvisados, praças, mercados, ou sistemas ambulantes. É a existência de sistemas de comércio formais, como o projeto referido no tópico anterior, que permite definir o que se considera



informal (motivos como sobrevivência, evasão fiscal, etc.) (Lopes, 2002: 102-103).

A alta densidade construída, aliada ao clima e cultura dos luandenses valorizam os espaços ao ar livre sombreados, tanto em lazer como para atividades profissionais ou domésticas. A ligação ao campo está patente, principalmente nas gerações mais antigas, com as mais recentes a mostrarem uma adaptação consequente ao local onde cresceram. Daí a importância do quintal.



## 2. FORMAL VS. INFORMAL

É possível definir como *área urbana formal* o que é legal, ou seja, que obedece a "*normas institucionais, legais, administrativas e culturais.*" (Venâncio, 2013: 25) No presente caso, as normas são providas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, de Angola.

Em contraposição, define-se como *informal* a área urbana que não cumpre a legislação *em três fatores: uso do solo; padrões construtivos; infraestruturas* (Jenkins, 2011: 2).



Fig. 26 CONTRASTE ARQUITETÓNICO FORMAL/INFORMAL EM LUANDA

FONTE: <https://ivairs.wordpress.com/2016/08/16/angolahouve-independencia-mas-nao-descolonizacao-das-mentes/>

"A palavra *mussequê*, que em quimbundo significa terra vermelha, é a designação utilizada na Luanda colonial para as áreas caracterizadas pela "ausência de organização urbanística, a precariedade e a insalubridade do povoamento, o amontoamento das populações miseráveis", maioritariamente de origem africana." (Venâncio, 2013: 49)

"Quase podemos afirmar que os *muçiques*, como bairros de miséria e transição, nasceram logo após a criação da cidade, primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas "peças" para exportação, depois como aglomerados de cubatas" (Amaral, 1983: 298)

Em 2005, a Development Workshop<sup>18</sup> realizou um estudo sobre os diferentes tipos de *assentamentos informais* em Luanda, de acordo com estrutura física, época de construção, segurança na posse, qualidade da construção e acesso a infraestruturas e serviços públicos, inventariando nove tipos.

## 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO/HISTÓRIA

O assentamento português em África tem como motivos a evangelização e, principalmente, o comércio. Luanda torna-se particularmente importante por outra razão: o posicionamento geográfico e topografia favorável ao controlo militar. Era uma cidade com a particularidade de aliar a necessidade de defesa numa época ligeiramente pós-medieval, a uma intenção de produzir lucro. À cota alta era possível o controlo militar e à cota baixa a ligação à baía, fundamental nas importações e exportações de recursos comerciais.

A Cidade Alta, como abrigo oficial dos altos cargos e toda a infraestrutura religiosa, evolui com um tecido urbano *formal*, assim como as suas construções. Na Cidade Baixa impera a vontade de produzir lucro, sem outras grandes preocupações, e a forma como se desenvolve é sinónimo disso mesmo: imitando, de forma desordenada, a silhueta da baía, com as construções implantadas sem grandes alinhamentos. Os escravos são a principal fonte de lucro, mas a forma como o "produto" é armazenado em nada se compara com a importância que este tem para as pretensões portuguesas. Nos quintais dos traficantes de escravos surge a mais elementar forma de musseque: armazéns e *cubatas*<sup>19</sup> de *armazenamento*. A falta de interesse e materiais ditava uma construção precária, com materiais rudimentares, como adobe e ramadas. O Bairro dos Coqueiros, como primeiro existente, torna-se o símbolo do que, com o passar do tempo, se verifica em toda a cidade. "*O bairro dos Coqueiros*

---

<sup>18</sup> Organização não lucrativa que fornece assistência a comunidades desfavorecidas nos países em desenvolvimento através de ajuda técnica, treino e projetos de pesquisa relacionados com abrigo, serviços básicos, infraestruturas, subsistência e desenvolvimento económico local, reconstrução pós-conflito e apoio em caso de desastre.

<sup>19</sup> Do quimbundo "kubata", designa casa de madeira coberta de palha.

*manifestava, tanto a nível de tecido urbano como nas suas edificações, as contradições da cidade: por um lado as mais ricas construções de carácter nobre, de pedra e cal e algumas de adobe, e por outro lado, completamente misturadas, as habitações precárias e insalubres dos africanos que se erguiam nos interstícios do bairro." (Martins, 2000: 154)*

Como referido anteriormente, o grande impulsionador de desenvolvimento da cidade é o comércio, encontrando à cota baixa o local mais propício para o desenvolvimento desta atividade. Principalmente durante o primeiro quarto do século XVII, observa-se uma baixa densidade construtiva ao longo da praia, com início no sopé a Este do morro da Fortaleza de S. Miguel, crescendo ao longo da baía. *"A periferia caracterizava-se por uma baixa densidade de ocupação preenchida por cubatas e quintais onde os escravos aguardavam o embarque, com as construções espalhadas a esmo sem qualquer organização." (Martins, 2000: 152)*

No início do século XVIII, calcetam-se as principais ruas da cidade e constroem-se as primeiras calçadas na ligação entre a cidade alta e a baixa. A implantação dos edifícios começa a tornar a composição das ruas mais perceptíveis. Sensivelmente a meio deste século observam-se vários princípios culturais que evoluem e, hoje, são correlativos com a maneira como se vive nos *musseques*. Na cidade alta, a população média por fogo era de 8,1, enquanto na baixa, no centro era de 6,5 e na periferia era 5,1. Assim percebe-se a solidariedade de família e amigos que abrigam outros nas suas casas, como característica intrínseca do povo angolano, e a procura do centro como prioridade. O maior número de habitantes por fogo na alta derivava da maior área dos mesmos assim como do elevado número de escravos domésticos (Martins, 2000: 196).



Fig. 27 CASA MUSSEQUE NO SÉCULO XX

FONTE: Coleção Bilhetes Postais de João Loureiro, IN FERNANDES, José Manuel: *Angola no século XIX: cidades, território e arquitecturas*, p. 86

No início do século XIX ainda se verificava a falta de saneamento básico e inexistência de cemitérios. A independência do Brasil, em 1822 centraliza os interesses portugueses em África, levando a uma política de fixação em Luanda. Observa-se, também, numa segregação social mais vincada, com um jogo de ocupação da baixa entre *formal* e *informal*: enquanto que no centro as construções formais dominam, à medida que a cidade se vai urbanizando, vai sendo rodeada por um conjunto de musseques, com extensão e densidade de acordo com a proximidade ao centro ou não. A toponímia desses bairros assenta em nomes de famílias tradicionais luandenses. A população branca fixa-se no centro, aumentando a área da cidade através da expulsão de população para a periferia, para onde também a população estrangeira que vai chegando se desloca. Em 1848 são oficialmente declaradas "*19 ruas, 12 travessas, 11 praças e largos, 3 calçadas e 3 becos*" (Martins, 2000: 227), sendo que as *cubatas* representavam cerca de 70% das construções habitacionais: observa-se os sobrados no eixo central da cidade baixa, juntamente com as casas térreas, com estas num plano um pouco mais secundário, e os *musseques* continuam a assumir a periferia e marginalidade que lhes são atribuídas na sua génese (Martins, 2000: 227).

O tecido *informal*, na planta de 1862, pela primeira vez, passa a ser representado oficialmente como *musseque*. Com a abolição da escravatura, em 1869, a população africana é expulsa do centro e organiza-se na cintura verde que continha a cidade, composta por plantações de algodão, legumes e tapioca, em bairros muito densos. A urbanização da cidade é sinónimo de tecido *formal* no centro e *informal* progressivamente mais afastado deste. É referida num Relatório de 1875 a intenção da expropriação de bastantes cubatas em diversos bairros para regularização de ruas, assim como abertura de outras (por exemplo, destruição de cubatas no bairro da Ingombota para abrir e regularizar dez ruas). Neste mesmo ano já se registavam 23 ruas, 25 travessas, 29 praças e largos, 9 calçadas e 10 becos (Martins, 2000: 232).

A Conferência de Berlim, em 1885, obriga a fixação de colonos e a uma maior urbanização: embora sem planos de maior relevância, surgem novas ruas, que conferem uma implantação mais regular, e para isto são destruídos vários edifícios para a construção de outros. "*A administração da cidade começou a fazer-se sentir através de obras municipais, limpeza, iluminação pública, arborização, saúde pública pela regulamentação e construção de cemitérios, construção de estradas e arranjos de ruas e aspectos exteriores, etc.*" (Martins, 2000: 230)



Fig. 28 MAPA COR DE ROSA, ACORDADO NA CONFERÊNCIA DE BERLIM

FONTE: <http://knoow.net/historia/historiportug/mapa-cor-de-rosa/>

A expansão do *musseque* no século XX está intimamente ligada à expulsão da população, dando-lhes um caráter de aglomerado-móvel: quando desaparecia de uma área, reaparecia imediatamente na maior proximidade possível. Assim, vão sendo afastados sucessivamente do centro da cidade. A população que se desloca para a cidade leva ao aumento de áreas de *musseque*, visto que, devido à falta de recursos financeiros, era a sua única hipótese de permanência no território. Há, assim, uma simbiose entre a cultura rural angolana no *musseque* e a que já lá se vivia. Em 1926, como resposta à marginalidade social, as construções *informais* surgem na periferia da cidade baixa - causando um aportuguesamento da toponímia no centro e uma manutenção na periferia (Venâncio, 2013: 55).

A gentrificação do centro acontece sucessivamente: *cubatas* são destruídas, aparecendo novamente em áreas mais periféricas, o mais próximo possível. "Deste modo, os *musseques* estiveram e estão em



*constante movimento.*" (Monteiro, 1973: 59) O Estado é paciente relativamente aos terrenos que lhe pertence até ao aparecimento de interesse imobiliário. Os materiais das construções existentes nos *musseques* são não definitivos, passando para definitivos com o passar do tempo, conforme já tenham sido destruídos novamente ou não. A acompanhar o aumento populacional, observa-se um decréscimo de qualificações profissionais por parte da população, resultando na falta de emprego e, em geral, num rácio salário/custo de vida completamente desequilibrado. A única hipótese é a autoconstrução com os materiais existentes no local. Há um défice habitacional também recorrente, devido ao acolhimento de novos habitantes em casas já construídas por familiares ou amigos. *"As principais linhas de expansão da cidade são leste-nordeste e sudoeste, definidas do centro para a periferia em forma de leque, e os musseques vão acompanhando, sempre na borda, essa expansão."* (Martins, 2000: 279)

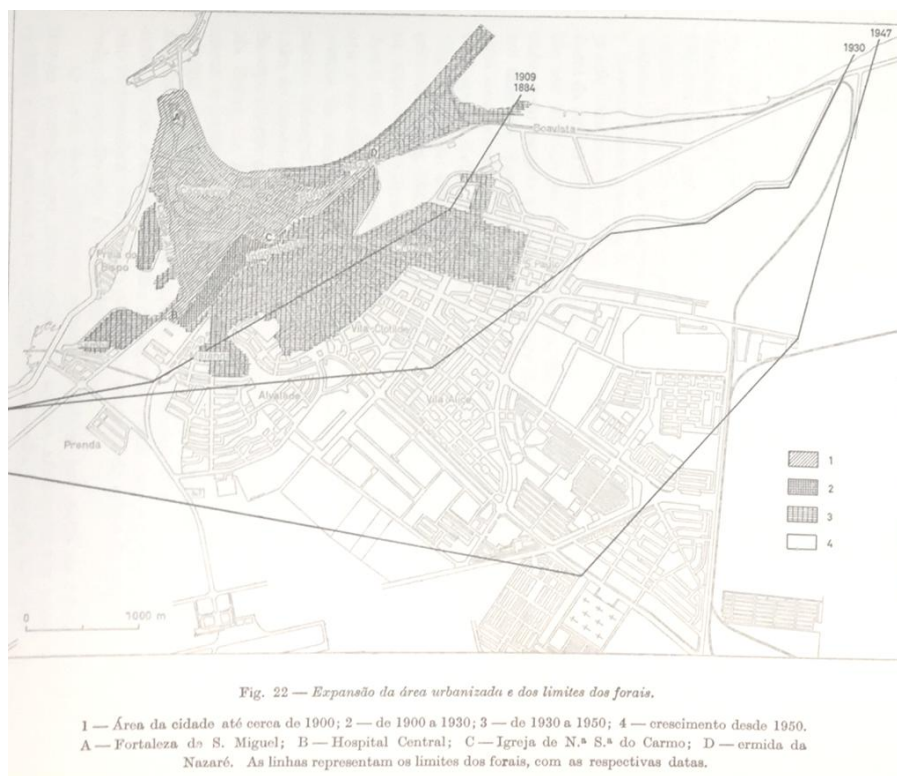


Fig. 29 EXPANSÃO DA ÁREA URBANIZADA EM LUANDA ATÉ 1965

FONTE: AMARAL, Ilídio do: Luanda (Estudo da Geografia Urbana), 1968), Fig. 22

Com o aumento ilegal das construções definitivas, em 1950 a Câmara Municipal é obrigada a incluí-las em planos. A qualidade da habitação no *musseque* melhora, através da substituição de alguns materiais, como por exemplo o adobe e a palha por alvenaria de tijolo e argamassa de cal. O saneamento básico, abastecimento de água e eletricidade e o tratamento de esgotos também são melhorados (Bonito, 2011: 55).

Os planos de urbanização tornam-se suficientemente maleáveis para se adaptarem a situações transitórias. O Estado começa a tentar controlar a habitação social, remetendo a habitação rural a um plano de ordenamento, condicionando as construções a uma planta base (três divisões: quarto, cozinha e alpendre - numa área de 45 metros quadrados), com os materiais cingidos a alvenaria, e chapa ondulada de fibrocimento como cobertura, sem abastecimento de água canalizada (Martins, 2000: 255-256).

*“À medida que a cidade foi progredindo, que ultrapassou o perímetro atrofiado e se expandia, os muceques passaram a ser excluídos da área central, empurrados para o planalto sem obstáculos e sobre ele deslocados por força de cada avanço da frente urbanizante. Assim, situam-se cada vez mais longe do centro urbano e são constantemente ampliados pela chegada de novos imigrantes; coalescem e formam a auréola que marca a passagem da área urbana para o hinterland pobre, onde raream as formas de povoamento com alguma importância.”* (Amaral, 1989: 298)

Ao contrário dos outros locais colonizados por Portugal, em Luanda não existiam leis que levassem a uma segregação racial. Contudo é possível observá-la derivada de segregações económicas e sociais, com a população africana a possuir menos recursos. Assim, o *musseque* abriga maioritariamente esta população. Em 1960, a população portuguesa habitante em Luanda, nos *musseques*, aumenta, com maior tendência *“a localizar-se junto às vias principais ou junto às áreas urbanizadas.”* (Venâncio, 2013: 55). Os problemas de génese dos *musseques*, como a falta de recolha de lixo e ausência de sistema de esgotos e drenagem de águas

pluviais, que se revelava particularmente nociva em épocas de chuva intensa, mantêm-se inalterados (Venâncio, 2013: 55).

Em 1975 é declarada a independência de Angola, e face às alterações sociais é perceptível a dificuldade de adaptação da população do musseque. O *"processo de ocupação da urbe por população oriunda do musseque e de cultura rural, a par do desaparecimento da estrutura urbana e da retirada das pessoas responsáveis pela manutenção dos serviços urbanos, causaram grande deterioração na parte urbanizada de Luanda."* (Bettencourt, 2011: 44) As infraestruturas eram insuficientes e estavam mal preparadas e os hábitos da população não se adaptavam às novas habitações - transição de nível térreo com quintal e sem saneamento para prédios - o que leva à degradação dos edifícios (Bettencourt, 2011: 44).

Observa-se, progressivamente, uma fusão de culturas nas zonas de *musseque*, fruto das variadas populações que migraram, com destaque para a década de 90, na qual se observa uma grande expansão dos *musseques*, e assentamento de construções cada vez mais aleatório, materializadas em blocos de cimento e chapa de zinco (Bettencourt, 2011: 46).

Os assentamentos *informais* em Luanda, principalmente nas áreas periféricas da cidade, representam a segregação social existente. Esta começa logo no período da conquista do território por parte de Portugal. *"A segregação racial e de classes no período colonial, os processos de imigração e o êxodo rural, as consequências na economia das longas décadas de guerra colonial e civil, a própria orientação da economia nacional são aspectos que estão na base para o entendimento da situação urbana actual de Luanda. As falhas nas soluções e na implementação dos planos urbanísticos que foram sendo desenvolvidos, a própria legislação existente e as políticas de ordenamento do território ou a sua inexistência têm vindo a contribuir, de certo modo, para facilitar a expansão e densificação de forma acelerada e desordenada dessas áreas."* (Bettencourt, 2011: I)

## 2.2.O INFORMAL EM LUANDA

*"Cabe aqui referir ainda os musseques, expressão máxima da informalidade urbana luandense, além de espaço de simbiose entre as expressões culturais e sociais africana e europeia."* (Venâncio, 2013: 72)

A origem de tecido *informal* em Luanda está relacionado com a mesma razão que levou à permanência das primeiras frotas portuguesas: obtenção de lucro. Há, ainda que pouca, preocupação com as condições das classes mais altas no que toca às infraestruturas residenciais, religiosas e administrativas, e uma subjugação completa da população indígena, que é vista como mercadoria e *guardada* sem quaisquer condições, nos quintais dos traficantes. Posteriormente, o estigma recai não só sobre a sua descendência como da população que de origem rural, que vai migrando, com o passar do tempo, para Luanda. Os *musseques* para aglomerados de *cubatas*, que se vão multiplicando sem planeamento, surgindo como resposta à marginalidade social. Consequentemente, o espaço organiza-se se forma marginal (Venâncio, 2013: 49).

O *informal* em Luanda tem a particularidade de não representar propriamente uma divisão na cidade, mas sim uma comunhão entre a cidade moderna e o dito *musseque*.

A designação e significado do conceito de *musseque* vai alterando de acordo com a evolução da cidade e todas as alterações que esta implica.

*"A designação "musseque" era dada, no século XVII, às casas de campo dos altos funcionários e religiosos, construídas em zonas arenosas de terra vermelha boa para agricultura (museke) e ficavam sobranceiras à cidade, junto à orla."* (Martins, 2000: 276-277)

*"Essas áreas caracterizam-se pela desigualdade dos padrões de urbanismo, pela diferenciação da construção e dos materiais empregues, assim como das classes sociais que habitam cada uma delas, ou seja, à polarização racial junta-se a polarização de classe, pela falta de água e infra-estruturas como escolas, postos de saúde, recolha de lixos e outros."* (Martins, 2000: 278)

Contudo, quando o bairro dos Coqueiros se urbaniza, a meio do século XIX, a definição de *musseque* passa a associar-se a bairros populares periféricos compostos por casas de materiais não-definitivos, onde habitavam pessoas de condição social baixa (Martins, 2000: 277).

A associação das construções *informais* a doenças é comum: em 1864, todas as *cubatas* dos Coqueiros são demolidas, como resposta a um surto de varíola. (Martins, 2000: 276)

No século XX, a expansão do *musseque* está intimamente ligada à expulsão da população, dando-lhes um carácter de aglomerado-móvel: quando desaparecia de uma área, reaparecia imediatamente na maior proximidade possível. Assim, vão sendo afastados sucessivamente do centro da cidade.

A partir de 1930, passam a ser caracterizados, também, pela sua grande densidade populacional e construtiva (Bettencourt, 2011: 41).

Conforme o número de habitantes de classes altas aumenta, é necessário acrescentar tecido formal, e para isto os *musseques* mais próximo ao centro vão sendo demolidos: são introduzidas grandes avenidas, com edifícios em altura à sua beira, e ilhas de *musseques* no interior dos bairros que estes formam (com o tempo, estes vão, naturalmente, sendo demolidos). A proximidade ao centro continua a ser uma prioridade para todos e, como tal, a população deslocada continua a construir de forma autónoma o mais perto possível. Isto resulta em construção de habitação unifamiliar de piso único, em talhões desordenados, com uma grande densidade nas zonas contíguas às formais, que dilui conforme se afasta criando fragmentos que atravessam os limites da cidade (Venâncio, 2013: 57).

A população do *musseque* começava cada vez mais a estar ciente da constante urbanização, com consequente destruição da sua habitação. Isto tinha consequências nos materiais escolhidos, ou seja, na preferência pelos não-definitivos. Casas de madeira pré-fabricadas através do uso de caixas

de automóveis, que eram possível desmontar em caso de mudança, tornam-se comuns. (Redinha, 1973: 21)

Relativamente a tipologias, as cozinhas e áreas de higiene situavam-se habitualmente no quintal, nas traseiras da casa. O interior só servia para armazenamento e dormida, influência de cultura rural. *"A casa-tipo do musseque é o resultado funcional de uma aculturação urbana da habitação tradicional angolana. Predominam as habitações de planta rectangular, com dois ou três compartimentos, de pé direito geralmente baixo e coberturas de duas ou três águas. As janelas adquirem um aspecto decorativo."* (Venâncio, 2013: 59)

Influências europeias tornam mais comuns as paredes de tijolo e as coberturas de telhas. *"A tipologia dominante em 1973 tem paredes de pau-a-pique, barreadas e rebocadas no interior e, por vezes, no exterior, cobertura de folha de ferro zincada e pavimento de cimento ou terra batida"*. (Venâncio, 2013: 59-61) Com a expansão e densificação dos musseques, o quintal vai diminuindo em termos de área. As plantas das construções eram quadradas ou retangulares, como resultado dos materiais usados (Venâncio, 2013: 58-61).

Desde o fim da guerra, em 2002, que se procura resolver o problema habitacional através da construção de condomínios e de habitação a nível térreo de forma extensiva e, consequentemente, automatizada em áreas periféricas (Bettencourt, 2011: 47).

O professor Fernando A. Mourão caracteriza a malha urbana dos bairros *informais* de Luanda como desordenadas e labirínticas, num crescimento sucessivo, como defesa dos moradores africanos na apropriação do espaço, que é fechado e, portanto, por estes facilmente controlado.

A casa angolana tem origens rurais, desde a simples *cubata*. A urbanização da cidade confere-lhe outros aspetos menos convencionais, observando-se alterações da forma à cor, passando pelos materiais. A autoconstrução por parte do *homem da família* é uma questão de honra,

tornando-se uma tradição que perdura apesar do passar do tempo (Venâncio, 2013: 59).

O quintal era, culturalmente, uma parte compositiva da casa importantíssima, local de socialização, onde também se localizavam a cozinha e os espaços de higiene (apesar da falta de saneamento, podia identificar-se em muitas casas equipamentos como casas de banho, por vezes com latrina - que consistia num simples buraco com assento).

Muitas vezes, as construções destruídas apareciam como anexo noutras de familiares ou amigos dos habitantes desalojados. Com o aumento populacional, observa-se um decréscimo de qualificações profissionais por parte da população, resultando na falta de emprego e, em geral, num rácio salário/custo de vida completamente desequilibrado (Bettencourt, 2011: 56).

As características que os emigrantes provenientes do campo trazem, como uma vida em comunidade, apesar de vivida no *musseque*, transforma-se para uma maior individualidade. A solidariedade africana, com amigos e familiares a serem acolhidos em casas no musseque e o aparecimento do quintal como espaço exterior privado podem ser considerados um paradoxo no que toca à individualidade e à coletividade já mencionadas.

A população migrante confere heterogeneidade, no que toca a raça, etnia e cultura, aos *musseques*. Muito raramente se observava o retorno para áreas rurais pela população desalojada, mas sim a ocupação das áreas imediatamente seguintes. Muitos dos habitantes destas zonas trabalham no setor terciário e mercado *informal*, ou biscates, sobrevivendo com salários muito baixos. A dependência dos agregados familiares é outro problema: para além do défice habitacional recorrente, verificam-se muitas situações em que num fogo onde habitam seis ou sete pessoas, só uma tem rendimentos para sustentar todos os outros (Bettencourt, 2011: 56-57).

A falta de ordenamento e excesso de densidade são problemas que dificultam o controlo de situações como a prostituição e a marginalidade e

degradação, não deixando, contudo, de consistir em grande parte da cultura, no que toca à intensidade e heterogeneidade com que a população vive. Para além disto há grande comunhão por parte do povo em torno de paixões como a música e a dança, que se tornam armas de combate face ao descontentamento para com o regime colonial, tornando as áreas *informais* o local que está na génese da luta contra o poder.

Sociologicamente, é possível verificar uma comunhão de influências tanto rurais africanas como urbanas europeias. Quase é possível identificar um estilo proveniente da disrupção/fricção das diversas influências em choque, que acaba por posicioná-las na mesma direção. O carácter particular da vivência nos *musseques* chega a provocar uma mudança de atitude dentro e fora dos mesmos. São, assim, comuns os casos de poligamia e vida dupla dos seus habitantes (Venâncio, 2013: 55-57).

No que toca a falta de condições de conforto, segurança e habitabilidade, além do risco de desalojamento, os *musseques* não fornecem condições suficientes de saneamento, para além de arruamentos mal definidos, falta de infraestruturas e falta de água e eletricidade. O assentamento é feito, geralmente, em terrenos argilosos, com problemas de drenagem das águas fluviais, e muitas vezes em "*áreas de risco, tais como taludes acentuados, valas de drenagem naturais, depressões com água natural, etc.*" (Bettencourt, 2011: 56) O *musseque* também acaba por funcionar como suporte a um sistema *informal* financeiro, que assenta em comércio na via pública, à própria porta de casa ou aos automóveis presos no tráfego.

Hoje, os *musseques* não são representativos da segregação racial que os caracterizava no período colonial, mas mantêm uma cultura cimentada por todas as fases e alterações já mencionadas. As classes que os habitam continuam a ser a que produz rendimentos mais baixos, vivendo no limiar da pobreza. Problemas mencionados anteriormente mantêm-se, como sistemas de luz e água deficitários, com cortes frequentes e sem acesso a muitas áreas da cidade; falta de saneamento e recolha de lixo (existência de lixeiras junto a habitações). O tráfego automóvel é um



problema derivado do excessivo aumento populacional. As pessoas que trabalham no centro de Luanda, onde se situam a maior parte das atividades, vivem cada vez mais longe daqui.

### 2.3. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO URBANA

Existem inúmeras abordagens que se podem tomar quanto a estratégias de intervenção urbana. Nesta tese o foco foi feito em duas: planos que pretendem organizar e planejar a cidade, a uma escala maior, com pressupostos formais, com base em Luanda por diversos motivos, com foco na escala das intervenções face às necessidades de desenvolvimento da cidade. Numa segunda hipótese, uma abordagem a uma escala mais pequena, eventualmente exequível no seguimento de um planeamento mais amplo, que, remontando a moldes de maior autossuficiência e à ideia de restauro e de autoconstrução pretende formalizar o *informal*, envolvendo a comunidade no desenvolvimento de cada aglomerado construtivo ou mesmo de cada bairro ou zona da cidade, através do fornecimento de recursos técnicos e educativos à população, e criação de infraestruturas institucionais que controlem e guiem o desenvolvimento e as intervenções feitas (sem o controlo, torna-se difícil o desenvolvimento a médio/longo prazo por carência de autoridade).

*"para se dotar Luanda de um plano de urbanização à escala das ruas realidades actuais e necessidades futuras, com a maleabilidade suficiente para se adaptar a certas situações transitórias". (Amaral, 1983: 296)*

#### 2.3.1. FORMAL

Durante o século XX, por várias vezes se tentou o estabelecimento de planos de urbanização na cidade de Luanda, maioritariamente na tentativa de resolução de problemas já existentes: sempre sem sucesso.

Os projetos analisados de seguida surgem numa lógica de importância e influência, porque apesar de não terem sido implantados, pelo menos totalmente, a relevância que tiveram posteriormente no

desenvolvimento urbano para os arquitetos que intervieram na cidade e para o estudo que hoje se faz da mesma é inegável.

As propostas analisadas são o primeiro Plano de Urbanização, que data de 1942, por Étienne de Gröer<sup>20</sup> (e também o desenvolvimento de uma cidade-satélite por Vasco Vieira da Costa, no seguimento desta proposta) e o Plano Diretor, de 1961-64, proposto por Simões de Carvalho. Há alguns pressupostos que convém ter em conta e são comuns no que toca ao ponto de partida para as propostas em análise:

-Em 1865 surge a primeira legislação no que toca à intervenção pública na cidade. Nesse sentido, em 1900 é feito o levantamento da cidade, transpondo-o para uma planta à escala 1:5000. Aqui é possível ver os edifícios mais importantes e a linha do caminho de ferro;

-Entre 1928 e 1960, a área de Luanda torna-se seis vezes maior, o que se justifica pelo assentamento desordenado dos musseques. Este problema era reconhecido, mas não havia grande preocupação em resolvê-lo, até 1942, quando a Câmara Municipal encomenda o primeiro Plano de Urbanização a Étienne de Gröer e David Moreira da Silva<sup>21</sup>;

-A nenhum dos planos referidos foi dado o aval jurídico, embora tenham sido executadas partes de cada um deles.

---

<sup>20</sup> Nasceu em Varsóvia, no ano de 1882, e licenciou-se em arquitetura na Academia Imperial de Belas-Artes de São Petersburgo onde iniciou a carreira. Posteriormente, trabalhou em França, onde desenvolveu inúmeros planos de ordenamento e expansão de cidades. A convite de Duarte Pacheco, então Ministro das Obras Públicas e Comunicações, trazendo o conceito de cidade-jardim. Acabou como um dos principais urbanistas do Estado Novo, coordenando vários planos urbanísticos em Portugal e desenvolvendo o Plano de Urbanização de Luanda de 1942.

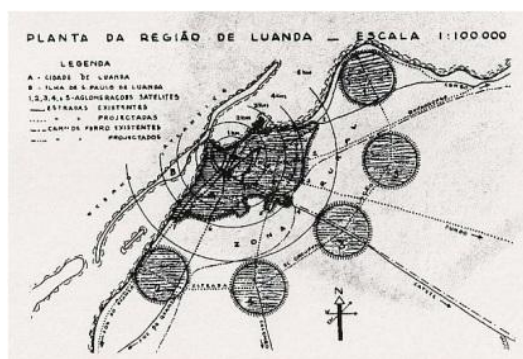
<sup>21</sup> Nasceu em 1909 e licenciou-se em arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto em 1929, tendo depois partido para Paris, onde estagiou e continuou a estudar, tirando os cursos de Arquitetura e Urbanismo em França. Posteriormente, já a viver em Angola, participou com Étienne de Gröer no Plano de Urbanização de Luanda de 1942.

### 2.3.1.1. PLANO DE URBANIZAÇÃO - 1942 - ÉTIENNE DE GRÖER

O primeiro Plano de Urbanização segue a cidade-jardim<sup>22</sup> de Ebenezer Howard, aproximando-se, neste caso, do plano teórico da cidade policêntrica, com um sistema radial de cinco cidades satélite, separadas de Luanda por uma faixa rural de 2km. Com capacidade para 50.000 habitantes cada, ligadas entre si por uma circunvalação, as cidades satélite seriam rodeadas por terreno de caráter rural que garantisse limites. O objetivo principal seria controlar o crescimento de Luanda e impedir o seu congestionamento através da colocação da população excedentária nas *cidades dormitório*. O movimento pendular diário pressuposto pelo plano funcionaria devido ao congestionamento de tráfego que a mesma causaria (Figueiredo, 2008: 53-55).



**Fig. 30 PLANO DE URBANIZAÇÃO DE 1942, ÉTIENNE DE GRÖER E DAVID MOREIRA DA SILVA**  
FONTE: CRUZ, Diogo: Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe, p. 56



**Fig. 31 LUANDA E AS CIDADES SATELITE, PLANO DE URBANIZAÇÃO DE 1942, ÉTIENNE DE GRÖER E DAVID MOREIRA DA SILVA**  
FONTE: CRUZ, Diogo: Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe, p. 56

<sup>22</sup> "O conceito da «cidade-jardim» forma-se no ambiente britânico do último quartel do século XIX, na procura de soluções para o crescimento das grandes cidades, e consubstancia-se no livro de Howard, publicado em 1898, Tomorrow, a Peaceful Path to Real Reform. No texto de Howard, a cidade-jardim constituía um diferente modelo de organização social, económica e territorial. A sua concretização implicaria um novo ambiente residencial de baixa densidade com predominância de espaços verdes." (Lamas, 1990: 311) Ebenezer Howard aplica este conceito em Letchworth (1904), Hampstead (1909) e Welwyn (1919), desenvolvendo-os como pólos alternativos, envolvendo Londres. Em traços gerais, a cidade-jardim surge como alternativa à cidade industrial, integrando a casa e o campo, resultando no conjunto de vivendas ao longo de espaços arborizados, organizados socioeconomicamente.

As cidades satélite 1 e 2 aproveitariam da proximidade à beira mar, ligadas por duas estradas e um caminho de ferro. A cidade 3 seria servida por um caminho de ferro e uma estrada, sendo que o desenvolvimento das cidades 4 e 5 estava dependente do crescimento urbano. (cit. Costa, 1948) No que toca a Luanda propriamente dita, foram designados comércio e indústria para a *baixa* e habitação para a *alta*.

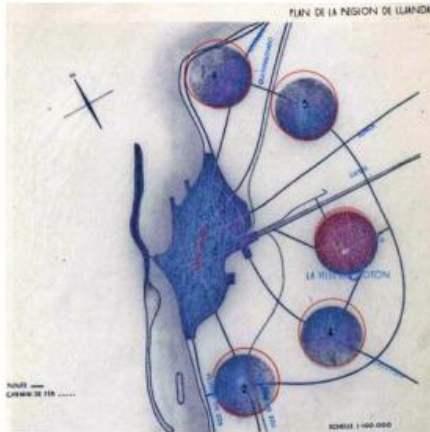


Fig. 34 REPRESENTAÇÃO DE VASCO VIEIRA DA COSTA DO PLANO DE 1942 - DESTAQUE PARA A CIDADE-SATÉLITE Nº 3

FONTE: CRUZ, Diogo: Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe, p. 74

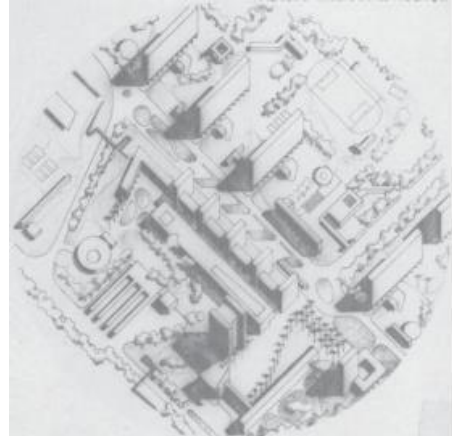


Fig. 33 CIDADE SATÉLITE Nº 3 - PERSPETIVA CAVALEIRA DO CENTRO CÍVICO

FONTE: CRUZ, Diogo: Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe, p. 76

Em 1948, Vasco Vieira da Costa faz uma proposta para a Cidade Satélite nº3 do Plano realizado por Gröer, na qual tenta "*estabelecer uma relação entre os valores da história e os valores tradicionais regionais*" (Martins, 2000: 263), propondo a adição de indústria ligada ao algodão e retirando o carácter de cidade dormitório, através da introdução do conceito de auto-suficiência, para além de limitar a cidade a 40.000 habitantes. Influenciado por Le Corbusier, para quem estagiou antes da

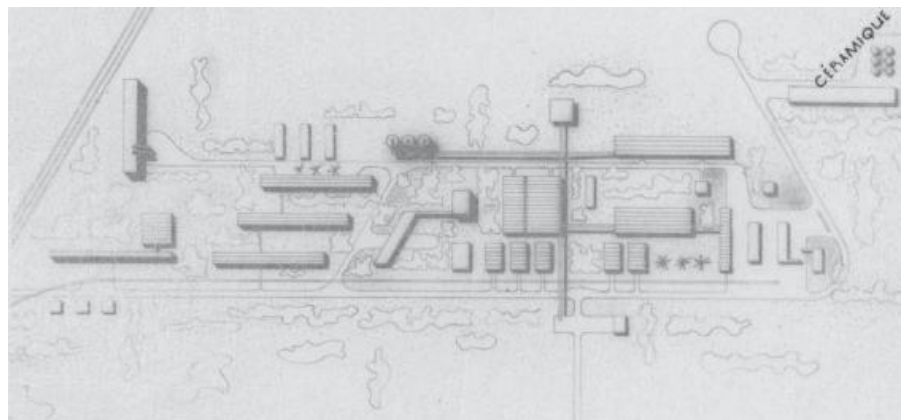


Fig. 32 CIDADE SATÉLITE Nº 3 - PERSPETIVA CAVALEIRA DA ZONA INDUSTRIAL

FONTE: CRUZ, Diogo: Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe, p. 76

realização do projeto, divide categoricamente a cidade, através de um plano de zonamento, composto por "*centro cívico e social, zona industrial, zonas residenciais, espaços livres e zona rural*" (Tostões, 2014: 87) e separa as tipologias de habitação de acordo com os diferentes tipos de família ou habitantes: "*grandes unidades de residência destinadas aos celibatários; habitações coletivas para casais sem filhos ou com um único filho; habitações individuais destinadas a casais com mais de um filho; bairros indígenas*". (cit. Costa, 1950) Faz corresponder uma zona de habitação *indígena*, com tipologia de *cubata*, a um núcleo europeu. A circulação viária proposta separa completamente os peões da circulação mecânica, e a radicalidade da proposta deriva do carácter académico da mesma, que permitiu trabalhar em *tábua rasa* (Martins, 2000: 263; Figueiredo, 2008: 55; Tostões, 2014: 86-87).

A estratégia da criação de cidades satélite é, contudo, abandonada.

Posteriormente, uma proposta de Vasco Vieira da Costa para a Baía de Luanda teve influência na cidade de Luanda, com algumas características que foram repetidas noutras áreas da cidade. O embasamento da marginal que criava percursos protegidos da insolação são reproduzidos noutros sítios, através do rasgo de novos eixos de circulação completados por imponentes edifícios de betão, foi uma delas (Figueiredo, 2008: 63).



Fig. 35 CIDADE SATELITE Nº 3 - PORMENOR DO CENTRO CÍVICO E ZONA DE HABITAÇÃO H2

FONTE: CRUZ, Diogo: Memórias de um Mercado Tropical. O Mercado do Kinaxixe, p. 76

### 2.3.1.2. PLANO DIRETOR - 1961-64 - FERNÃO SIMÕES DE CARVALHO

Simões de Carvalho trabalha em planos a diferentes níveis e escalas simultaneamente, aliando o Plano Diretor a planos parciais, como o do Prenda. Seguindo a Carta de Atenas, Carvalho enfrenta o crescimento descontrolado de Luanda. Apesar de não implantado, o Plano define as diretrizes de circulação e o desenvolvimento do Prenda.



Fig. 36 PLANO DIRETOR DE 1961-64, SIMÕES DE CARVALHO

FONTE: FIGUEIREDO, Wilfred: Oito 48 . 13 Treze: A Habitação Colectia Como Substrato de Urbanização 1950 - 1970, p. 28

No caso do Plano Diretor, há uma renúncia e crítica à cidade radial proposta em 1942. Simões de Carvalho baseia-se na análise do crescimento da cidade e nas suas inter-relações. Para além disto defende a inclusão de zonas de trabalho, indústria e ensino nas zonas habitacionais. O plano viário desenvolve-se em dois grandes eixos de penetração, com ligação entre o centro de Luanda e o interior de Angola, através de auto-estradas, cruzando quatro vias de cintura, completadas por vias envolventes às unidades de vizinhança. São de destacar também a livre circulação pedonal e a independência da circulação viária, de acordo com a ideologia Modernista. O vazio ao nível do embasamento, em pilotis, permite uma continuação entre rua-edifício-espço verde, tornando o espaço num recetáculo de várias atividades. Existem zonas de homogeneidade formal, apesar da existência de várias tipologias habitacionais, com destino a várias classes sociais, na tentativa de juntar, em vez de segregar, a população com

diferentes estratos económicos. Este plano funcionou como base para a realização de outros planos Parcelares de Unidades de Vizinhança (Tostões, 2014: 87-88).

Assim, até à década de 70, são construídos vários conjuntos habitacionais como ali se registavam ao longo das Avenidas novas de Luanda, garantindo à cidade *"uma nova linguagem formal bem como expressão plástica"*. (Figueiredo, 2008: 63)

*"Eu quis misturar em todas as unidades de vizinhança todas as categorias sociais existentes na altura e todas as categorias até, digamos, ráticas; quer dizer, eu não quis fazer segregação nenhuma porque não sei se sabe, Luanda, que agora deve estar pior, era rodeada por um anel de musseques e isso criava uma segregação social que criava problemas e, quanto mais isso fosse adiantado, maiores seriam os problemas, portanto a ideia era acabar com os musseques, acabar com a segregação social que se fazia ali, porque nos musseques também viviam europeus, não era só uma segregação rática, era uma segregação social e económica que existia."* (cit. Carvalho, 2008)

### 2.3.2. INFORMAL

Neste tipo de intervenção o procedimento passa por uma consciencialização de segregação espacial de aglomerados urbanos de tecido *informal*, tomada de controlo e criação de infraestruturas e entidades que permitam a sua integração. O envolvimento da população e o fornecimento de suportes técnicos e materiais é uma característica deste tipo de intervenção, mas a escala à qual esta é feita é limitada para resolver os problemas, em termos quantitativa como qualitativamente.

A escolha dos projetos seguintes deriva de algum tipo de equiparação que possa ser feita com o que sucede em Luanda no que toca ao aparecimento de tecido urbano *informal*, podendo estas ser desde similaridades em relação à morfologia dos tecidos aos motivos que os geram e às suas identidades culturais.

### 2.3.2.1.FAVELA-BAIRRO NO RIO DE JANEIRO

#### Brasil: Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro

O Plano Director da Cidade, implantado nos anos 80, define as *favelas* como "*área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais*" (Plano Director Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 1993).

Segundo Cristóvão Duarte, urbanista brasileiro, as favelas<sup>23</sup> surgem como resultado da falta de poder centralizado que possa controlar e coordenar a ocupação do território, o planeamento e a carência de meios financeiros e tecnológicos. A morfologia do assentamento de áreas deste carácter é o resultado de sucessivas agregações. A população que aqui se instala fá-lo porque foi forçada a retirar-se da cidade, procurando nova integração na vida urbana (Bettencourt, 2011: 8).

O Brasil pode ser, em certos aspetos, equiparado a Angola e ao seu crescimento urbano. Tal como em Luanda, o Brasil sofre um intenso processo de crescimento urbano, no século XX. A abolição da escravatura, assim como o êxodo rural em direção à cidade, o desenvolvimento industrial e, no geral, o aumento da imigração estrangeira para o Brasil são motivos que fomentam este crescimento resultando em quase 1/3 dos seus habitantes a habitar em assentamentos *informais* (*favelas*, loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares e *cortiços*<sup>24</sup>), com condições precárias, sem infraestruturas de apoio (Bettencourt, 2011: 14).

---

<sup>23</sup> Assentamento urbano informal típico do Brasil.

<sup>24</sup> Grupo de habitações reunidas para moradia de população desfavorecida.





Fig. 37 FAVELA DONA MARTA, RIO DE JANEIRO  
FONTE:  
[https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela\\_Santa\\_Marta](https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela_Santa_Marta)



Fig. 38 INTERVENÇÃO PROGRAMA FAVELA-BAIRRO  
FONTE:  
<https://democratasporciuncularj.wordpress.com/2012/04/29/voce-sabia-que-o-favela-bairro-foi-considerado-pelo-bid-o-maior-programa-de-inclusao-social-do-mundo/>

O *Favela-Bairro* surge neste contexto, consistindo num programa de intervenção urbana nas favelas, que visava qualificá-las, integrando a sua população, combatendo a segregação social e espacial existente. Isto é, melhorar e acrescentar infraestruturas às favelas, transformando-as em bairros populares, através da integração social. Em primeiro plano, foi conseguida uma legalização dos assentamentos ilegais preexistentes, o que permitiu a introdução das *favelas* na cartografia, assim como nos censos e cadastros da cidade, constituindo um passo fundamental para a implementação do programa (Bettencourt, 2011: 14).

Para que o projeto funcionasse, foram necessárias, primeiramente, definir medidas para inventariação, como: delimitação do problema e da área de intervenção; hierarquização das metas; definição do programa de ações, da metodologia e da forma de arranque do processo; previsão de articulação com outros programas; identificação das melhores parcerias e fontes de financiamento (Bettencourt, 2011: 16).

Posteriormente, as ações tomadas para a implementação do programa foram: a reconstrução ou reestruturação da estrutura urbana da favela, se necessário; alteração das condições ambientais das favelas para que fossem perceptíveis como cidade formal; introdução de elementos urbanísticos da cidade *formal*, como praças, ruas, mobiliário urbano e serviços públicos; promoção da regularização fundiária e urbanística; desenvolvimento de ações de carácter social, como creches, programas de geração de renda e capacitação profissional, atividades desportivas,

culturais e de lazer; infraestruturas que munissem as favelas com possibilidade de manter a regularização nas *favelas*, através do conhecimento de todas as atualizações feitas nas mesmas (Bettencourt, 2011: 17).

O Posto de Orientação Urbanística e Social (POUSO) foi uma das infraestruturas criadas com o propósito de manter uma evolução urbana constante sem o abandono dos ideais que levassem ao abandono do projeto. O Posto existe nas favelas e conta com um arquiteto, um assistente social (representantes da Prefeitura) e agentes comunitários que ajudam na regularização fundiária, na manutenção e na limpeza dos espaços públicos, assim como na educação da população relativa às construções feitas na favela. O abandono das instituições na pós-finalização das intervenções é um dos problemas mais latentes no programa (Bettencourt, 2011: 18).



Fig. 39 POUSO DA FAVELA DONA MARTA  
FONTE: <http://rioonwatch.org.br/?p=11409>

#### 2.3.2.2. BAIRRO JOSINA MACHEL EM MANICA-ZONA PERI-URBANA EM MOÇAMBIQUE

A escolha deste projeto está relacionada com a apreciação relativa a alguma da metodologia e processos aplicados no mesmo, assim como a cultura idêntica à de Luanda, apesar de se tratar de um projeto muito menos condicionado pela envolvente, acessos e fluxo de veículos e de transeuntes. O projeto de reordenamento do Bairro da Manica situa-se numa zona peri-urbana de uma vila de Moçambique.

O projeto foi iniciado em 2003, com os objetivos de desenvolvimento socioeconómico local, participação da população e um

melhor desempenho dos municípios. Como condicionantes base, houve princípios como a manutenção dos habitantes que já lá viviam, o respeito pelas relações de vizinhança, a procura de envolvimento comunitário e o respeito pela estrutura urbana preexistente (Bettencourt, 2011: 24).

O procedimento consistiu no levantamento dos talhões pertencentes a cada família, para que a sua reestruturação fosse o mais concreta possível, em alguns casos, com dimensões mais reduzidas, de modo a que os acessos possuissem as dimensões necessárias. O objetivo foi diminuir o máximo possível o impacto das alterações na vida dos habitantes, sendo que a morfologia do bairro manteve-se, com formas orgânicas, de acordo com os talhões originais. Nem todos os objetivos foram cumpridos, visto que, no final, não foi possível o fornecimento de água potável ao bairro, que era um dos principais motivos iniciais, sem relevância, contudo, em relação às medidas tomadas que se pretendem transmitir (Bettencourt, 2011: 25).

Fazendo um paralelismo, este projeto tem algumas características que, implantadas em Luanda, permitiria resolver alguns dos seus problemas urbanos e arquitetónicos, tais como a identificação de *locais chave* para os quais possam ser propostos bairros com baixa densidade urbana, espaços verdes ou edifícios de exceção que funcionem como *zonas de respiração* da cidade, executadas como intervenções a curto prazo. Posteriormente, criada esta estrutura espacial, identificação de pontos de encontro da população preexistentes, assim como acesso, e proposta de um reajustamento destes que permita a identificação da cultura preexistente ao restauro urbano e arquitetónico. A reestruturação/reordenação/regeneração progressiva do tecido informal preexistente, munindo-o com os acessos necessários, assim como saneamento, água potável e segurança, tendo como ponto de partida os pólos urbanos previamente identificados e propostos.



### **3.PROJETO - PÓLO CHABÁ**

O projeto final de mestrado vem no seguimento de uma proposta urbana, no âmbito académico, para o Bairro do Chabá, proposto como pólo urbano com um programa que consiste não só em habitação, mas em todo um conjunto de equipamentos, serviços e espaços públicos que trabalhem como um motor para toda a envolvente. Um ponto de encontro.

*"Mas o que manifesta iniludível necessidade de arquitectura é o crescimento disforme, movido pelo simples mecanismo das necessidades materiais, como se uma disposição significativa das actividades em espaços humanizados seja um valor que deva existir num edifício público, se deseje ainda para um centro urbano, sirva de base ao projecto de um super-bairro ou mesmo de uma nova capital, mas já não se aceite que possa formar e re-fundar uma cidade histórica que cresceu como nódoa de azeite, lançou tentáculos para todos os lados, provocou o aparecimento de sub-cidades dela dependentes pelo fio de uma linha férrea, de uma ponte, de uma auto-estrada e dos sistemas de telecomando." (Portas, 1969: 89)*



**Fig. 40 BAIRRO DO CHABÁ EM LUANDA**  
FONTE: Esquema realizado pelo autor

### 3.1.PONTO DE PARTIDA

Atualmente, o Chabá consiste em tecido urbano *informal*. Uma *pintura* abstrata, cuja tinta foi adicionada por salpicos (construções) que no produto final representam uma camada de tinta uniforme, sendo apenas possível identificar algumas linhas, numa tela limitada por avenidas já impostas num âmbito *formal*, estrutura viária que parte da Cidade Baixa e segue para Sul. Os pressupostos do projeto passam por:

- (re)desenhar a pintura, apesar da manutenção das linhas preexistentes identificáveis;

- Propor uma estrutura urbana formal e de uma malha que possa ser continuada para a envolvente, e um protótipo dimensional que, para além de permitir a articulação entre tecido urbano *formal* e *informal*, possa ser replicado;

- Gerar espaço público que fomente a comunhão não só do bairro mas também da envolvente, através da inclusão de uma zona verde passível de ser continuada para a envolvente;

- Tornar o Chabá num pólo urbano que, através da sua pluralidade programática, seja o motor de fundação e expansão da regeneração envolvente.



Fig. 41 PERCURSOS FORMADOS NO MUSSEQUE

FONTE: Esquema realizado pelo autor, com base na planta do chabá

### 3.1.1. PÓLOS URBANOS

*"A nova estrutura cidade-território tira a sua potencialidade natural de uma elevadíssima mobilidade entre áreas especializadas: o pólo-cidade ou conjunto de áreas urbanizadas, valendo como sede de actividades terciárias em que tendem a diferenciar-se densas concentrações direccionais (para administração, comércio, tempo livre) e áreas-residência de carácter mais ou menos urbano; e o pólo-território, acolhendo as actividades produtivas que a cidade não chame a si, como as grandes unidades industriais, nocivas ou não, cujas exigências de expansão e estacionamento conduzem a relativo afastamento e as zonas agrícolas, cujos trabalhadores se aproximam também do tipo de vida urbana. Em perspectiva poderemos ter uma situação inteiramente nova de liberdade de escolhas à escala da massa, entre posto de trabalho e sítio de residência, cortando com o vínculo artesanal da sua fusão ou o paternalista do bairro operário, amarrado e amarrador à fábrica; liberdade que, por outro lado, permitiria optar pela proximidade, que um «zoning» estricto dificultava."* (Portas, 1969: 82)

Com base nestes pressupostos, é possível a proposta de vários centros-pólos como o projetado, que permitam a respiração da cidade, com edifícios que funcionem como *protótipo* na fundação de uma nova estrutura urbana, podendo ser replicados, possibilitando uma rápida reestruturação, e possível interpenetração de programas, *"como um «puzzle»"* (Portas, 1969). A criação de vários novos pólos significa uma obrigatória desvalorização do centro histórico, principalmente no que toca à sua importância, face à centralização de serviços, e, mais importantemente, desenvolvimento de vida.

Nuno Portas considera esta uma das opções para produzir arquitetura a nível territorial, ou seja, o desenvolvimento de *"órgãos complexos e estruturadores, seja por articularem as unidades operacionais de base residencial (e podem corresponder ao que chamamos «centros»), seja por articularem a cidade em relação ao território (a que chamamos agora «centros direccionais»)."* (Portas, 1969: 90) Ou seja, proposta de elementos chave na estruturação e imagem da cidade *"potenciadores de*



*comunicação e fornecedores de serviços colectivos, para além do acanhado horizonte celular de certo urbanismo nuclear." (Portas, 1969: 90)*



Fig. 42 ESTRUTURA VERDE E PERCURSOS PEDONAIIS PREEXISTENTES  
FONTE: Esquema realizado pelo autor

### 3.2.CIDADE

A evolução da cidade aconteceu de forma descontrolada, fruto de gentrificações da Cidade Baixa, expulsão de *musseque* para a periferia, reimplantação deste por forma de autoconstrução da população expulsa, na envolvente mais próxima possível ao local da sua remoção, resultando em alta densidade construtiva, principalmente na fronteira nómada *formal/informal* de tecido urbano *informal*. Este tipo de crescimento significa uma carência latente de zonas verdes: olhando para a planta, tirando o verde que nasce organicamente em locais de inclinação íngreme (e que, portanto, só pode ser aproveitado visualmente), é difícil encontrar locais que possam ser aproveitados recreativamente. É possível, em planta, apontar imbondeiros, a árvore típica luandense, em escasso número, existentes pontualmente no *musseque*. Estas geram espaço público, que é, também, praticamente inexistente, com o povo luandense a interagir, normalmente, nas estreitas ruas do *musseque*, onde se passa grande parte da atividade mercantil *informal*, ou nos ínfimos quintais de construções habitacionais.

### 3.2.1. ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público funciona como local intencional de encontro e permanência, de socialização e manifestação de comunidade, de sentido coletivo e estruturador de uma população ou sociedade. Há, em Luanda, uma auto-apropriação local por parte da população *informal* que acaba por anular todo o espaço público desse tecido urbano. Assim, o sentido comunitário passa a ser vivido num contexto muito mais privado, sendo que como local de comunhão temos o quintal ou as diminutas ruas de *musseque*, face à inexistência de espaço exterior passível de ser usado para estes fins.

### 3.2.2. ZONA VERDE

*"Certamente que a estrutura verde não tem a mesma «dureza» ou permanência que as partes edificadas da cidade. Mas situa-se ao mesmo nível da hierarquia morfológica e visual."* (Lamas, 1990: 106)



Fig. 43 ESQUEMA ESTRUTURA VERDE PROPOSTA NA INTERVENÇÃO URBANA DO CHABÁ  
FONTE: Esquema realizado pelo autor, com base em Google Maps

*"A vegetação urbana tem um valor funcional para além do valor estético."* (Reis, 2012) Este valor funcional consiste na capacidade para combater a deterioração ambiental, através da absorção de gases poluentes, produção de oxigénio e amenização da atmosfera, para além do conforto urbano. *"A produção de sombra e criação de gradientes convectivos é fundamental para a criação de brisas que proporcionam um conforto bioclimático essencial ao bem-estar dos cidadãos."* (Reis, 2012). Tanto a sombra como as brisas são fundamentais para proporcionar uma experiência exterior otimizada ou, pelo menos, para que o espaço público seja usufruível. Face às chuvas torrenciais, a vegetação é também fundamental, ao proporcionar permeabilidade, facilitando o combate às cheias.

O conjunto de elementos verdes aliados aos vazios da cidade constituem o *sistema verde e de permeabilidade*, "*que permite à cidade ter espaço de jardim conexo com praça, largo, avenida, etc.; constituindo a referência espacial concretamente definidora de uma paisagem urbana.*" (Reis, 2012)

"A matriz ecológica de acção em projecto é também uma matriz cultura, no sentido que determinados sistemas naturais repousam resilientemente em estados evolutivos de natureza antrópica." (Reis, 2012)  
É neste sentido, particularmente na cidade de Luanda, que temos o imbondeiro como *criação artística*, sempre que possível num quintal de zona urbano *informal*, a fornecer, figurativamente falando, a memória do campo, ao dono da casa.



Fig. 44 ESCASSA VEGETAÇÃO NOS MUSSEQUES

FONTE: <http://club-k.net/CK2017/wp-content/uploads/2014/02/Musseques%20de%20luanda.jpg>

### 3.3.BAIRRO

O Bairro do Chabá faz parte da fronteira *formal/informal*, tendo no Rio Seco, a Norte, a divisão do tipo de tecido urbano. Atualmente, o tecido urbano existente no Chabá é informal. O Rio Seco, apesar de passar grande parte do ano estanque, faz a ligação entre a margem oceânica e um dos únicos espaços verdes existentes na cidade, o Parque José Marti. A sua evolução consiste, essencialmente, numa densificação de tecido urbano *informal*, conforme a população vai sendo expulsa do centro, observando-se construções formais pontualmente: três, para ser exato. O comércio *informal*, habitual ao longo das suas estreitas ruas, onde se passa grande parte da interação do povo, para além de ínfimas praças, onde por vezes se situa um imbondeiro, trazendo o *campo* para a *cidade*.

Os pressupostos de conceção do bairro foram:

- proposta uma estrutura verde associada ao Rio Seco que sugira o desenvolvimento envolvente futuro, especificamente em relação a uma continuação da zona verde para Oeste até ao culminar na margem litoral da cidade, foz do rio, e a Este, numa das únicas zonas verdes da cidade, o Parque José Marti;

- infraestrutura viária que consistisse na continuação de núcleos e vias existentes na envolvente;

- manutenção do Hospital Prenda preexistente no bairro, assim como dos dois principais percursos pedonais, que são usados para estruturar não só a zona verde como toda a ala Oeste do Chabá;

- uso de uma malha na implantação dos edifícios que se enquadre com as necessidades de ligação à envolvente e possa funcionar como protótipo na formalização da mesma, facilitando aquando do planeamento desta.

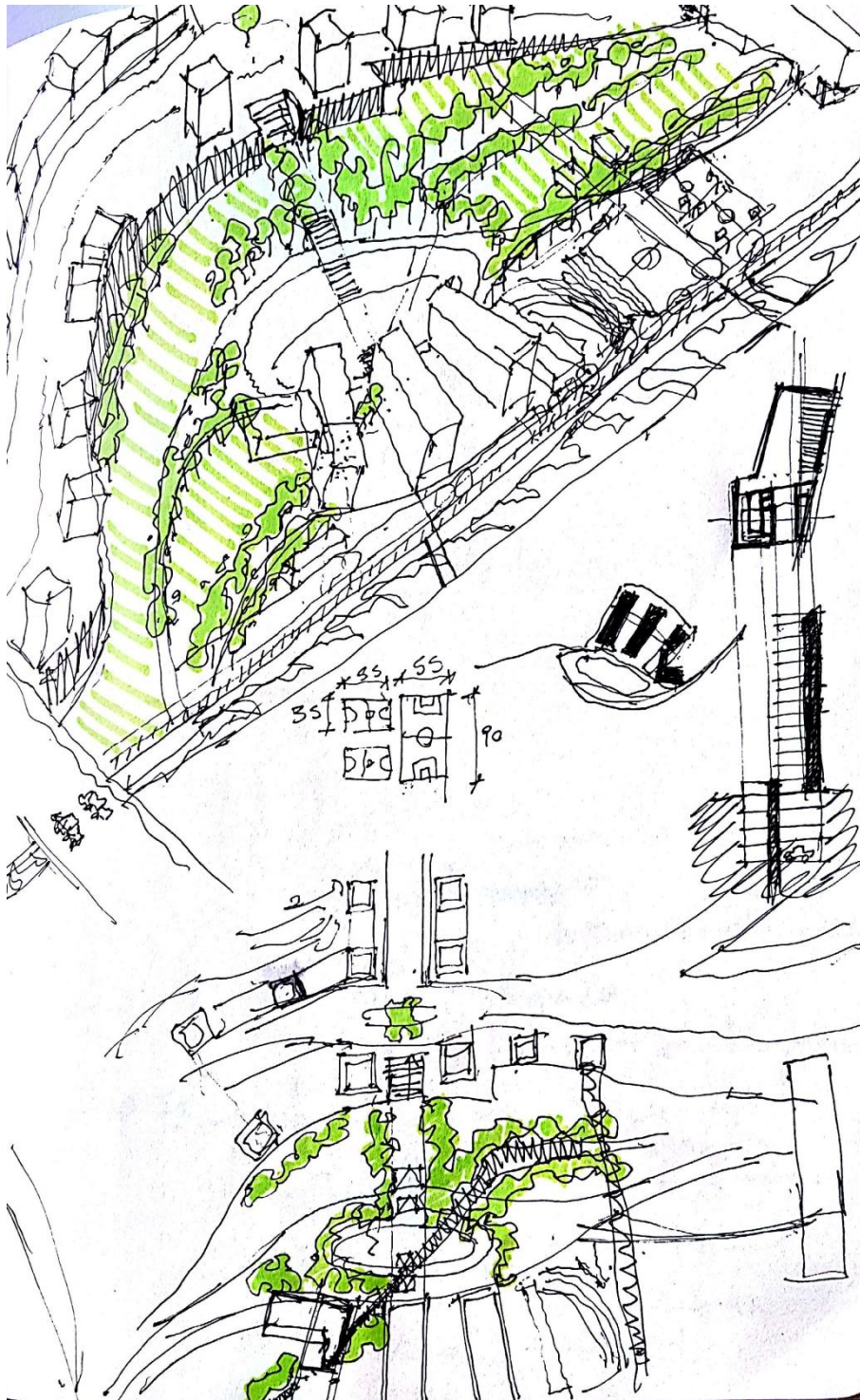


Fig. 45 ESQUIÇO ESPAÇO PÚBLICO/ESTRUTURA VERDE  
FONTE: Esquício realizado pelo autor



### 3.3.1.ENVOLVENTE

*"Como conclusão podemos reter que a estratégia do arquitectar, do escalão programa-geral para o escalão em que pela primeira vez se concretizam objectos que organizam espaços e ambientes à escala sensível do habitante, - objectos que têm de ser concebidos por partes, por outros intervenientes e em momentos e ritmos de execução muito diferentes ou mesmo imprevisíveis - comporta uma espécie de desmembramento extremamente delicado pelos resultados a que pode conduzir, à medida em que, desenhando e construindo, o corpo antes desmembrado se re-encaixa, re-absolvendo as suturas e surgindo com a força de uma expressão de unidade que se afirma no território vasto em que influi." (Portas, 1969: 92)*

O terreno onde o projeto se situa pode denominar-se como charneira entre o *formal* e o *informal*. Ladeado pelo Rio Seco a Norte e Rua dos Heróis a Oeste, que fazem a transição para tecido urbano formal e pela Rua Amílcar Cabral a Este e Rua Comandante Arguelles a Sul, a proporcionar a transição para tecido urbano *informal*.

Encostado diretamente a Este do terreno de intervenção, apenas separado pela Rua Amílcar Cabral, o Bairro do Catambor é classificado, de acordo com a Development Workshop, como um *musseque* de transição, apresentando níveis de pobreza e degradação acentuados, apesar de uma relativa proximidade a infraestruturas e serviços. Tem como características a proximidade à cidade *formal*, sem grandes possibilidades de expansão - consiste num território que se densifica com o passar do tempo. Este tipo de *musseque* tem origem ainda antes da independência, observando-se, após a impossibilidade de densificação em planta, um crescimento na vertical. A boa localização relativamente ao centro é uma característica que leva a investimento, sendo que muitas vezes as famílias mais pobres vendem as suas posses e reinstalam-se em zonas mais periféricas. Em termos de traçado, os acessos possuem características muito deficientes, com passagens muito estreitas, parcelas irregulares e dificuldade de acesso por parte dos carros e serviços, que só existem na vizinhança (Bettencourt, 2011: 64-65).

A Sul, situa-se a Unidade de Vizinhança Prenda. Desenvolvida segundo princípios urbanos *formais*, foi entretanto engolida pelo *musseque*, inclusive as construções em altura, que vêm as suas fachadas personalizadas de acordo com a população que as habitou.

A Norte encontramos o Rio Seco, que, como a toponímia indica, passa grande parte do ano seco. O seu curso, apesar de comumente morto, liga o litoral Oeste ao parque José Martí. É este rio que, atualmente, faz a divisão entre a cidade *formal* e a *informal* norte/sul, em parte da cidade.

A Oeste, separado por uma via de trânsito rápida, encontra-se um vazio urbano de terra batida que é usualmente ocupado por carros de população habitante, assim como conjuntos de moradias que também foram engolidos por *musseque*, desnutrindo-os de grande parte das condições de habitabilidade que anteriormente possuíam.

É possível observar, a Oeste, Sul e Este, pequenas praças acidentalmente formadas, por casas de *musseque*, onde parte da socialização é feita. Estas foram consideradas na proposta das ruas secundárias do Chabá, criando possibilidades de futuras ligações.

### 3.3.2.PROGRAMA

*"Vivemos ainda uma fase com o seu quê de demagogia, talvez proporcional à penúria, em que, para a própria opinião pública, tudo se reduz a conseguir casa, escola, mercado, transportes ainda quando à custa do desfazer sucessivo dos sistemas de estreitas interrelações entre esses pontos e ainda outros, como os locais de trabalho e recreio, que a cidade tradicional, não planeada, parecia satisfazer e que nas novas realizações planeadas mas não vividas parece amiúde faltar. Porque não ensaiar uma operação ao invés em que se melhorariam as estruturas de um centro cultural e de trabalho e se deixaria acontecer a instalação humana ao longo ou em torno desses focos de promoção?" (Portas, 1969: 149)*

Portas refere *meta-programa*<sup>25</sup> como "*um modelo, das aspirações e objectivos que solicitam resposta, a nível universal*" (Portas, 1969: 54), objetivos esses que se alteram de acordo com o contexto socio-cultural.

O programa do bairro pretende reunir todo o espectro de interação humana, "*desde as mais elementares como a alimentação, o trabalho ou o repouso, às mais complexas na exigência crescente de comunicação humana como o comércio, a educação, o lazer, a criação*" (Portas, 1969: 29). Multifuncionalidade esta que, devido à diminuta densidade de construção, permite o funcionamento como pólo urbano que descentralize a Cidade Baixa, numa zona crucial no que toca à articulação de diferentes tipos de tecido formal.

A estruturação do programa é feita através da avenida que corta diagonalmente o bairro, preparando a entrada para a área predominantemente lúdica/cultural, associada à estrutura verde, a Norte, com uma cintura de edificado. No seguimento do Prenda forma-se uma avenida central flanqueada por edifícios de escritórios que culmina numa praça oval na zona verde, composta por um tridente de equipamentos . O embasamento do edificado que compõe estas duas avenidas constitui parte da estrutura comercial planeada.

A Sul, na continuação do bairro do Prenda, surge a área habitacional, acompanhando as ruas provenientes das praças da envolvente. Foi planeada, a Este do Hospital do Prenda, uma área de habitação unifamiliar que se articula com a coletiva através de um centro comunitário. O edifício que pretende fazer a transição do espaço habitacional para o cultural é marcado por uma torre administrativa, a Sul, na zona habitacional, atravessando-a até chegar ao espaço verde, culminando num bloco "servidor" com programa de estacionamento e alimentação (cantina pública), que posteriormente faz a ligação com o bloco polivalente, de ensino/artes/investigação.

---

<sup>25</sup> Segundo Portas, meta-programa é a estrutura das coisas que permite a ascensão ao metaprojeto (alternativa ao termo projeto-mestre, por analogia com «chave-mestra») Portas, 1969: 49)



O Hospital de Prenda, edifício construído sobre princípios *formais*, como maior infraestrutura de apoio à saúde existente no local, torna-se a única preexistência a manter.

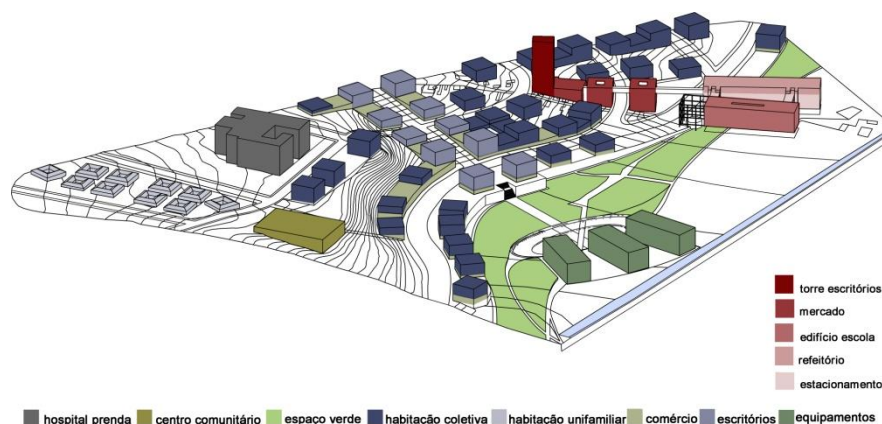


Fig. 46 ESQUEMA DO PROGRAMA DA PROPOSTA URBANA

FONTE: Esquema do autor

### 3.3.3. ESTRUTURA VIÁRIA

O Chabá passa a ser composto por duas avenidas principais: uma na continuação da rua de acesso aos edifícios de habitação coletiva do Prenda, e outra, na qual a primeira conflui, que segue a silhueta da estrutura verde, ligando de forma orgânica, na diagonal, dois dos extremos do bairro, com ligações a praças da envolvente, passíveis de ser propostas no futuro.

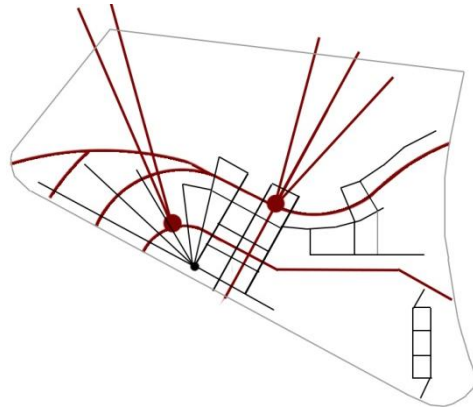
As ruas secundárias a Este da avenida principal consistem na continuação dos limites do terreno de implantação do Hospital Prenda, formando ou uma continuação de ruas a Sul e Este, ou um enquadramento linear para com pequenas praças lá situadas, formadas por uma implantação desordenada de construções no *musseque*.

Na ala Oeste, as ruas secundárias consistem, em planta, em arcos limitados pela interceção com as avenidas principais. A distância entre cada um desses arcos é definida pela malha utilizada na implantação dos edifícios, em conjunto com as praças e vias do terreno envolvente.

São preservados os dois percursos pedonais principais do Chabá. A cada um deles foi associado um elemento de exceção no território: a um, foi associado a proposta para um edifício multifuncional, desenvolvido como projeto final de mestrado, e ao outro a estrutura verde criada no

bairro, sendo que a certa altura os dois percursos se interseitam, na zona verde.

*"De resto, o sistema reticulado estendido uniformemente a todo o espaço urbano seria perigosamente monótono, pelo que necessitava de complementaridade de outros elementos: os grandes traçados, tantas vezes, em diagonal, as praças e os largos."* (Lamas, 1989: 136)



**Fig. 47 ESQUEMA COMPOSITIVO DA MALHA URBANA**  
FONTE: Esquema do autor

O uso de uma malha replicável está associada à criação de uma identidade para o bairro que possa levar a uma formalização do tecido urbano e, eventualmente, ser transportada para a envolvente. No contexto do bairro, a malha encontrada, de 18x18m, em conjunto com as praças e vias envolventes forma fatores indispensáveis para a definição da estrutura viária.

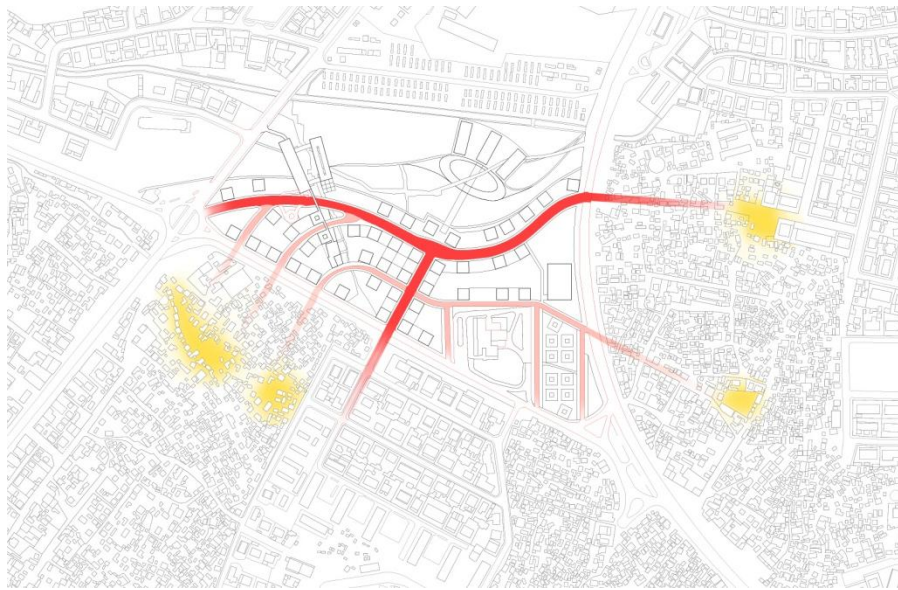


Fig. 48 PERCURSOS E PRAÇAS EXISTENTES NA ENVOLVENTE  
FONTE: Esquema do autor

### 3.4.ARQUITETURA TROPICAL

A arquitetura produzida nos trópicos destaca-se pela maneira como responde às particularidades do clima que se faz sentir. Os princípios sobre os quais a arquitetura é feita nos climas temperados, portanto, é completamente diferente.

A arquitetura em África tem como génese a simbiose do Homem e da natureza "*construir, significa em África, criar um centro de cristalização para as relações humanas*". (Kultermann, 1963: VIII) A esta cenografia, acrescentam-se todas as características locais e com as quais é obrigatório projetar: clima, vegetação, assim como toda a envolvente construtiva, adotando uma linguagem que varia em plasticidade, ventilação, proteção solar e organização morfológica e espacial (Tostões, 2014: 69).

Luanda apresenta um clima quente e húmido. A corrente fria de Benguela torna o clima mais seco, ao impedir a condensação da humidade e, por vezes, consequentes chuvas. São comuns os anos de seca entre Junho e Outubro, devido ao calor causado pelo nevoeiro, que impede a descida de temperatura mesmo de noite. O conforto dos edifícios depende de "*temperatura do ar interior, o grau de humidade do ar interior, a*

*velocidade do ar interior e a temperatura irradiante média das paredes e do tecto."* (Bonito, 2011: 85)

Face a este tipo de clima, o mais importante é uma constante ventilação e renovação do ar, de forma a diminuir a humidade e temperatura interior, para além do uso de elementos que proporcionem sombras e materiais com a mais baixa inércia térmica possível (Bonito, 2011: 85).

Arquitetonicamente há várias estratégias que podem possibilitar este conforto. Estas passam pela produção de sombras que protejam o edifício de radiação solar, tanto sobre as paredes, como coberturas e vãos; orientação que privilegie a ventilação natural e o mínimo de exposição solar; escolha de materiais de acordo com a capacidade de transmissão de calor e acumulação térmica; sistemas de construção ligeiras (madeira e betão ligeiro), de preferência, em vez de construção pesada (alvenaria de tijolo e blocos de betão).

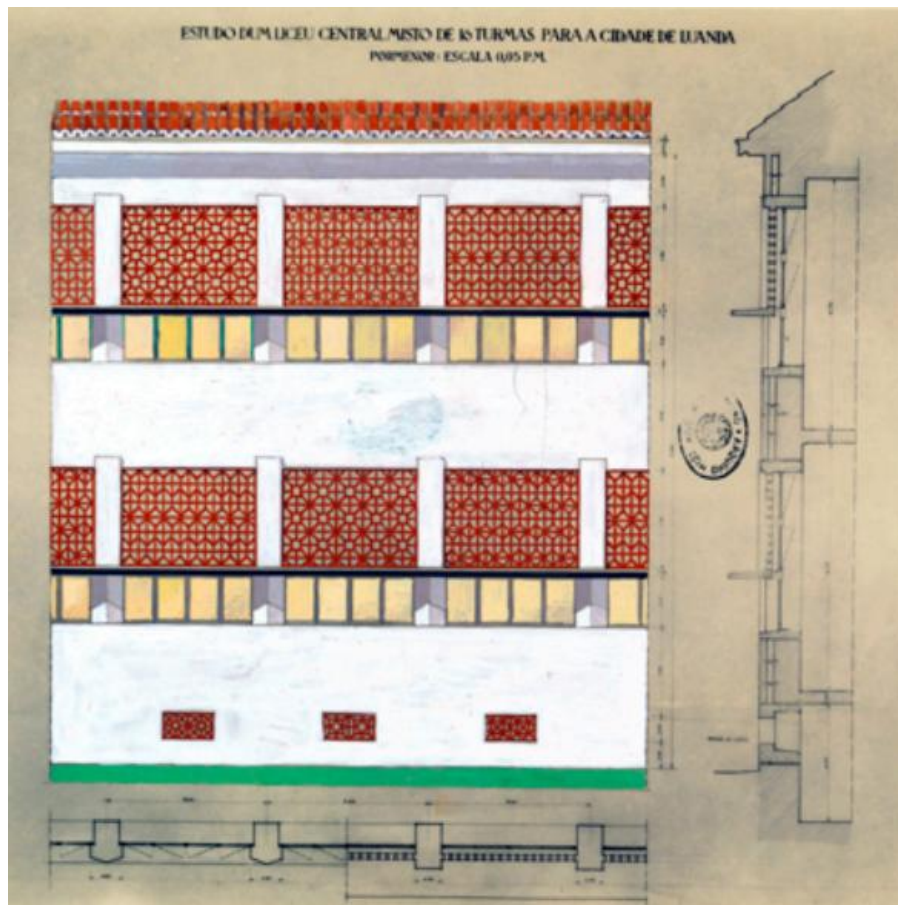


Fig. 49 DESENHOS TÉCNICOS LICEU NACIONAL SALVADOR CORREIA, 1936  
FONTE: <http://cargocollective.com/arquiteturamodernaluanda/Texto-1>, p. 4





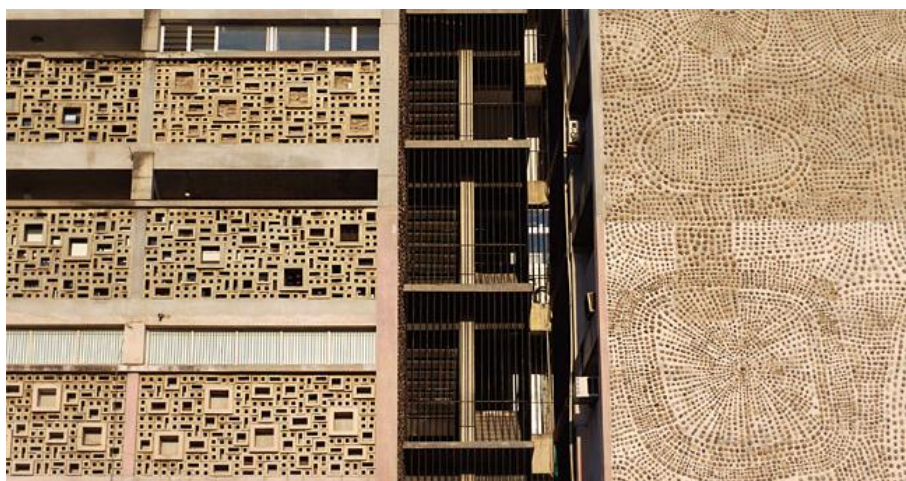
**Fig. 50 GRELHAS, LICEU DO LOBITO, 1966**

FONTE: MAGALHÃES, Ana: *Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique*, p.145



**Fig. 51 PALAS SOMBREAMENTO, EDIFÍCIO MUTAMBA, 1968, LUANDA, VASCO VIEIRA DA COSTA**

FONTE: Magalhães, Ana, *Moderno Tropical. Arquitectura em Angola e Moçambique 1948-1975*, op cit., pp. 151



**Fig. 50 PLASTICIDADE, EDIFÍCIO MACMAHON, 1955**

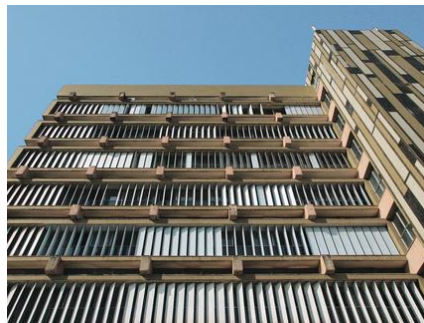
FONTE: [http://www.chien-andalou.com/images/20090629100443\\_guedes-predio.jpg](http://www.chien-andalou.com/images/20090629100443_guedes-predio.jpg)

Face à radiação solar, é fundamental uma boa orientação e uma minimização de incidência solar nas superfícies dos edifícios, sendo comum a recorrência a varandas e palas de sombreamento.

A ventilação deve ser assegurada pelo maior número de janelas possível, com parapeito baixo, ao nível do corpo de quem usa o edifício e através da precaução da acumulação de ar quente junto ao teto, através da proposta de aberturas juntas do mesmo. Para uma ventilação cruzada, as fenestraçãoes devem ser colocadas frente a frente, minimizando os obstáculos. Num clima húmido como o de Luanda, a orientação deve

privilegiar a ventilação face à proteção solar, visto que há outras formas de produzir sombra mas não de originar ventilação natural (Bonito, 2011: 8).

De modo a articular a preocupação com sombreamento e ventilação, os brise-soleil e as grelhas tornam-se abundantes, materializando-se em madeira, betão, tijoleira cerâmica e metal, sobre as mais diversas formas. As fachadas singularizam-se, o que proporciona uma plasticidade diferente à arquitetura praticada nestes climas.



**Fig. 53 BRISE-SOLEIL, ESTAÇÃO DE CAMINHO DE FERRO DA BEIRA, 1966**

FONTE: [http://www.hpip.org/w425/h320/images/db\\_images/2012/05/05/estacao-p2242024-314dpi.jpg](http://www.hpip.org/w425/h320/images/db_images/2012/05/05/estacao-p2242024-314dpi.jpg)



**Fig. 52 CINE-ESPLANADA MIRAMAR, 1959**

FONTE: [http://www.cineafrika.net/angola/aduploads/29.02.ma, cinemiramar\\_unbekannt.jpg](http://www.cineafrika.net/angola/aduploads/29.02.ma, cinemiramar_unbekannt.jpg)

O clima, aliado à cultura angolana, levam a novos programas e tipologias de edifícios, como as cine-esplanadas.



**Fig. 56 UNÍSSONO ENTRE MATERIAIS E MEIO AMBIENTE, HOSPITAL ESCOLAR VETERINÁRIO NO HUAMBO, 1970**  
FONTE: MAGALHÃES, Ana: *Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique*, p.217



**Fig. 55 USO DE GALERIA E PROTEÇÃO SOLAR, EDIFÍCIO ANANGOLA, 1963**  
FONTE: [http://payload.cargocollective.com/1/4/155781/2126167/Anangola2\\_MOD\\_web\\_680.jpg](http://payload.cargocollective.com/1/4/155781/2126167/Anangola2_MOD_web_680.jpg)



**Fig. 54 COBERTURA VENTILADA E USO DE TIJOLO, ESCOLA SECUNDÁRIA EM DANO, BURKINA FASO, 2007**  
FONTE: <http://www.kere-architecture.com/projects/secondary-school-dano/>

### 3.5.REFERÊNCIAS ARQUITETÓNICAS

Após uma análise à arquitetura tropical, na qual são mostradas algumas referências linguísticas do Projeto Final de Mestrado, torna-se relevante mencionar um par de obras que, de alguma forma, despoletaram o imaginário programático, tipológico ou morfológico deste projeto, revelando-se fundamentais na conclusão do mesmo.

#### 3.5.1. EDIFÍCIO DO INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A Universidade de Brasília é fundada em 1960, em simultâneo com a nova capital do país. O edifício em análise insere-se, então, num período de destaque da história nacional, no que toca à política, facto que convém mencionar para fundamentar o discurso nacionalista e de identidade própria que lhe é empregue (Alberto, 2013: 5).



Fig. 57 Implantação do Edifício.

FONTE:<https://smediacacheak0.pinimg.com/736x/fd/69/76/fd697688d14ccd6a1ef742b4f8351fa.jpg>



O plano da Universidade de Brasília é proposto por Lúcio Costa, como um desdobramento do Plano Piloto da cidade, definindo o espaço universitário como um amplo parque, composto por vegetação autóctone, aberto à população. Entretanto, alterações políticas levaram à implantação do plano a Este da asa Norte de Brasília. As edificações que compõem o plano não estabelecem relações claras com a malha viária do campus, verificando-se bastante liberdade nas implantações destes. Isto leva ao surgimento de um conjunto de grandes vazios sem hierarquia, num espaço homogêneo, constituído por grandes parcelas, definidas por vias que formam uma área central, ladeada pelo acesso principal, que fornece acesso aos edifícios mais simbólicos, como a Reitoria, a Biblioteca e o Museu Universitário (Alberto, 2013: 5-6).

Projetado por Oscar Niemeyer, o edifício do Instituto Central de Ciências (ICC) surge como parte de um conjunto no qual são promovidos princípios como uma setorização de atividades por áreas de conhecimento, separação da circulação pedonal e veicular e isolamento das áreas desportivas e habitacionais através de espaços livres.

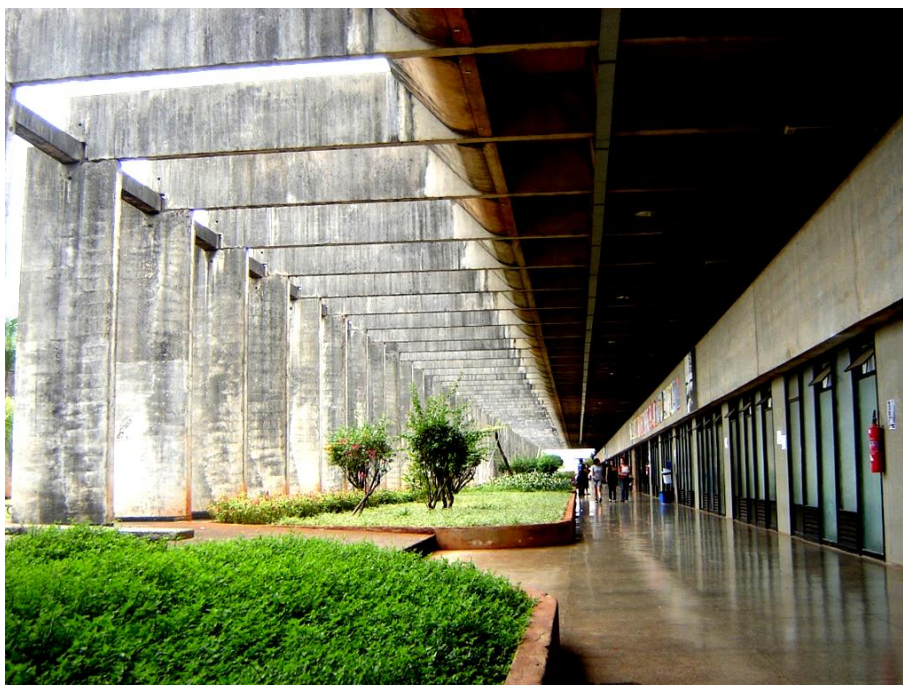


Fig. 58 PROTEÇÃO SOLAR E ESTRUTURA PREFABRICADA VISÍVEL.

FONTE: [http://www.wikiwand.com/pt/Instituto\\_Central\\_de\\_Ci%C3%A7%C3%A2ncias](http://www.wikiwand.com/pt/Instituto_Central_de_Ci%C3%A7%C3%A2ncias)

A intervenção é constituída por uma estrutura prefabricada, não marcada pela tradição, tornando-se uma referência no que toca à pré-moldagem em grande escala. O brutalismo é levado ao máximo através do ritmo criado pela sucessão de pórticos em betão aparente, com ferragens à mostra, material que lhe dá um aspeto inacabado. A forma do edifício é linear, apesar de ligeiramente curvada, e simétrica, apesar de limitada no sentido de não promover encontros, para além da rua no interior das alas.

O projeto desenvolve-se em duas alas paralelas construídas a dois níveis, mais um subterrâneo, ao longo de 750 m de comprimento e 60 m de largura, sendo percorrido como uma rua no meio. Cada ala é, depois, segregada em três, por duas grandes praças com 40 m de vão livre, funcionando como entradas principais. Os edifícios centrais assumem, em planta, uma ligeira curva, enquanto que as alas assumem simples formas retangulares. Em alçado, resultam numa espécie de barreira visual e física, longitudinalmente, apesar de se integrar discretamente na topografia, e subtilmente na paisagem. A sua imponência dimensional torna-o não um dos objetos da paisagem, mas sim o objeto que organiza os seus fluxos.



Fig. 59 Rua e curvatura do edifício

FONTE: [http://www.wikiwand.com/pt/Instituto\\_Central\\_de\\_Ci%C3%A7ncias](http://www.wikiwand.com/pt/Instituto_Central_de_Ci%C3%A7ncias)

A estrutura é composta por grandes pórticos de betão armado, com pilares de 0,2 m por 1,5 m, com 10 m de altura, e repetição de 3 em 3 m, ao longo de toda a extensão do edifício, representando cerca de 70% do volume de construção. É esta estrutura que potencializa as características brutalistas do edifício, com o ritmo criado pela repetição e o betão aparente (Alberto, 2013: 6).

No âmbito da arquitetura tropical, o edifício revela-se fascinante pela linguagem do betão aparente usada, e em termos programáticos uma referência para o projeto final de mestrado, sendo que a ala Oeste foi planeada para auditórios e salas de aulas, e a ala Este para laboratórios científicos, estando inerente uma adaptabilidade que possibilitou que os usos atuais sejam de leccionamento de aulas.

A obra não possui tanta ousadia como outras de Niemeyer. Contudo, tornou-se um ícone em termos experimentais e estilísticos.

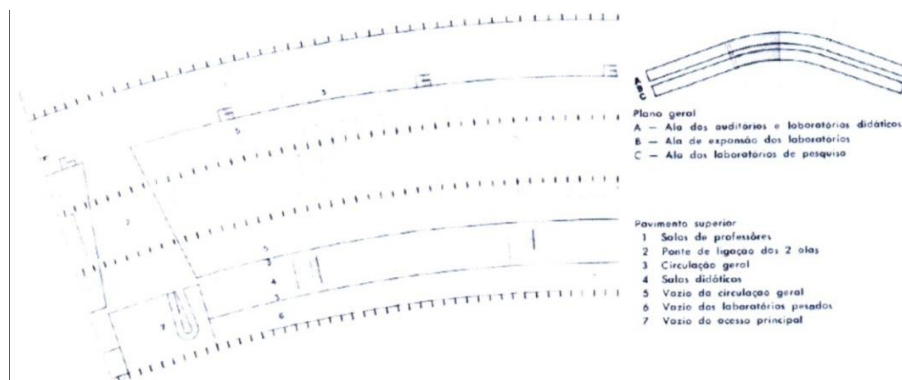


Fig. 60 Troço de planta do piso térreo  
FONTE: Acrópole, 1970

### 3.5.2. CENTRO DE CONFERÊNCIAS DE CÓRDOBA

Este projeto mostra-se relevante principalmente num contexto morfológico e programático. Morfológicamente, consiste numa tira de 370 m de comprimento por 18 m de largura, numa malha de 6x6m, enquanto que programaticamente é multifuncional, num âmbito mais turístico, reunindo funções como alimentação, trabalho, repouso, comércio, educação, lazer e criação.



**Fig. 62 Multifuncionalidade do programa**  
**FONTE:** El Croquis 131-132: P. 213

O projeto, do atelier OMA, apesar de não ter sido executado, foi o vencedor do primeiro prêmio numa competição em 2002 para um novo centro de congressos localizado na península de Miraflores, em frente ao centro histórico de Córdoba. Na tentativa de otimizar as possibilidades do projeto, foi proposto para uma zona árida. Este terreno aberto remete a uma dicotomia centro-orla, porque apesar da localização central, a proximidade à água e a aparência subdesenvolvida dão-lhe um caráter marginal. Estas situações são resolvidas pelo projeto através da localização dos topos do edifício quase a tocar as margens Este e Oeste, unindo-as, sendo pontualmente cortado no piso térreo para permitir a passagem Norte-Sul através de uma rua preexistente. (Croquis 131-132, 2006: 213)



**Fig. 61 Implantação do edifício**  
FONTE: El Croquis 131-132: P. 212



A morfologia do edifício faz a transição entre Miraflores e o parque fluvial, articulando também os elementos dispares da península, o rio e o centro histórico, tornando-os um conjunto coerente e mais íntimo à parte antiga da cidade. Desta forma, o edifício assume a função de núcleo agregador que aproxima as partes principais da cidade.

Em alçado, a obra é rasgada longitudinalmente num piso intermédio, transformando-o numa promenade ao ar livre, atravessando-o de um lado ao outro, culminando na forma saliente, em consola, que abriga o maior auditório, e marca, ao mesmo tempo, a entrada principal a nível térreo, assim como o acesso à zona antiga da cidade. O rasgão a nível médio, visível do exterior, torna-se indicativo das diferentes funções ao longo da promenade, aumentando num dos topos, que abriga os auditórios, convergindo no final.

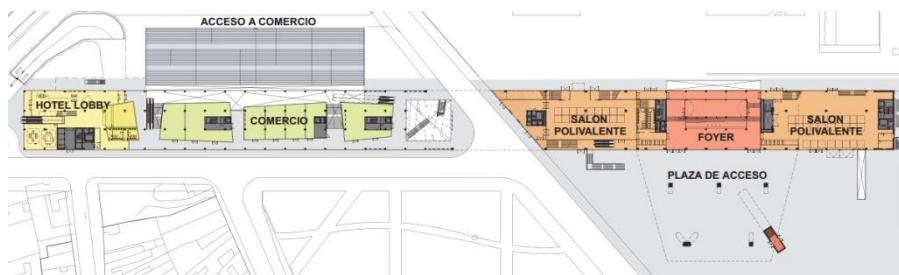


Fig. 64 Planta Piso Térreo

FONTE: El Croquis 131-132: P. 218

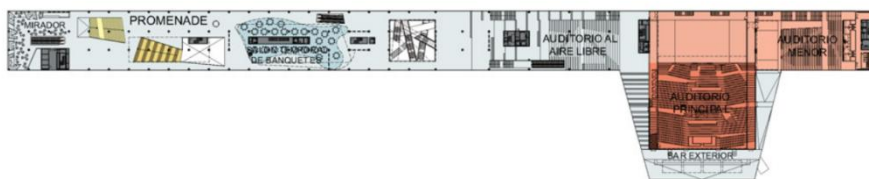


Fig. 63 Planta Piso 3 (Promenade)

FONTE: El Croquis 131-132: P. 217



Fig. 65 Planta Piso 5 (Hotel)

FONTE: El Croquis 131-132: P. 217



Fig. 66 Modelo de Centro de Congressos

FONTE: El Croquis 131-132: P. 217

A forma como as rampas e escadas se dispõem no edifício tornam a circulação discreta e natural, distribuindo-a pelas áreas de congresso, halls de conferências, auditório exterior, café, instalações do hotel e comércio.

### 3.6.CENTRO MULTIUSOS CHABÁ

*"Ainda aqui, e para além das tendências de mercado para saturar todo o espaço com equipamento de trabalho e comércio a que estamos assistindo, a imaginação arquitectónica proporia a interpenetração de espaços sociais de liberdade e criação, - destinando-os com generosidade e alegria para reunião e cultura, atraindo aí a universidade supra-departamental e a investigação, que assim se abriam à vida colectiva para a alimentar." (Portas, 1969: 151)*

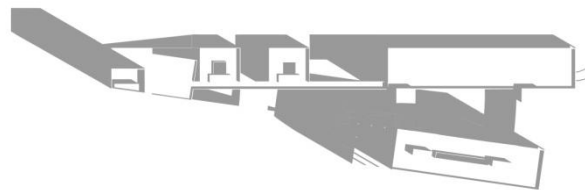


Fig. 67 PLANTA COBERTURA INTERVENÇÃO  
FONTE: Esquema do autor

À semelhança do pólo multifuncional que o bairro representa, o projeto desenvolvido - Centro Multiusos Chabá - atua como um núcleo agregador de programa complementar ao bairro. Concentra, em cinco blocos, um programa multiusos, composto por escritórios, mercado, restauração, estacionamento e uma ala polivalente passível de acolher educação, criação, lazer e investigação.

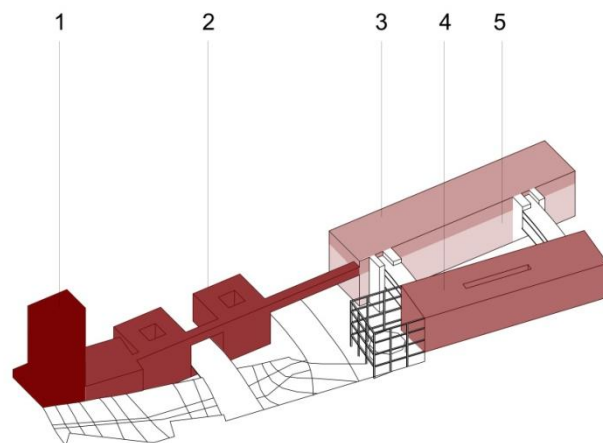
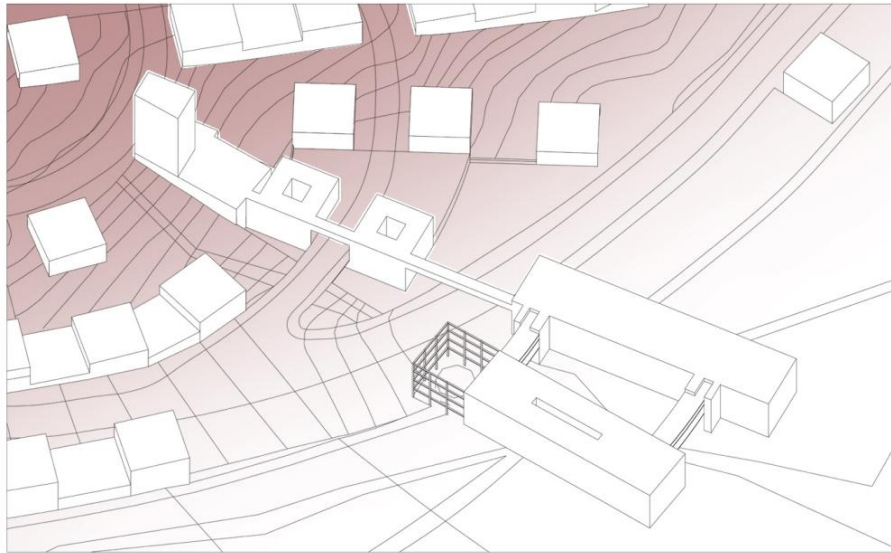


Fig. 68 USOS: 1-ADMINISTRAÇÃO; 2-MERCADO; 3-REFEITÓRIO; 4-EDIFÍCIO DE ENSINO; 5-ESTACIONAMENTO  
FONTE: Esquema do autor

A conceção do edifício tem como base a ligação de toda a ala Oeste do Chabá, tendo como princípio o acompanhamento de um dos percursos pedonais preexistentes, ao mesmo tempo que faz a transição da área de habitação para a área de lazer e recreação do bairro.



HABITAÇÃO

RECREAÇÃO

Fig. 69 TRANSIÇÃO HABITAÇÃO - RECREAÇÃO

FONTE: Esquema do autor

A preexistência pedonal consiste num acidentado caminho, moldado no musseque Chabá, ligando uma cota superior, a Sul, à cota inferior da zona verde, a Norte, através de uma descida permanente, interrompida pelas várias ruas entretanto emergidas na proposta urbana para o bairro, fornecendo acessos a cada um dos pisos da intervenção ao longo do seu desenvolvimento.

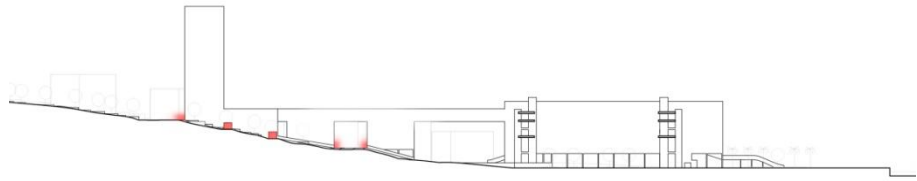


Fig. 71 ACESSOS AO LONGO DO PERCURSO PEDONAL PREEXISTENTE  
FONTE: Esquema do autor

Os três volumes que antecedem a estrutura verde, alinhados na zona de habitação, assumem a função de mercado. As duas direções assumidas na intervenção são articuladas através da primeira fase em que o projeto se associa ao percurso preexistente, e que define o seu caráter vertical e longitudinal, com a projeção de uma torre, elemento de escritórios que rege administrativamente todo o programa e convoca o transeunte, ao mesmo tempo que funciona como ponto-charneira, projetando o programa recreativo para a zona verde.

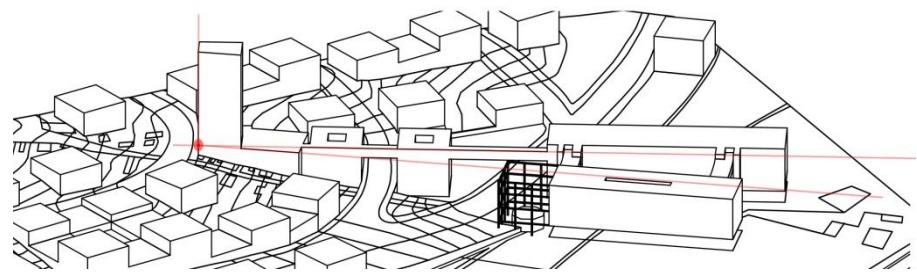


Fig. 72 PONTO GERADOR DO EDIFÍCIO  
FONTE: Esquema do autor

As cargas e descargas relativas ao mercado são feitas através de um estacionamento situado numa zona secundária ao edifício, com acesso através da avenida principal, localizado a Oeste, no piso inferior, e acima deste situa-se o estacionamento privado, para funcionários, acedido através de uma via secundária. O estacionamento público para o mercado tem acesso a partir do silo a Norte, proveniente da avenida principal, e consiste num piso completo, subterrâneo, que perfaz a planta dos três blocos superiores.

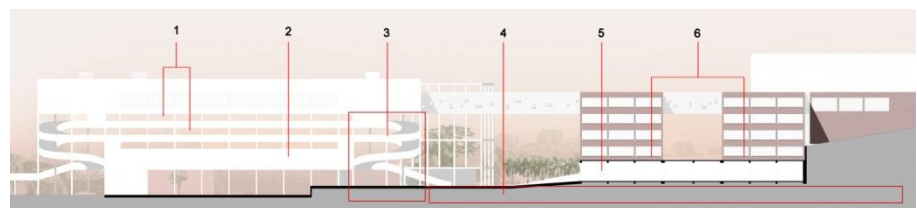


Fig. 73 ALÇADO OESTE. 1- PISOS DE ESTACIONAMENTO PÚBLICO; 2-CARGAS E DESCARGAS; 3-SILO DE ACESSO AO ESTACIONAMENTO; 4-ESTACIONAMENTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO; 5- CARGAS E DESCARGAS; 6-ESTACIONAMENTO STAFF  
FONTE: Esquema do autor



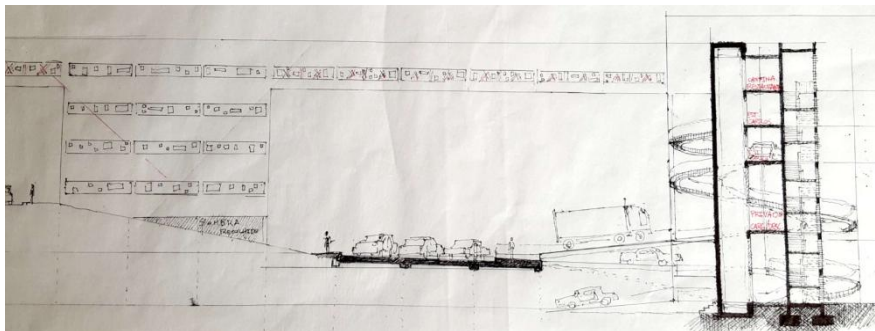


Fig. 74 ESQUIÇO ACESSO AO SILO  
FONTE: Esquema do autor

O quarto volume construído segue alinhado com o mercado, assumindo a mesma direção, separado, contudo, pela avenida que corta o bairro diagonalmente, de um extremo ao outro, assentando na estrutura verde, fazendo a transição para a outra direção definida pelo primeiro ponto através de pontes pedonais em arco com centro no ponto gerador do edifício. Estes dois volumes destacam-se pela sua forma de "caixa", uma contendo espaços de apoio e a outra cultura, assumindo um comprimento de 84 metros, com os 18 de largura da métrica predefinida. As pontes que os ligam geram uma praça, elemento de tensão tanto no percurso da estrutura verde, como no percurso pedonal preexistente, que finaliza aqui.



Fig. 75 INTERSEÇÃO DOS PERCURSOS PEDONAIS PREEXISTENTES E PRAÇA GERADA  
FONTE: Esquema do autor

Estes dois volumes que assentam na estrutura verde do bairro possuem um programa que pretende articular trabalho, cultura e educação. O que vem no alinhamento de Sul, pretende funcionar como grande gerador de energia articulando as duas alas. A nível térreo, é livre

permitindo permeabilidade visual e uma continuidade verde. No primeiro piso abriga cargas e descargas e nos dois pisos seguintes fornece estacionamento público. A estrada da avenida principal é trazida para o interior do edifício através de um silo aberto, no topo Sul, existindo outro, a Norte, que possibilita a saída para o limite Norte do bairro, como que finalizando em espiral o percurso proporcionado pelo edifício, juntando natureza, com o espaço verde, homem, e o seu produto: a máquina. O nível superior consiste num refeitório, com as zonas húmidas, as instalações sanitárias e a cozinha, situadas em topos opostos, rematando verticalmente os silos. Como ponto onde a rua interior pública culmina, o refeitório faz a transição da zona Sul do edifício, ou seja, do mercado, para o bloco Este. A imagem deste bloco consiste em betão aparente, com um aspeto cru, inacabado, destacando-se, como elemento articulador que é.

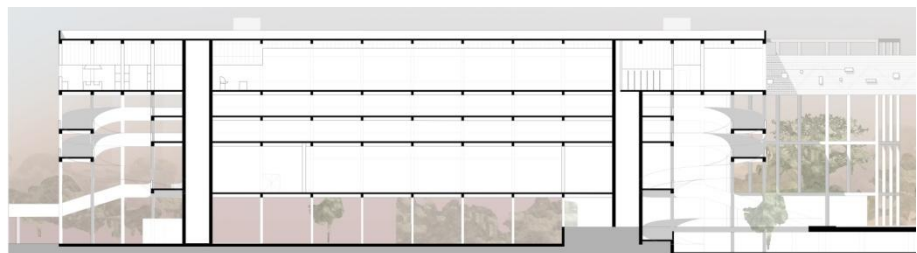


Fig. 76 CORTE LONGITUDINAL BLOCO ARTICULADOR - SILOS DE ACESSO NOS TOPOS, ZONAS HÚMIDAS NO NÍVEL SUPERIOR (I.S. E COZINHA) E PERMEABILIDADE NO PISO TÉRREO  
FONTE: Esquema do autor

Por sua vez, o bloco a Este abriga uma zona de salas polivalentes, átrios de recreação, espaços de apoio, assim como pisos intermédios em mezanino que podem funcionar como escritórios, ateliers, ou simplesmente espaços complementares das salas de aula. As salas de aula encostam nas fachadas Este e Oeste, com acesso visual para a estrutura verde e praça interior, respetivamente, com acessos tanto horizontais como verticais num núcleo interior, que respira através do saguão, e permite, também, a sua iluminação natural. Como continuação das pontes de ligação dispõem-se átrios de carácter polivalente, com a possibilidade de abrigo de exposições, recreação ou simplesmente convívio. A ponta Norte consiste, no primeiro piso, num átrio com pé-direito de 18 m, com acesso visual aos átrios dos pisos superiores, recuados, em mezanino. A ponta Sul deste bloco é o remate visual que se tem desde o início do percurso pedonal preexistente, ao longo do qual o projeto se desenvolve, e como tal, é proposto um jardim

suspensão, envolto na estrutura reticular do edifício, com um imbondeiro de dimensão de destaque, acedido por escadas, tanto da estrutura verde do bairro, como provenientes do percurso pós-avenida, em si. A imagem deste bloco pode dizer-se formal, resultado da quase simetria da planta e das necessidades de iluminação homogénea para as salas polivalentes, podendo ser controlada através de grelhas rebatíveis, que compõem as fachadas com em conjunto com grelhas fixas e tijolo aparente.

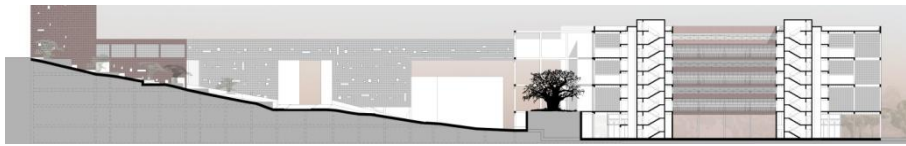


Fig. 77 PERCURSO ATÉ JARDIM SUSPENSO E CORTE LONGITUDINAL DO EDIFÍCIO DE ENSINO  
FONTE: Esquema do autor

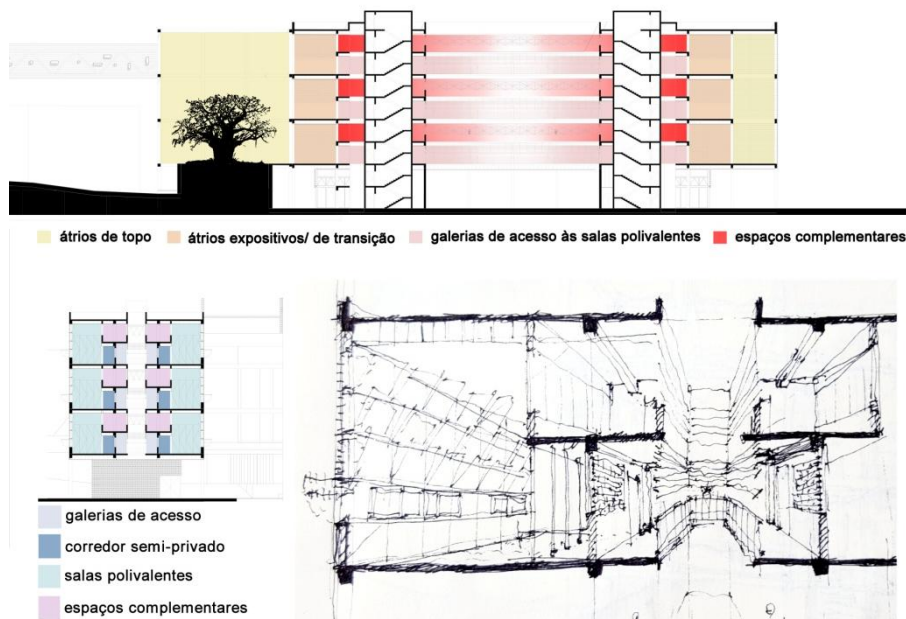


Fig. 78 ESQUEMAS EXPLICATIVOS DO EDIFÍCIO DE ENSINO  
FONTE: Esquemas do autor

A ligação física dos volumes é feita ao nível superior através de uma rua interior pública possibilitada por pontes de ligação entre os diferentes volumes, e ao nível inferior através de uma rua exterior moldada pelo vazio criado pelas duas linhas direcionais, iniciadas no ponto gerador do edifício.

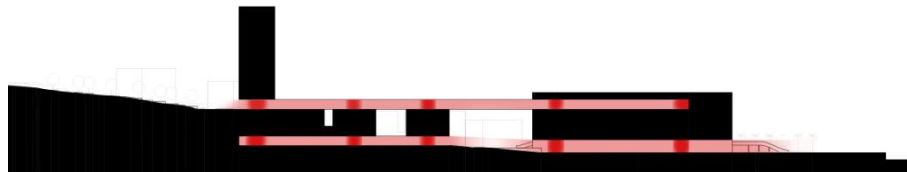


Fig. 79 CORTE LONGITUDINAL ESQUEMÁTICO - NÍVEIS PÚBLICOS E ACESSOS VERTICAIS  
FONTE: Esquema do autor

A torre administrativa é aberta na fachada norte, protegida do sol através de varandas, com envidraçados recuados a 1,5 metros de distância, e a sul, protegida por uma grelha homogénea. As fachadas Oeste e Este são, também, materializadas por tijolo, enriquecidas, contudo, por uma textura criada pela colocação perpendicular de tijolos, com consequentes sombras, mais concentradas no ponto gerador do edifício, ou seja, com um degradê de Sul para Norte. Na fachada Este da torre são geradas fenestranças, aleatoriamente, que encaixam na métrica definida pelo tipo de tijolo, fornecendo luz natural para o núcleo de escadas e instalações sanitárias, que se concentram encostadas a esta fachada.

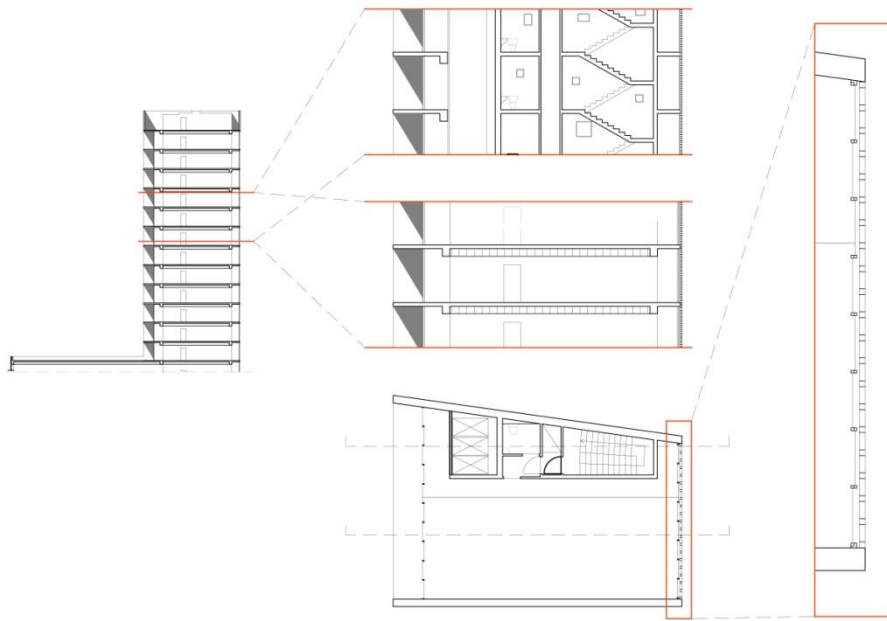


Fig. 80 ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DA TORRE  
FONTE: Esquema do autor

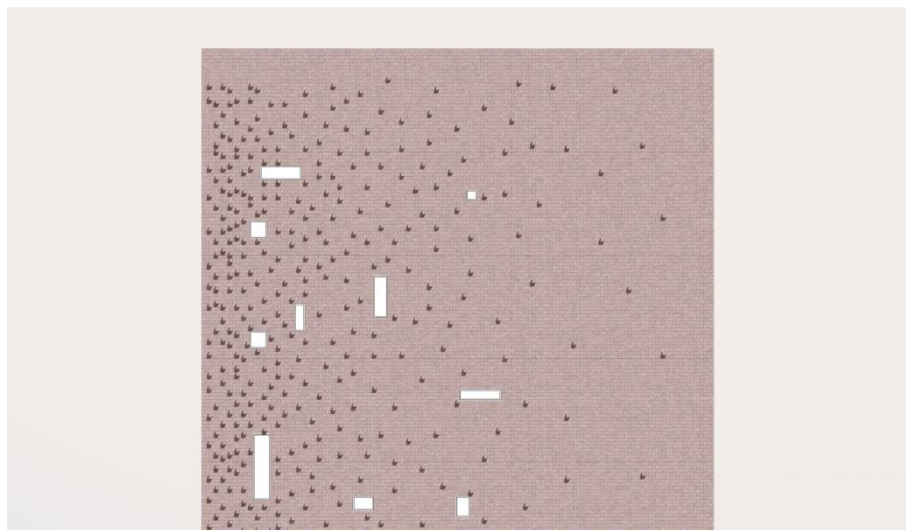


Fig. 81 ALÇADO ESTE - REMATE DA TORRE - PROJEÇÃO DA SOMBRA DO TIJOLO NA FACHADA  
FONTE: Esquema do autor

As fenestrações existentes na torre são transportadas para a rua interior pública e para toda a fachada Este correspondente à zona de espera/circulação do mercado, projetando-se da mesma, e consequentemente proporcionando um jogo de sombras, assumindo uma continuação que torna a forma do alçado um pêndulo, contrabalançando a verticalidade da torre com o comprimento da rua pública que liga os extremos do projeto. As outras fachadas do mercado são formadas por um brise-soleil de lâminas verticais, remetendo, de certa forma, à memória do mítico Mercado de Kinaxixe. Os volumes que assumem uma planta com a

métrica de 18 por 18 metros têm a ventilação e renovação de ar maximizadas através da colocação dos vãos aliada à proposta de saguões que permitem uma ventilação cruzada.

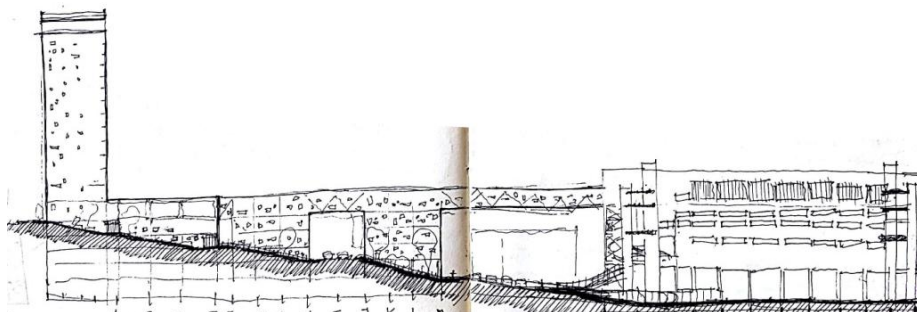


Fig. 82 ESQUIÇO DO CONJUNTO - CORTE PELO PERCURSO PREEXISTENTE E PRAÇA CENTRAL  
FONTE: Esquema do autor

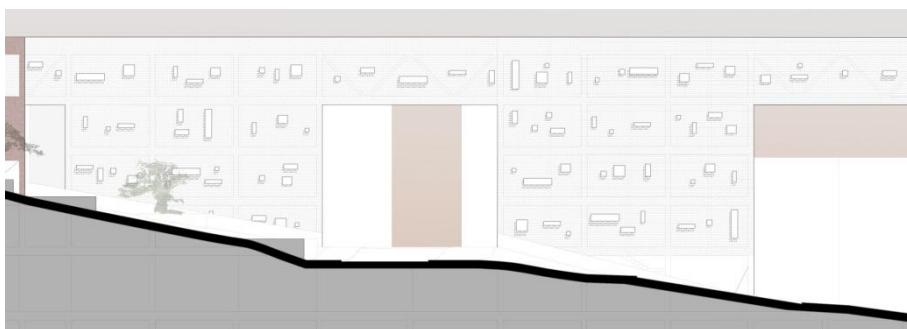


Fig. 83 JOGO DE SOMBRAS CRIADO PELA SALIÊNCIA DAS MOLDURAS AO LONGO DA FACHADA ESTE DO MERCADO  
FONTE: Esquema do autor

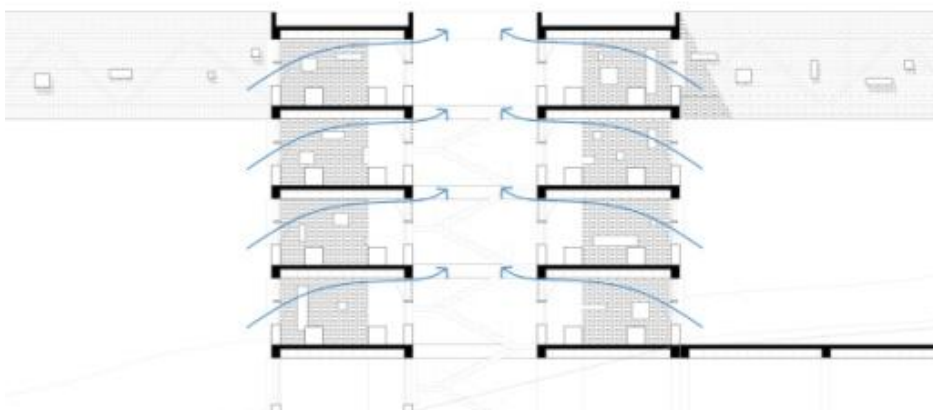


Fig. 84 VENTILAÇÃO DO MERCADO  
FONTE: Esquema do autor

Exceto o bloco de articulação, todo o edifício é revestido pela métrica do tijolo Utility (Utility Brick, 305x102x102mm), na medida em que a grelha usada corresponde ao inverso do tijolo, ou seja, à sua junta, facilitando na articulação das janelas da torre com as molduras associadas à rua interior pública.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso iniciado com a análise à história da cidade de Luanda e consequências que esta tem nas vivências da população resulta numa primeira constatação de que o caráter central da Cidade Baixa, verificado praticamente desde a sua fundação, aliado ao crescimento desmesurado e sobrelotação habitacional, resultam hoje em grande parte dos problemas verificados. A elevada concentração das infraestruturas essenciais à vida na cidade localizam-se no mesmo sítio.

No Plano Diretor de 1961, Simões de Carvalho propõe, através da formação de novos eixos, trazer a cidade do centro histórico para Sul e é assim que surgem os Planos de Vizinhança, contíguos ao Pólo Chabá, sítio da proposta final de mestrado. A descentralização da Cidade Baixa era já vista como a chave para a resolução dos problemas urbanos de Luanda. Hoje, o longo percurso de acesso ao principal pólo urbano da cidade, aliado às infraestruturas viárias deficitárias levam à ineficiência da cidade, com congestionamento de vias e fragmentação de espaço gerado pela fronteira de diferentes tipos de assentamentos urbanos. A proximidade ao centro adquire maior relevância e a autoconstrução é realizada quando o controlo legislativo e institucional não existe, o que se verificou durante grande parte da história da cidade de Luanda.

O Bairro do Chabá surge neste contexto, como *território-charneira* (na frente do *formal*, na frente do *informal*), a pedir uma tomada de posição relativamente ao futuro, ao caminho a seguir. Perfeitamente localizado entre a Baixa e o aeroporto, o desenho urbano proposto fornece um caráter de pólo urbano, concentrador de todo o espectro de interação humana. A acolher um programa multifuncional, uma densidade construtiva baixa e um espaço público extenso, o Chabá é sugerido como ponto revitalizador da cidade, funcionando como alternativa ao centro histórico, descentralizando-o através da proposta de novas alternativas infraestruturais necessárias à vida na cidade.

O centro multiusos proposto como elemento central do desenho urbano torna-se a síntese da multifuncionalidade do bairro, enquadrando-se na ótica da adaptação de um programa historicamente consolidado no território luandense, o mercado, à recreação, na forma de um programa recreativo polivalente associado ao espaço público, componente que foi sendo retirado à cidade através da densificação construtiva total do seu interior.

Numa cidade cada vez mais bipolar, urge a necessidade de dar um passo atrás e refletir. Neste sentido, a intervenção surge como uma possível reação inicial no sentido de desfragmentar a cidade através da proposição das condições do centro na periferia deste, respondendo à falta de funcionalidade e eficiência observadas na cidade. A primeira de várias.



## 5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberto, K. C. (2013). Interfaces Brutalistas: Megaestruturas Universitárias, Docomomo, 2013. Retrieved from <http://docplayer.com.br/11152529-Interfaces-brutalistas-megaestruturas-universitarias.html>
- Amaral, I. do. (1968). Luanda (estudo de geografia urbana). Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.
- Amaral, I. do. (1989). Luanda e os seus "Muceques". Problemas de Geografia Urbana.
- BATALHA,F. (1950). Angola: arquitectura e história, Lisboa: Vega, 2006.
- Bettencourt, A., (2011). Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas: Os musseques de Luanda. Lisboa, FAUTL.
- Bonito, J., (2011). Arquitectura Moderna na África Lusófona – Recepção e difusão das ideias modernas em Angola e Moçambique. Lisboa, ISTUTL.
- Carvalho, Fernão Simões de – Luanda e o Futuro in Ronda pelo Ultramar – Angola terra de Portugal, Ed. Tapete Mágico. Lisboa, 1963.
- Cruz, D. (2012). Memórias de um Mercado Tropical: O Mercado do Kinaxixe e Vasco Vieira da Costa. Coimbra, FCTUC.
- Ferraz, S. (2005). Espaço público de *Luanda : património arquitectónico* colonial angolano e português. Porto: FAUP.
- Figueiredo, W., (2008). Oito 48 13 Treze – A Habitação Colectiva Como Substrato de Urbanização 1950-1970. Coimbra, FCTUC.
- Fonte, M. M. (2012). Urbanismo e arquitetura em Angola, de Norton de Matos à revolução. Caleidoscópio.

Jenkins, P.; Andersen, J. E. (2011). Developing Cities in between the Formal and Informal. 4th European Conference on African Studies (ECAS 2011), Panel 85: Governing Informal Settlements on Whose Terms? Uppsala, Sweden.

Kultermann, U. (1963) Neues Bauen in Afrika. Wasmuth, Berlin

LAMAS, José M. Ressano Garcia 1990 – Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. 7ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

Lopes, C. (2002) “Luanda, cidade informal? estudo de caso no bairro Rocha Pinto”, Cadernos Estudos do Desenvolvimento, nº 6, CESA, ISEG, Lisboa.

Macena, A., (2012). Informalidade no Projecto formal de Habitação. São Paulo, FAUUSP.

MARTINS, Isabel Luanda. *A cidade e a Arquitectura*. Dissertação para Doutoramento em Arquitectura. Porto, FAUP, 2000.

MATTOSO, José – *Património de Origem Português ano Mundo: Arquitectura e Urbanismo* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MILHEIRO, Ana Vaz – Nos Trópicos sem Le Corbusier: Arquitectura Luso Africana no Estado Novo. Lisboa: Relógio d’Água, 2012.

Monteiro, R. L. (1973). *A Família dos Musseques de Luanda. Subsídios para o seu estudo*.

Morais, J. S. (2015). Arquitectura Moderna Tropical. Caleidoscópio, Casal de Cambra.

Pepetela (1990). Luandando. Porto: ELF. Aquitaine Angola.

Pires, R. (1950). Luanda, cidade portuguesa fundada por Paulo Dias de Novais em 1575: Luanda, Portuguese town founded by Paulo Dias de Novais in 1575. Direcção dos Serviços de Economia.

Portas, N. (1969). A Cidade como Arquitectura. Lisboa.

Redinha, J. (1963) A habitação tradicional em Angola, Aspectos da sua Evolução.

Reis, G. (2012). Paisagem Urbana. Uma Aproximação. Retrieved from <https://varandasvivas.blogspot.pt/2012/08/pais-agem-urbana.html>

Silva, I. M. N. da. (2000). Luanda – a cidade e a arquitetura. FAUP

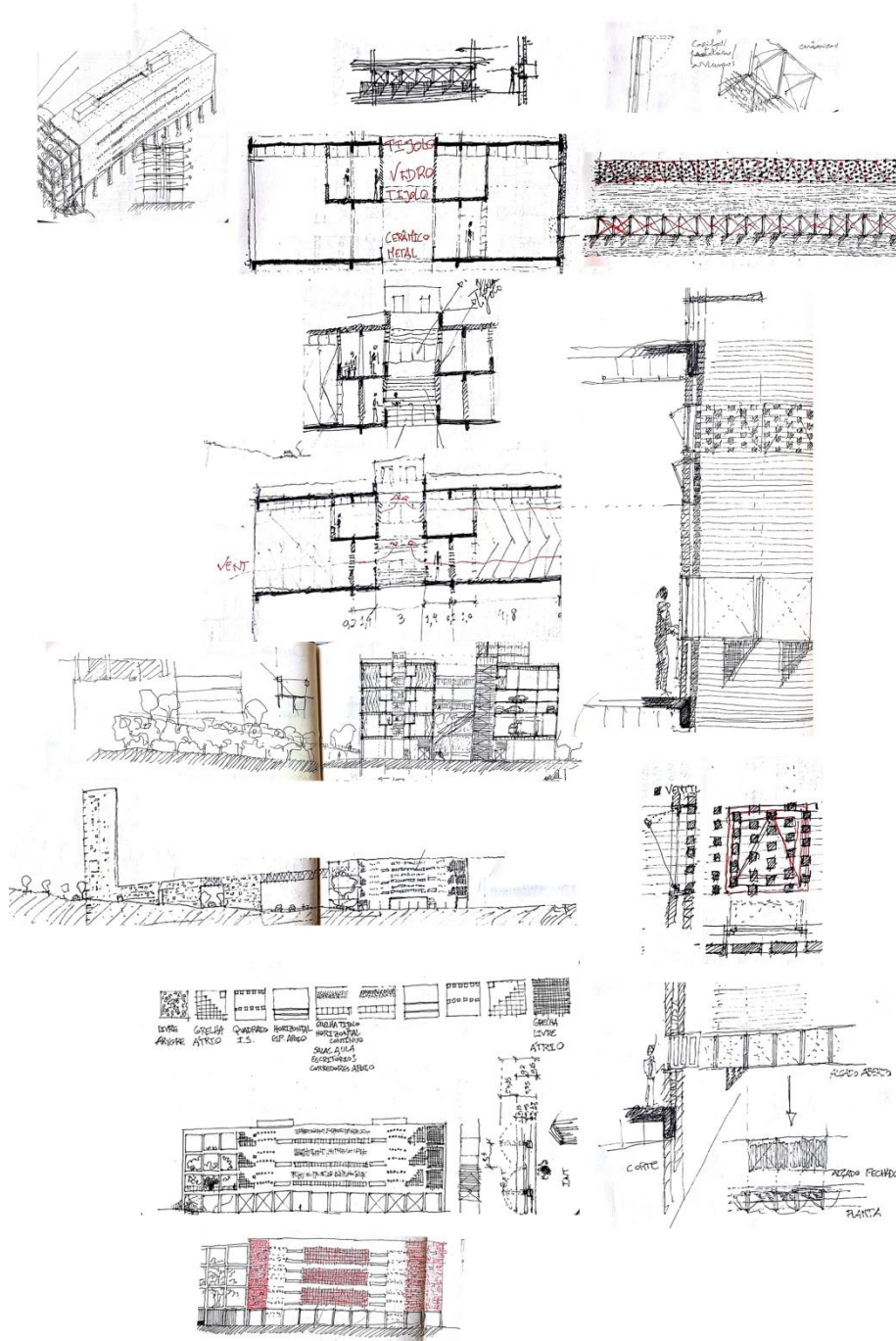
Tostões, A. (2014). Arquitetura Moderna em África: Angola e Moçambique, Caleidoscópio.

Trindade, Augusto José Pereira (2000). O Fenómeno Urbano na África Subsahariana: O caso de Luanda. Lisboa, ISCSP.

Venâncio, J., (2013). O Bairro Prenda em Luanda: Entre o formal e o informal. Porto, FAUP.



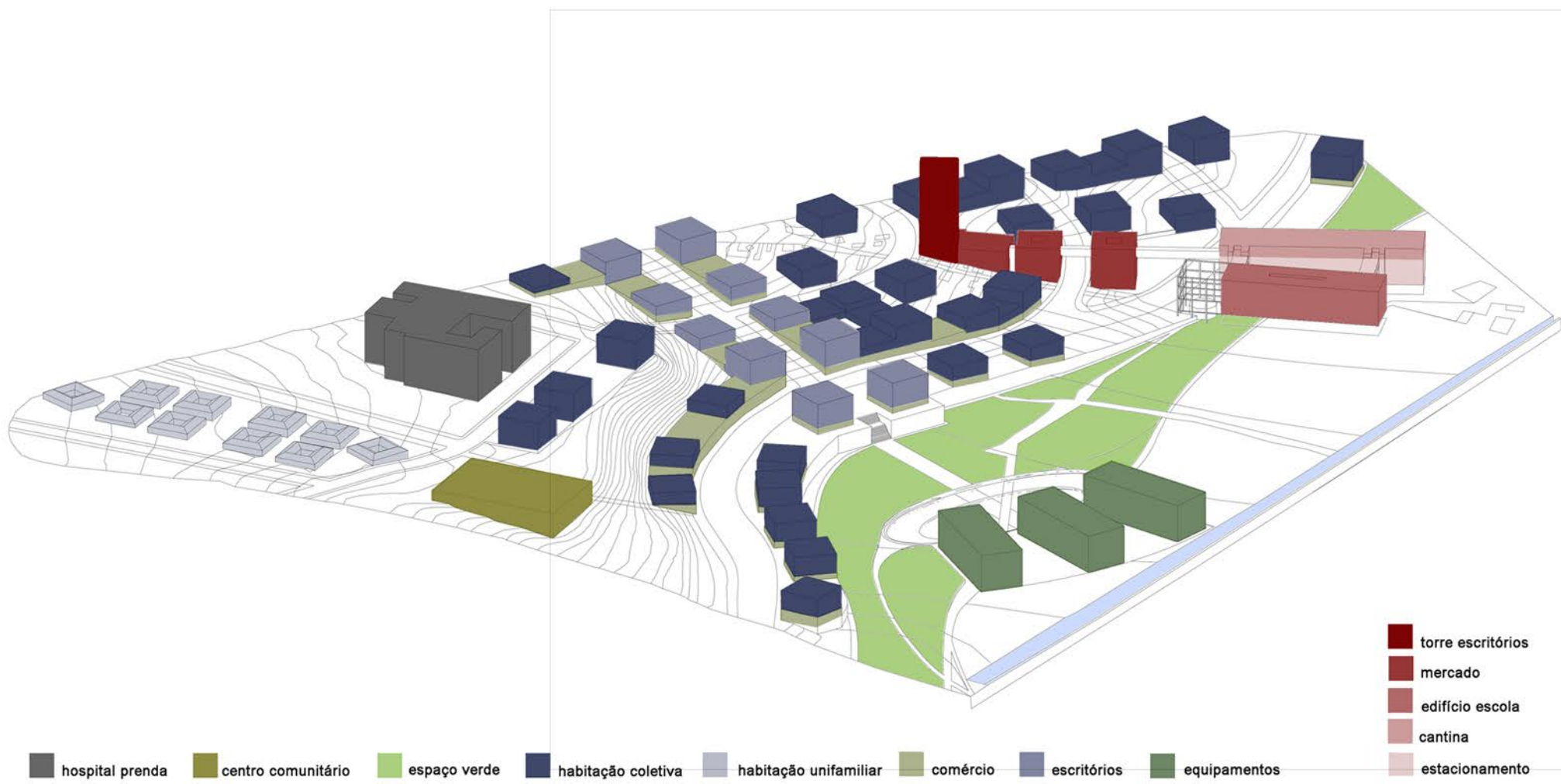
## 6.ANEXOS







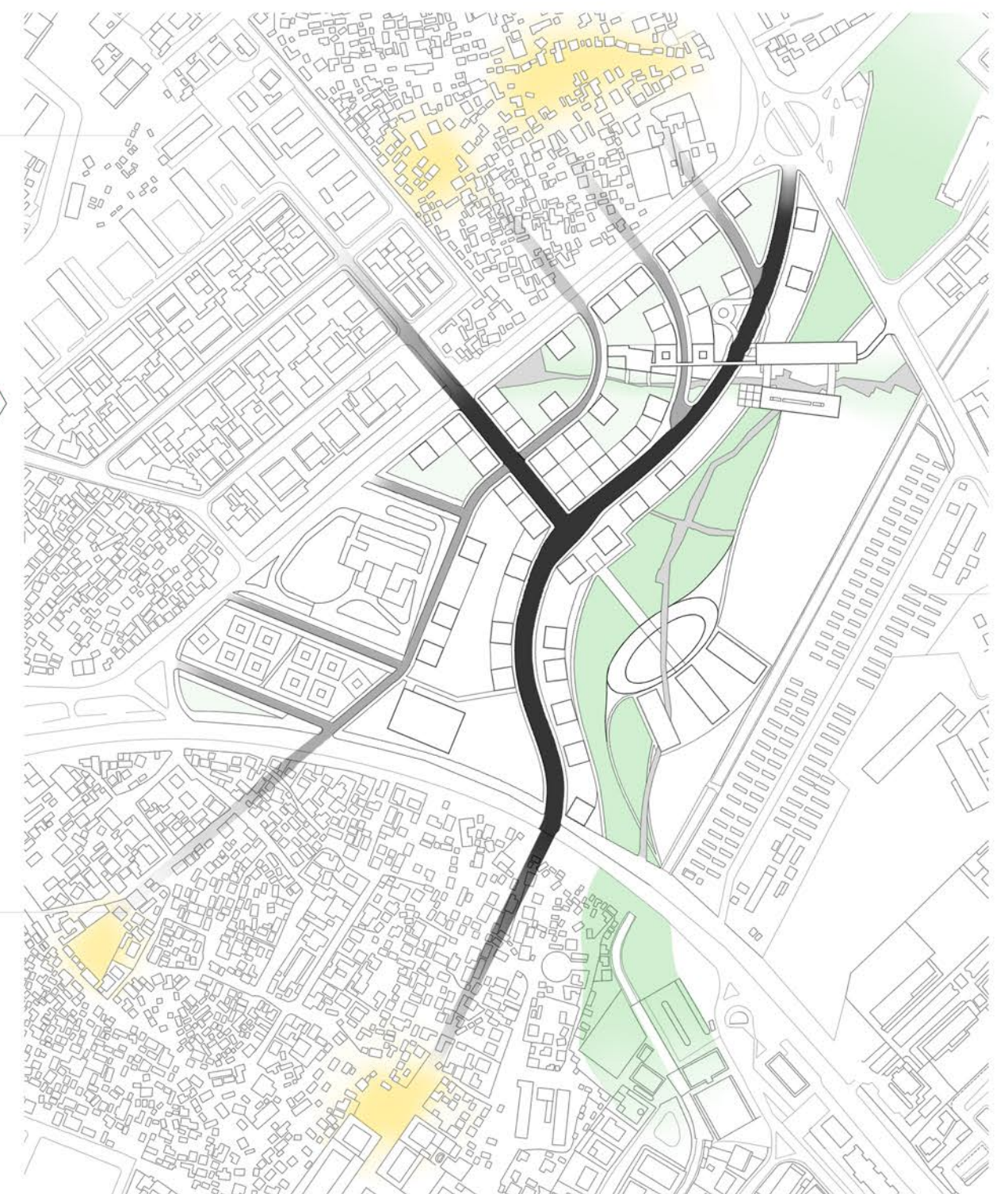
PLANTA LOCALIZAÇÃO  
ESCALA 1/10 000



AXONOMETRIA DA INTERVENÇÃO URBANA  
ESCALA 1/5 000

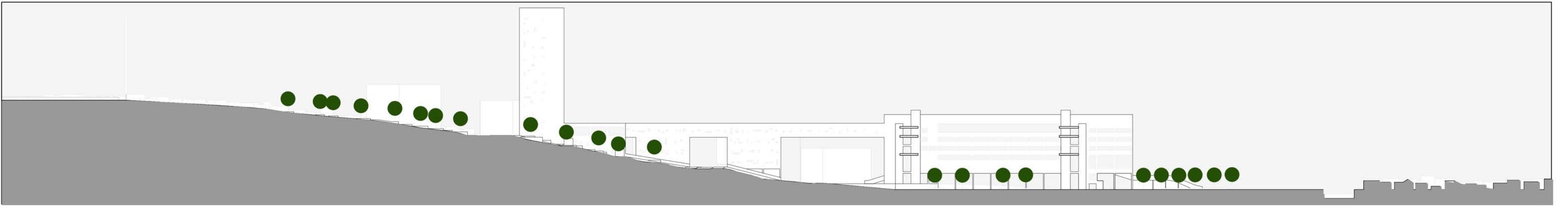


ESQUEMA DE COMPOSIÇÃO  
ESCALA 1/5 000



ESQUEMA DE ARTICULAÇÃO COM A ENVOLVENTE  
ESCALA 1/5 000





CORTE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1/1000

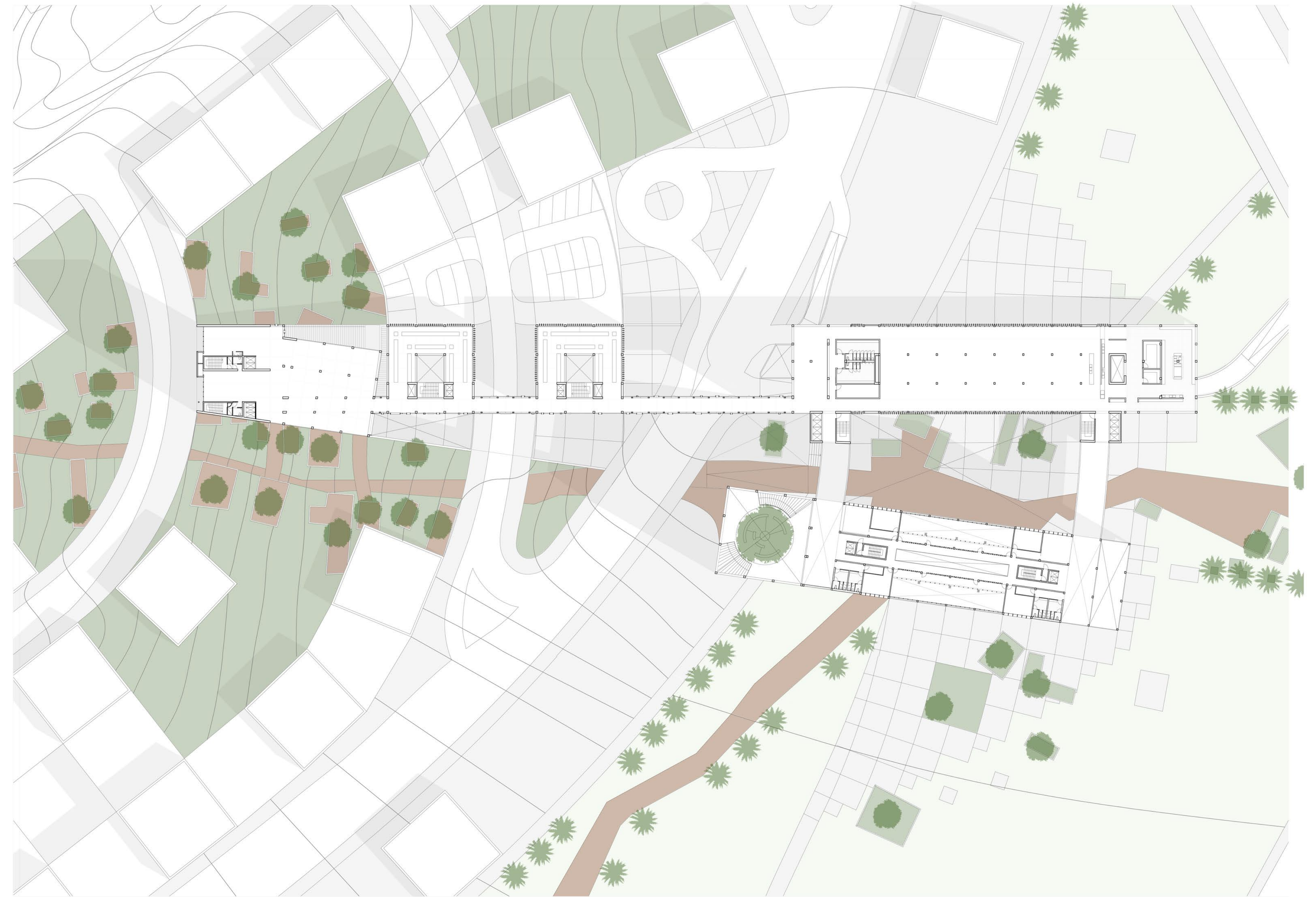


PLANTA IMPLANTAÇÃO  
ESCALA 1/1000

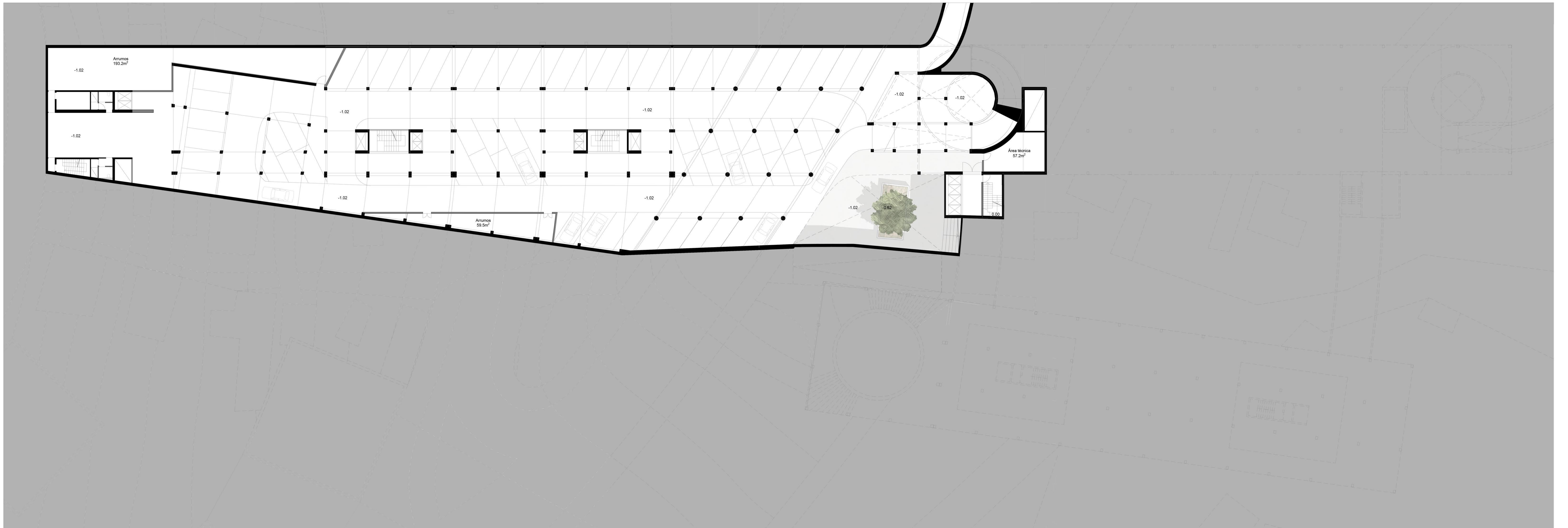




PLANTA NÍVEL PÚBLICO INFERIOR  
ESCALA 1/500

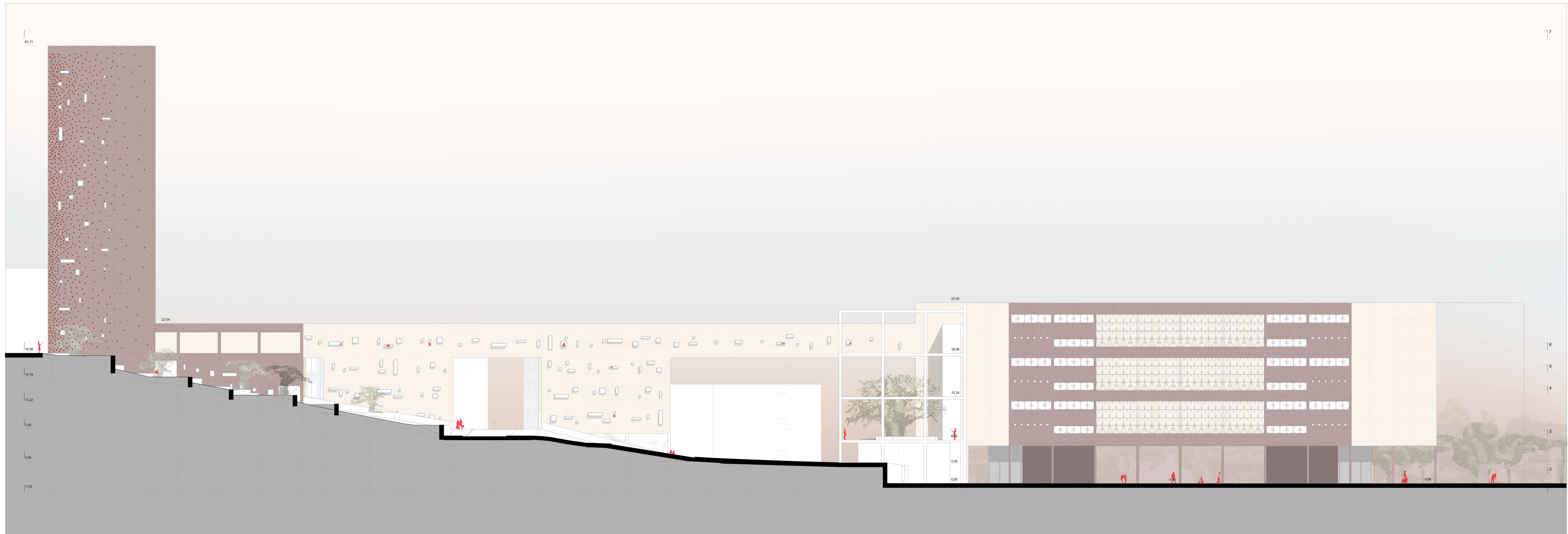


PLANTA NÍVEL PÚBLICO SUPERIOR  
ESCALA 1/500

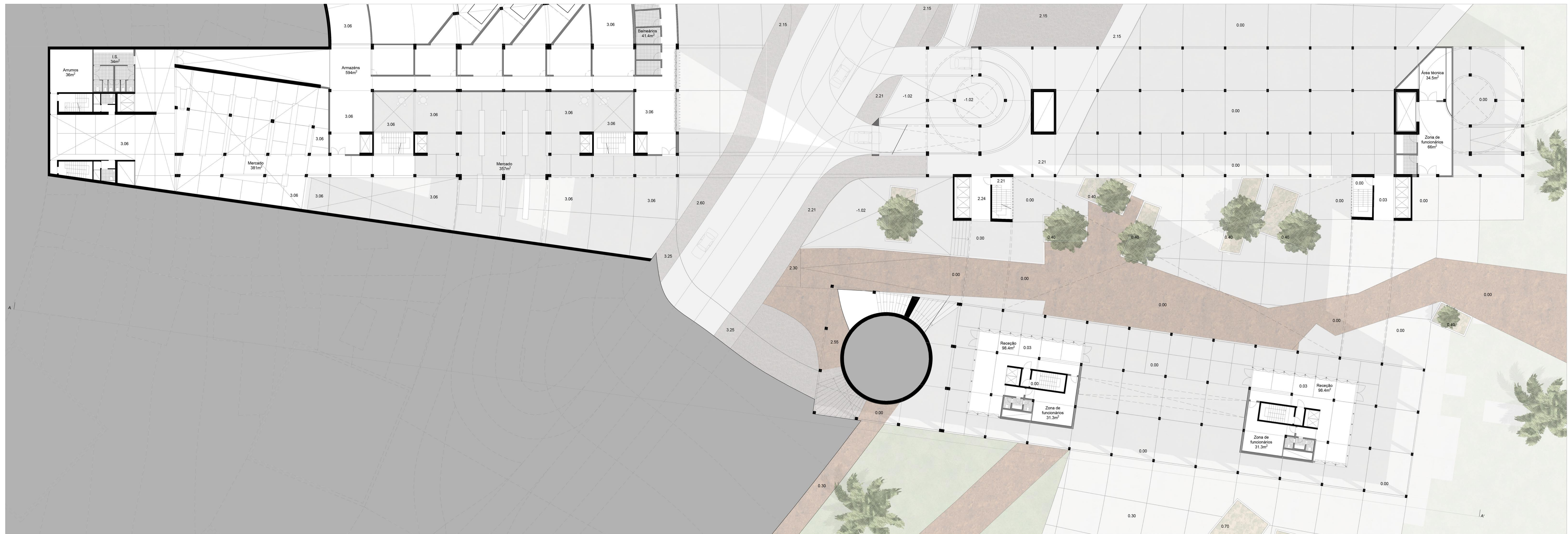


PLANTA 1  
ESCALA 1/200





CORTE AA  
ESCALA 1/200

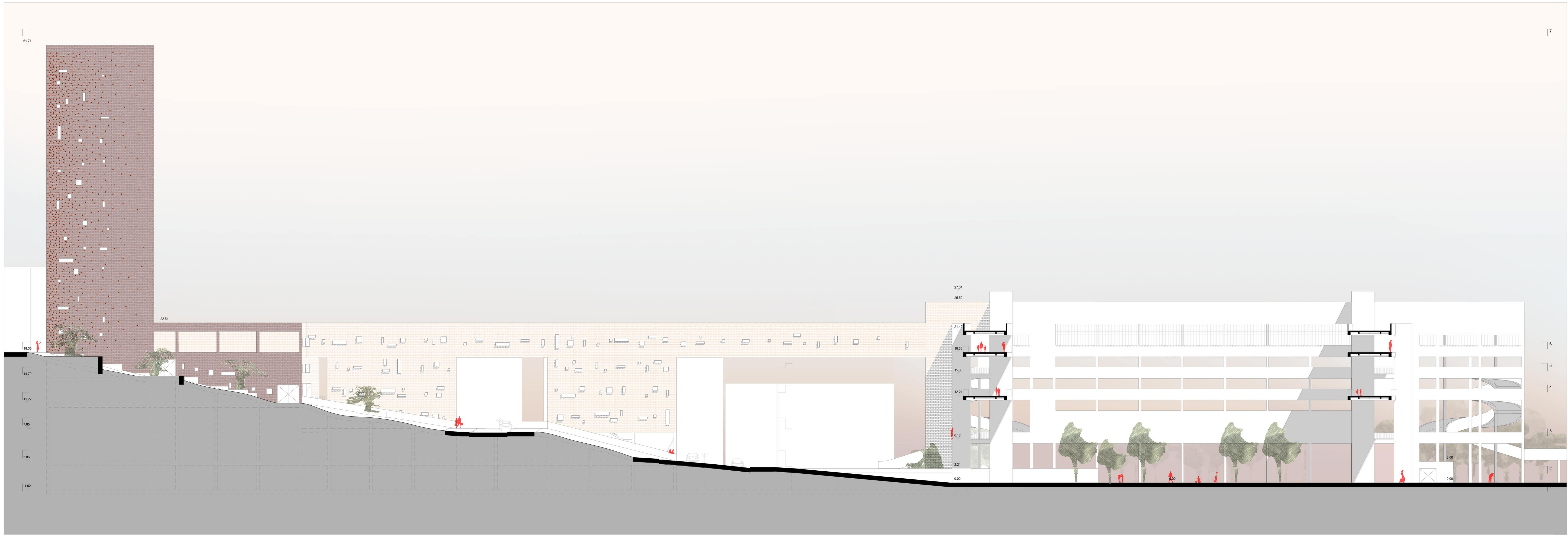


PLANTA 2  
ESCALA 1/200

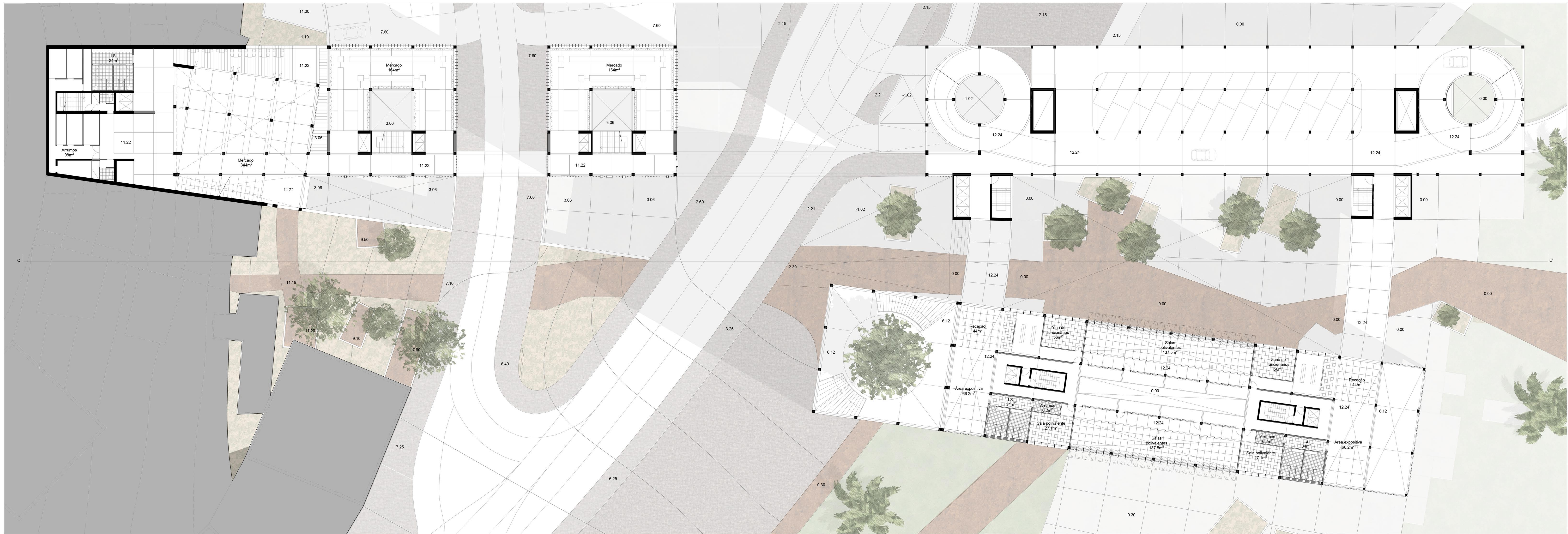






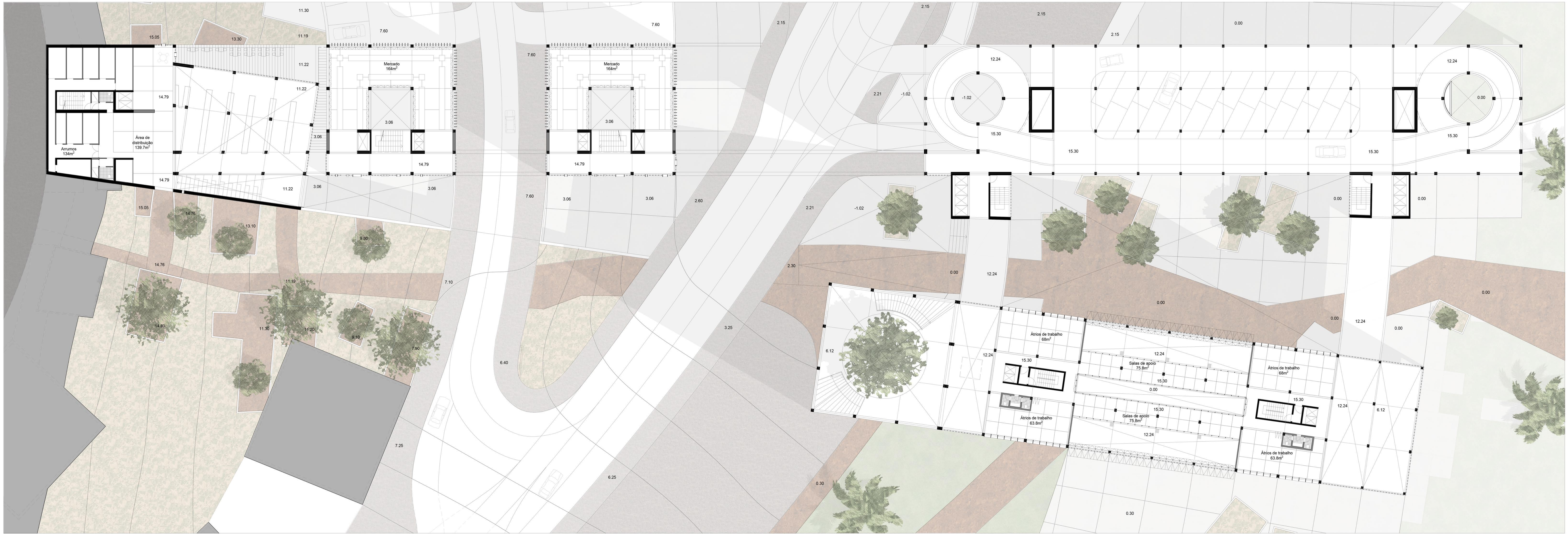


CORTE CC  
ESCALA 1/200

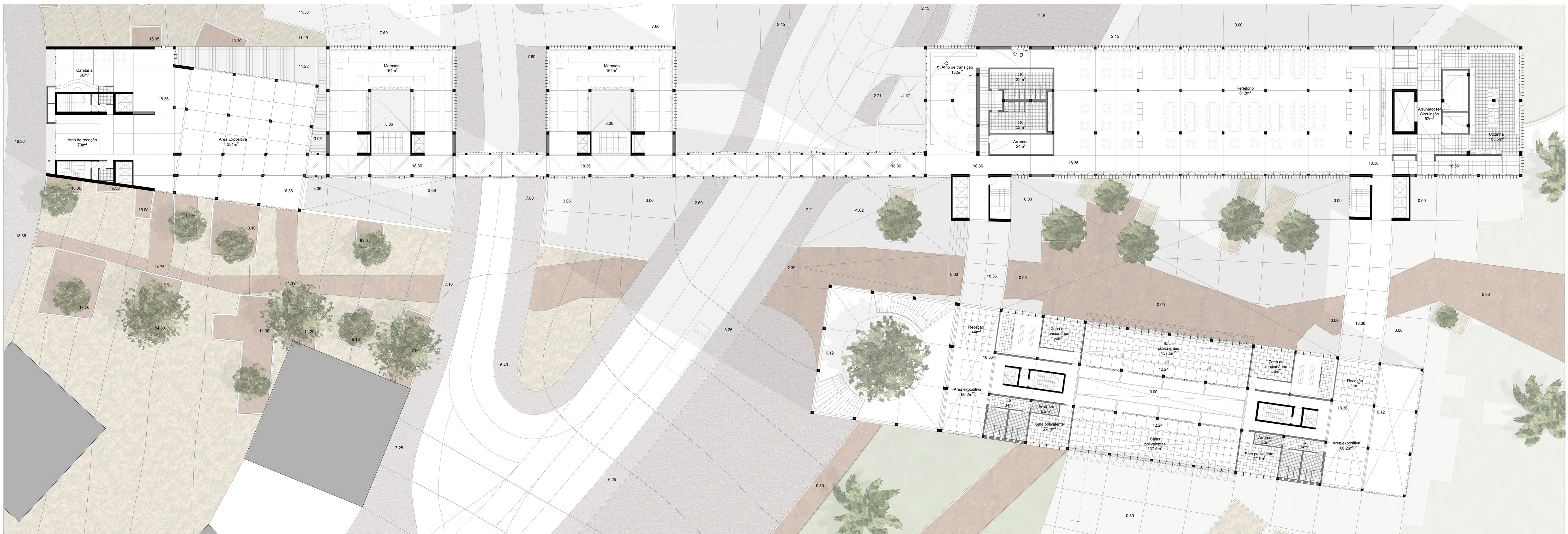


PLANTA 4  
ESCALA 1/200





PLANTA 5  
ESCALA 1:200

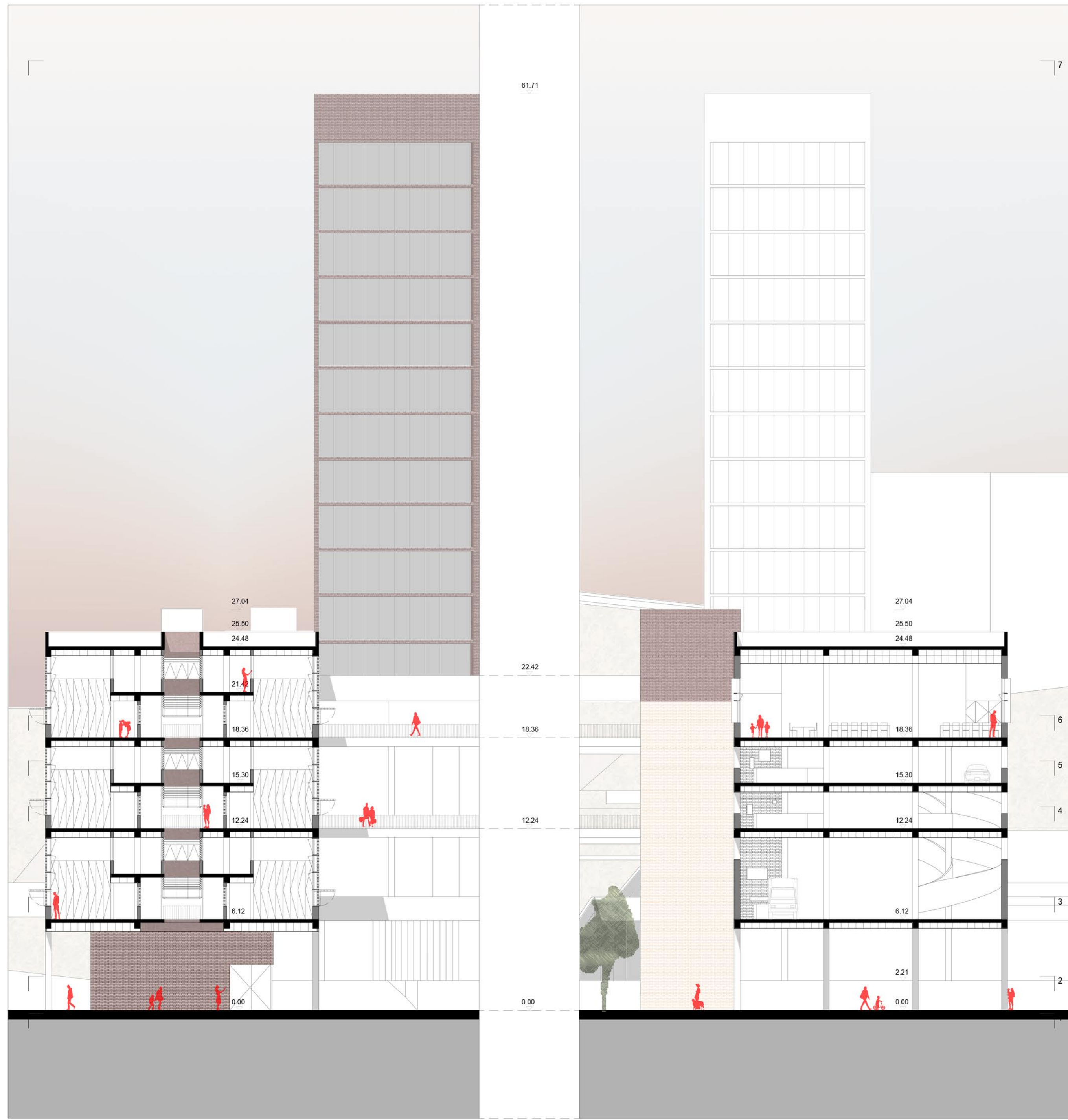


PLANTA 6  
ESCALA 1:200

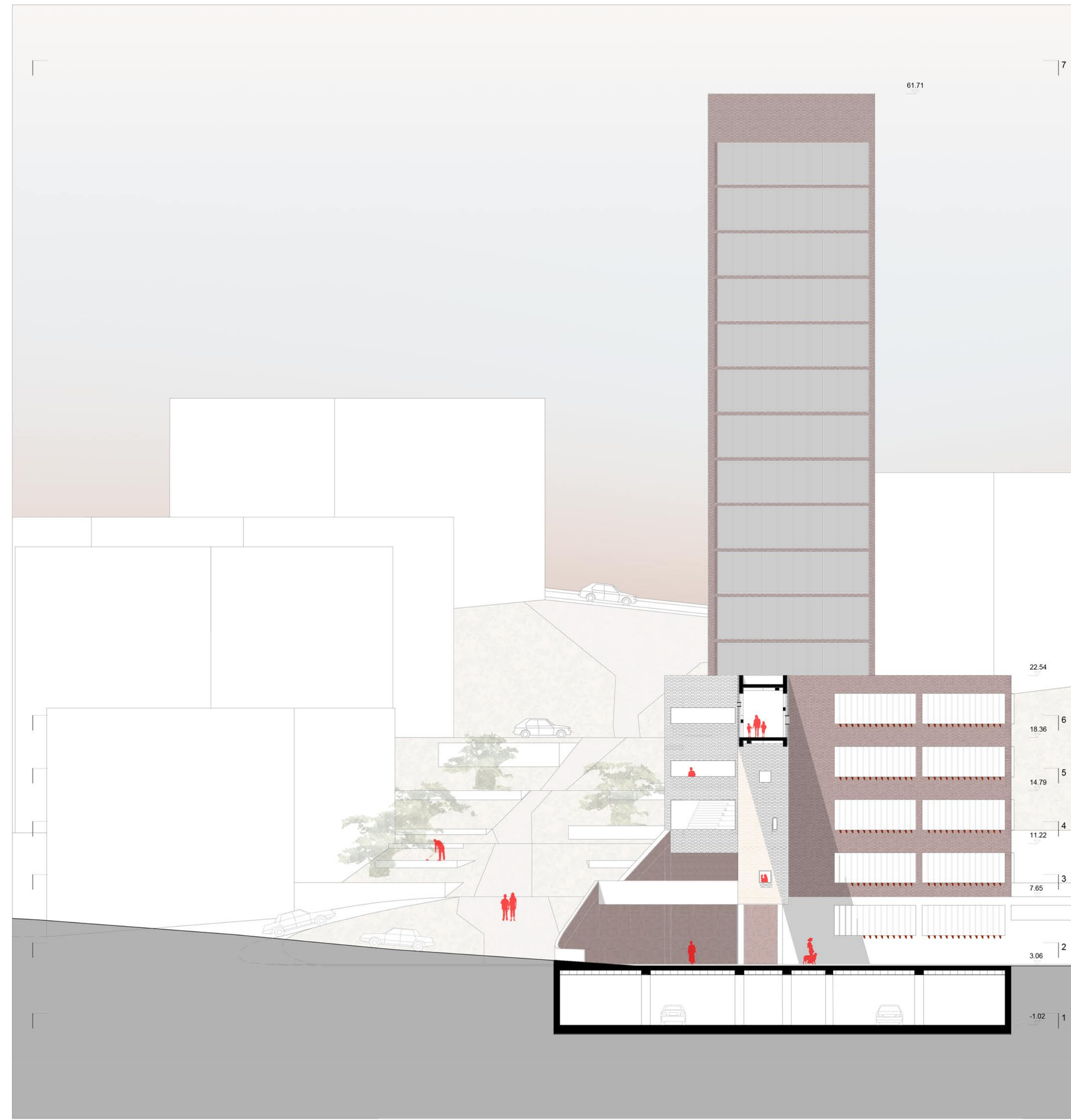




CORTE DD  
ESCALA 1/200



CORTE EE  
ESCALA 1/200

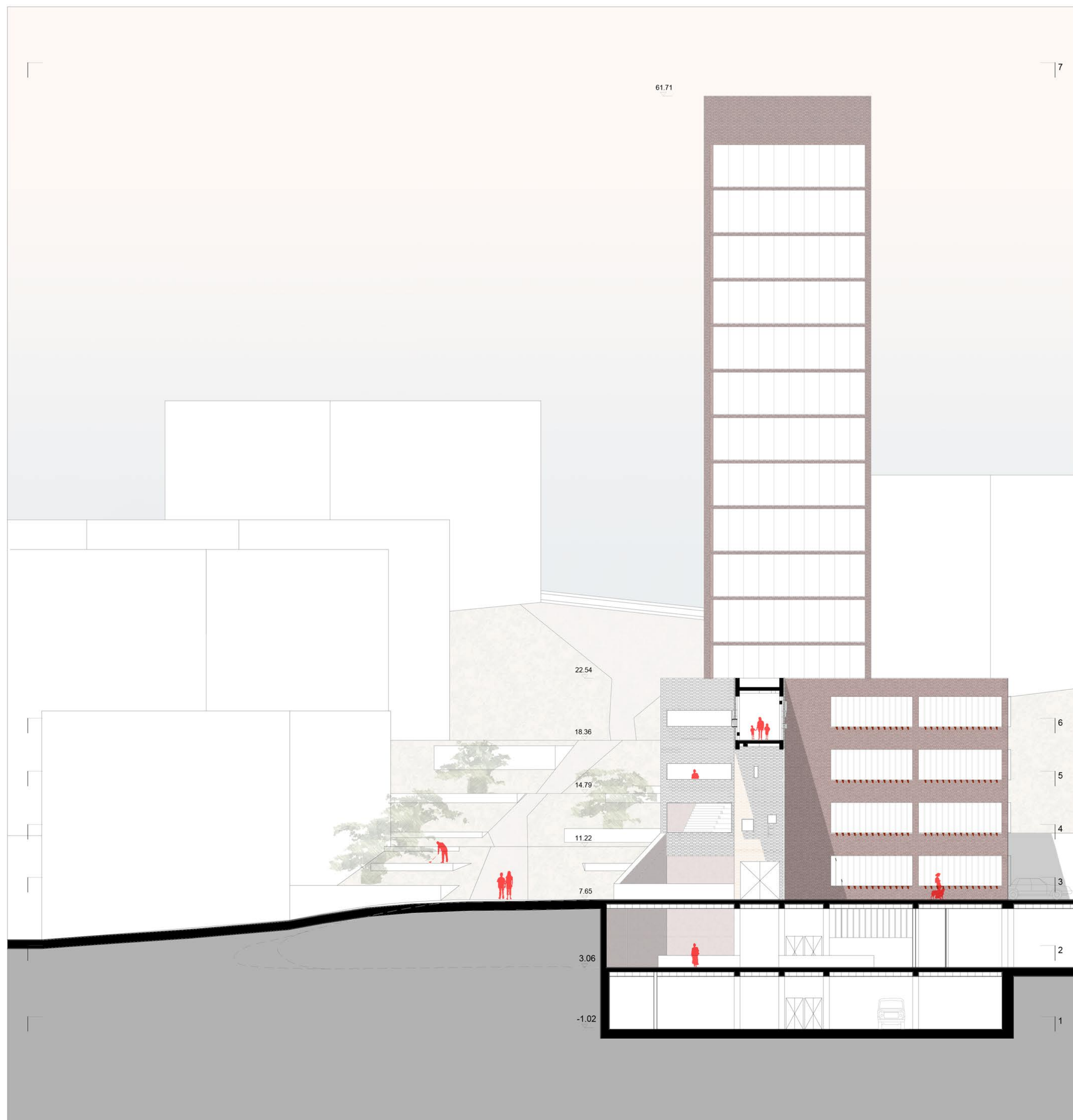


CORTE FF  
ESCALA 1/200

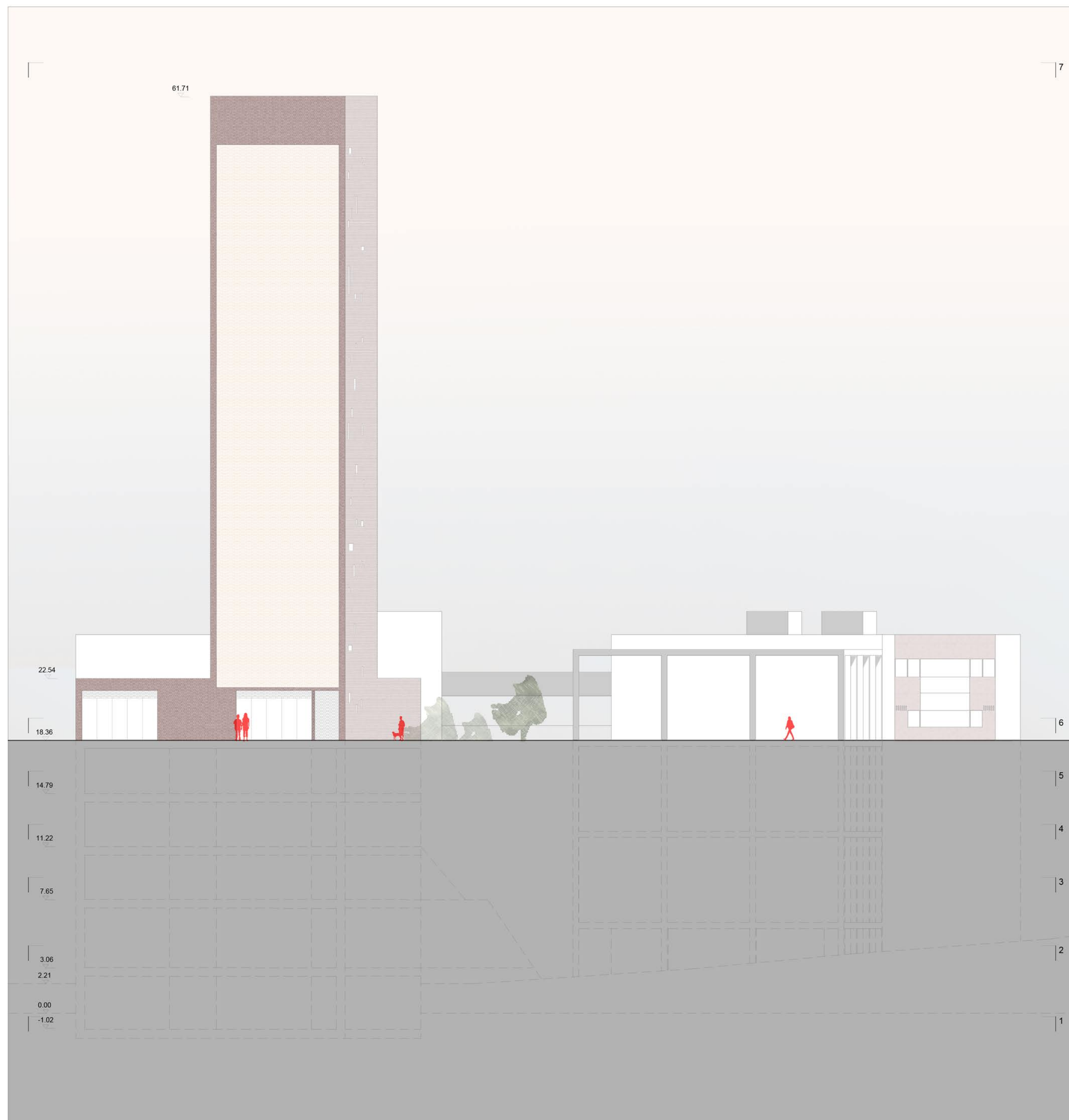


PLANTA 7  
ESCALA 1/200

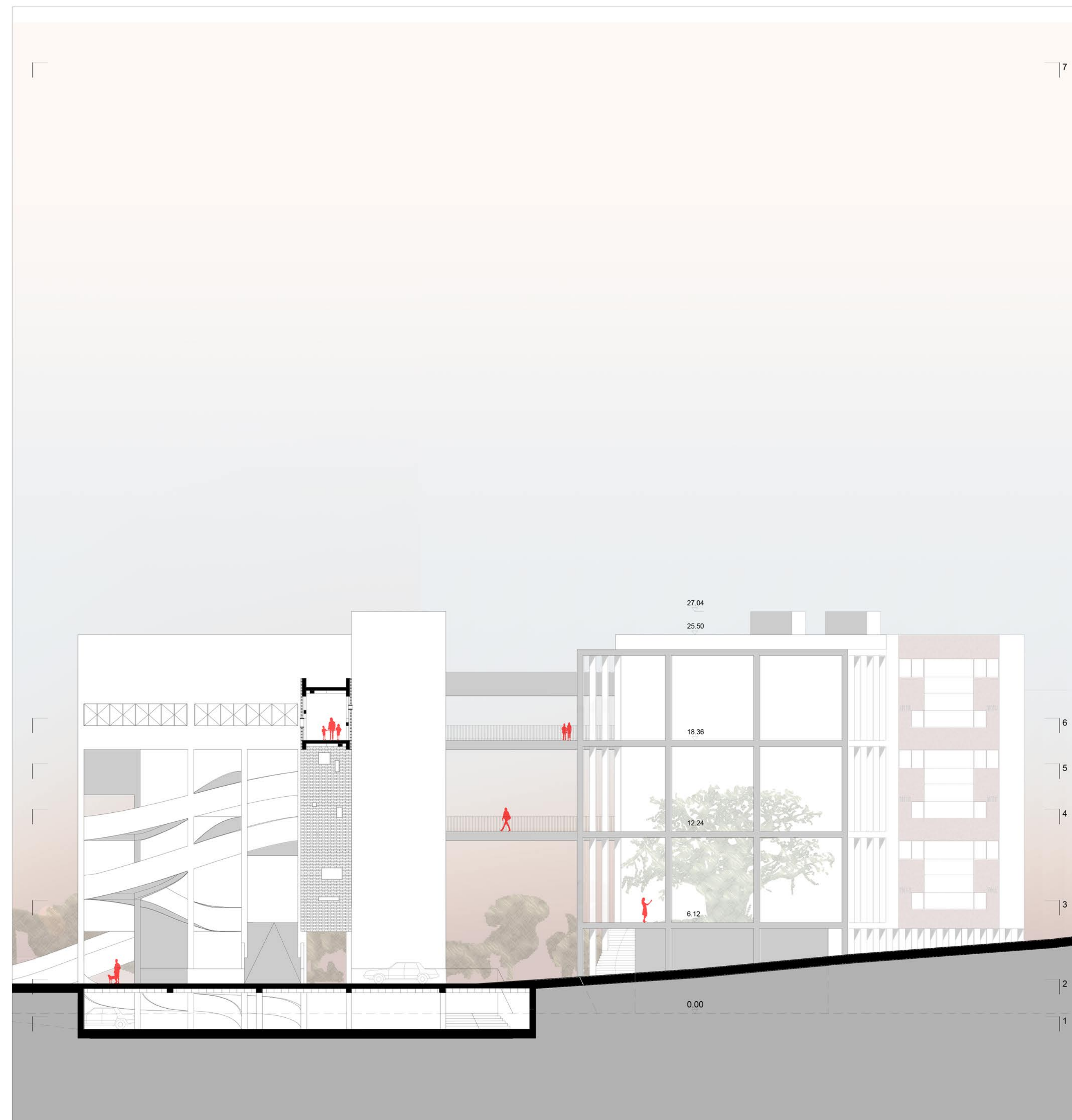




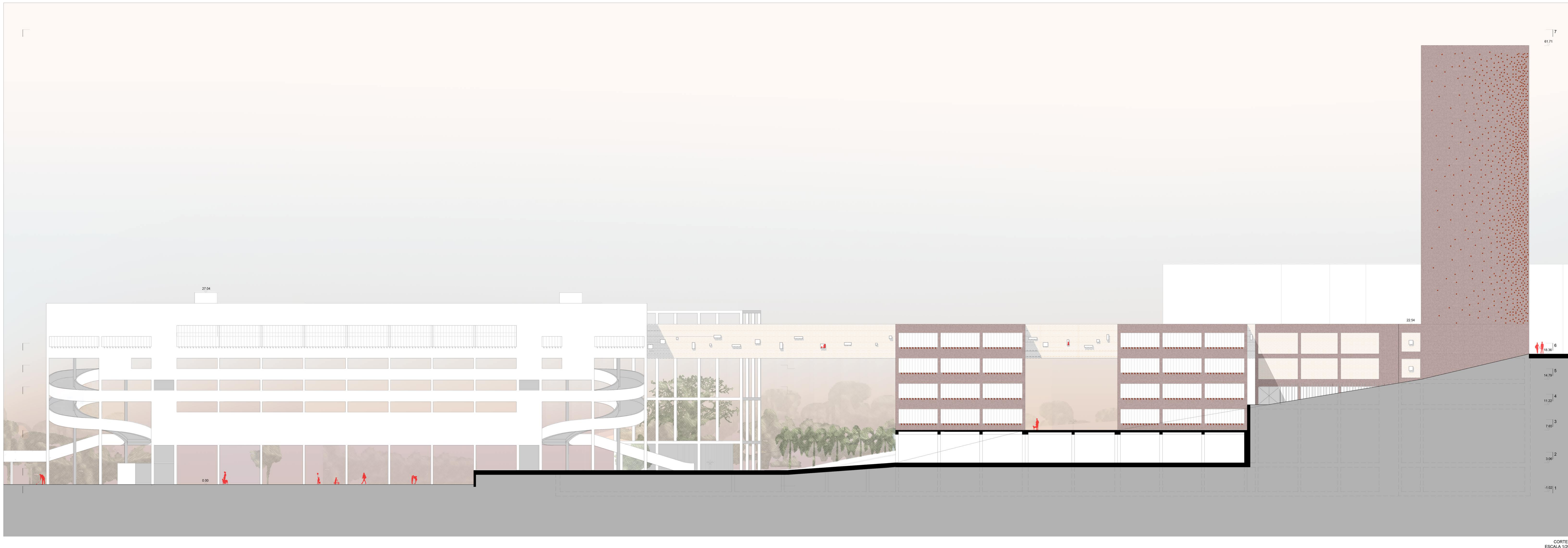
CORTE GG  
ESCALA 1:200



CORTE HH  
ESCALA 1:200

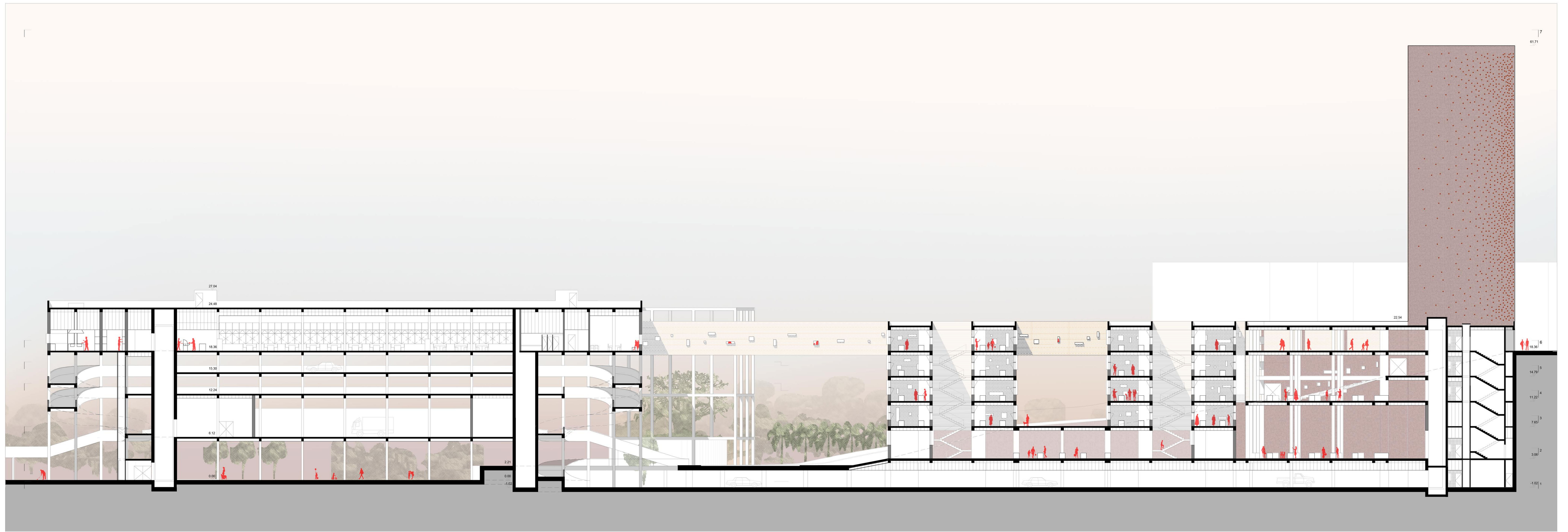


CORTE FF  
ESCALA 1:200

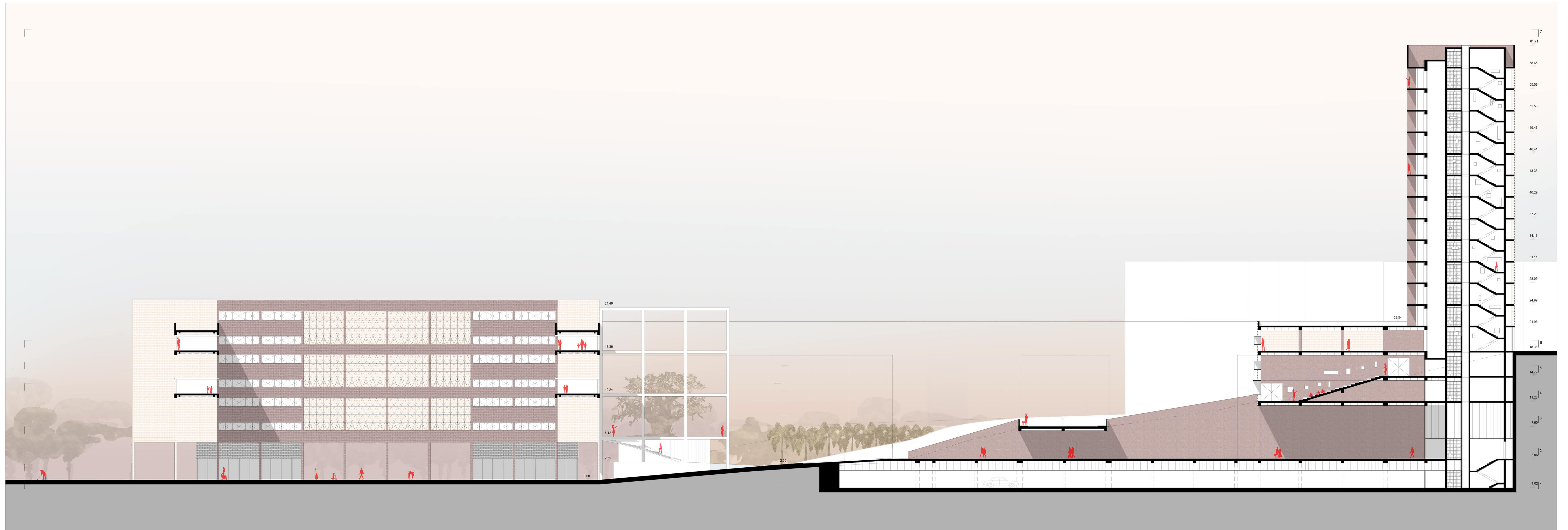


CORTE II  
ESCALA 1:200



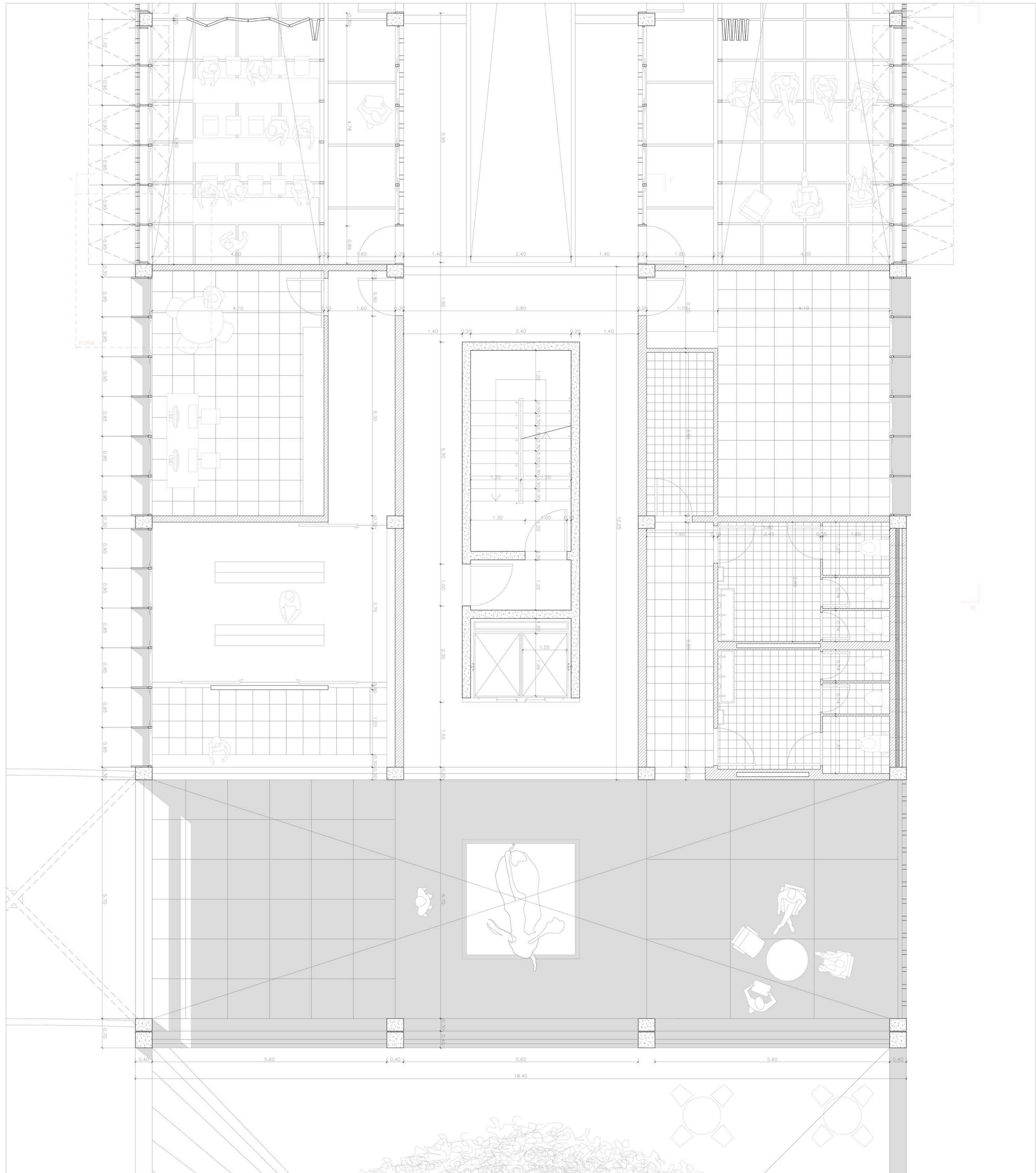


CORTE JJ  
ESCALA 1/200

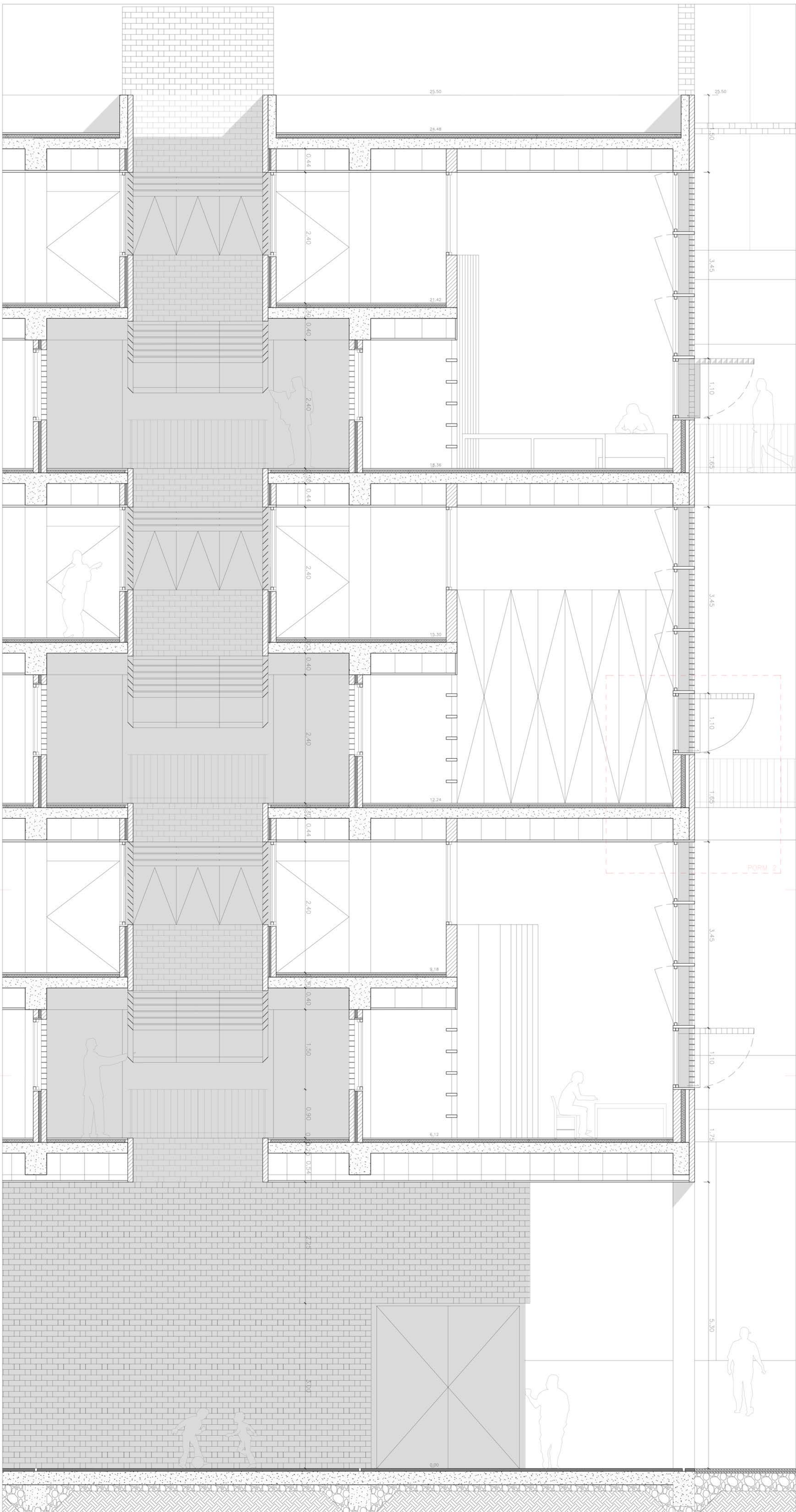


CORTE KK  
ESCALA 1/200

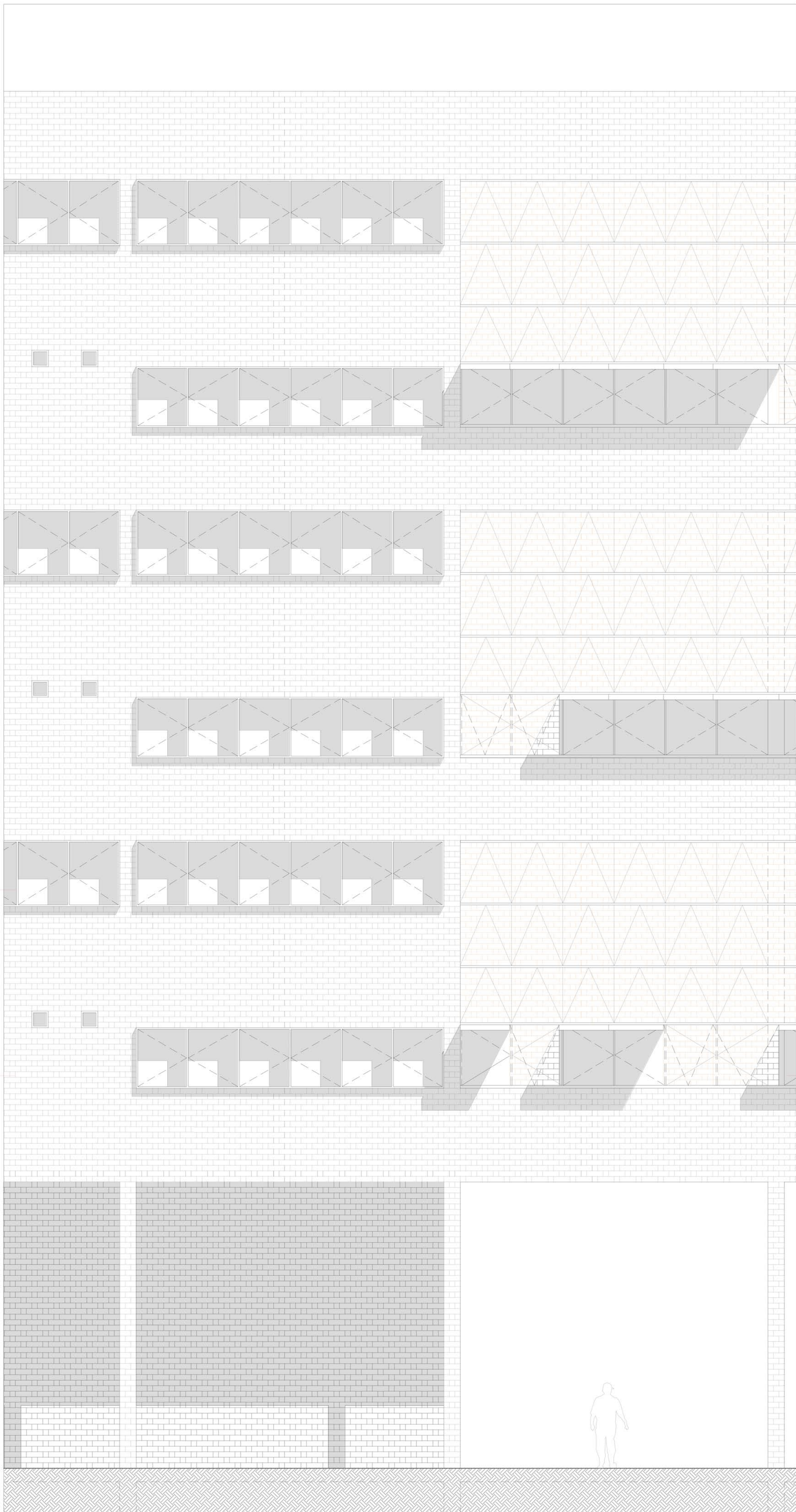




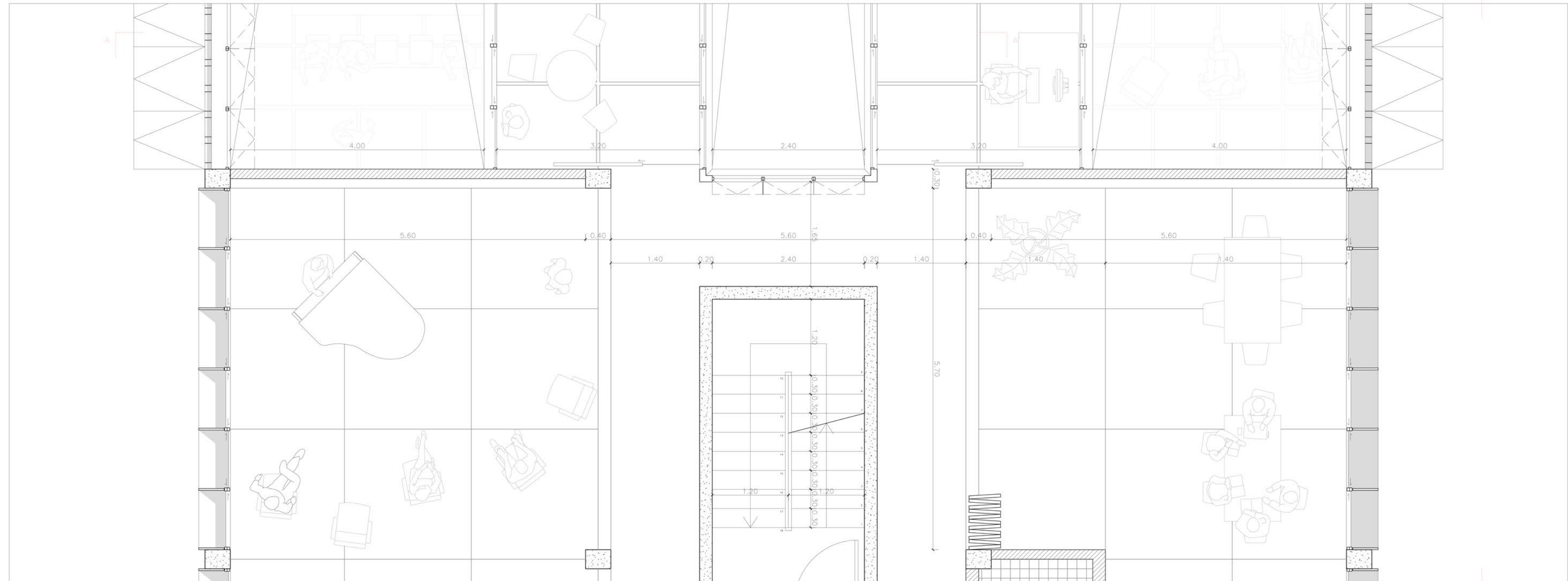
PLANTA 1  
ESCALA 1/50



CORTE TRANSVERSAL AA'  
ESCALA 1/20

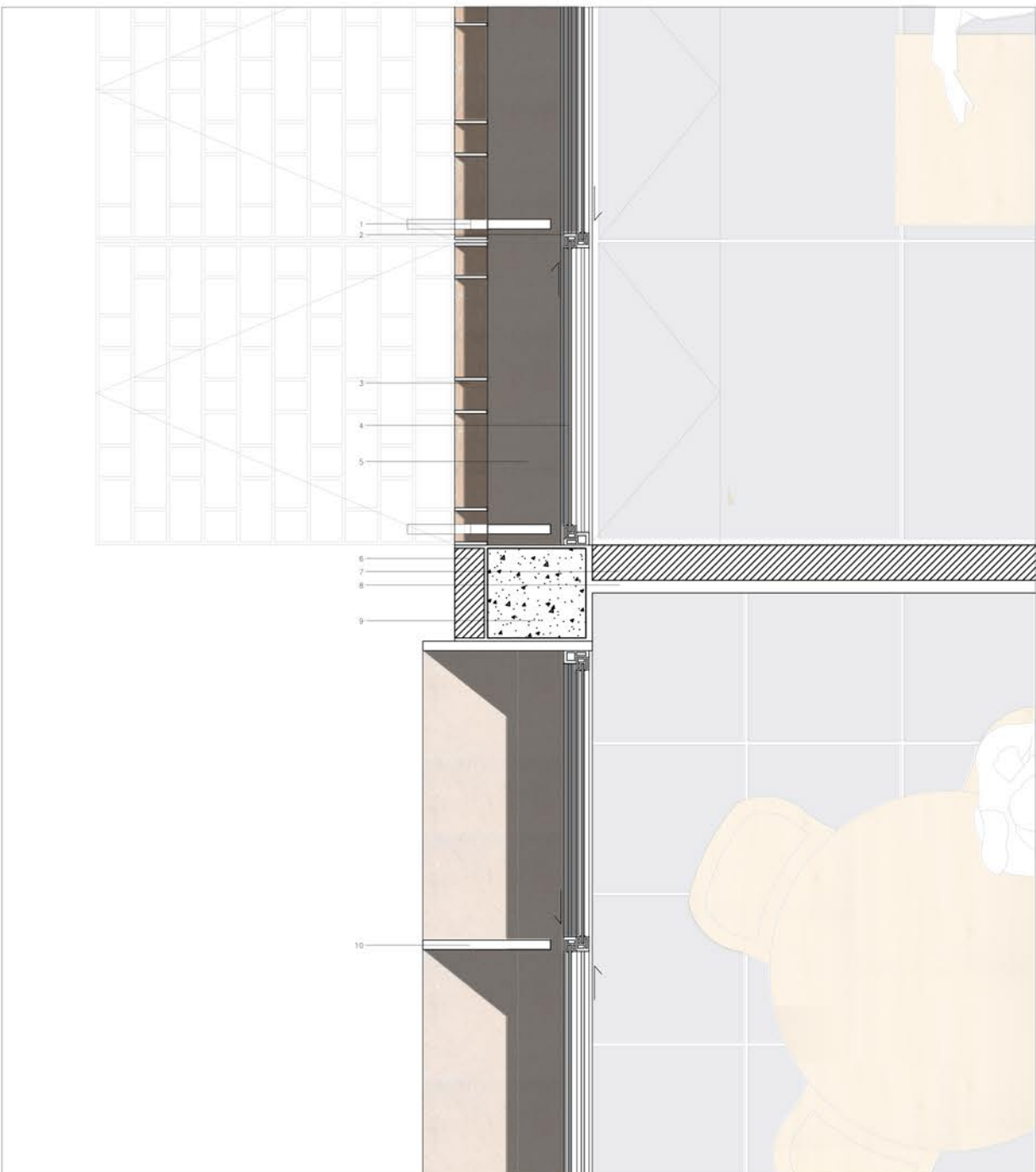


ALÇADO ESTE BB'  
ESCALA 1/20

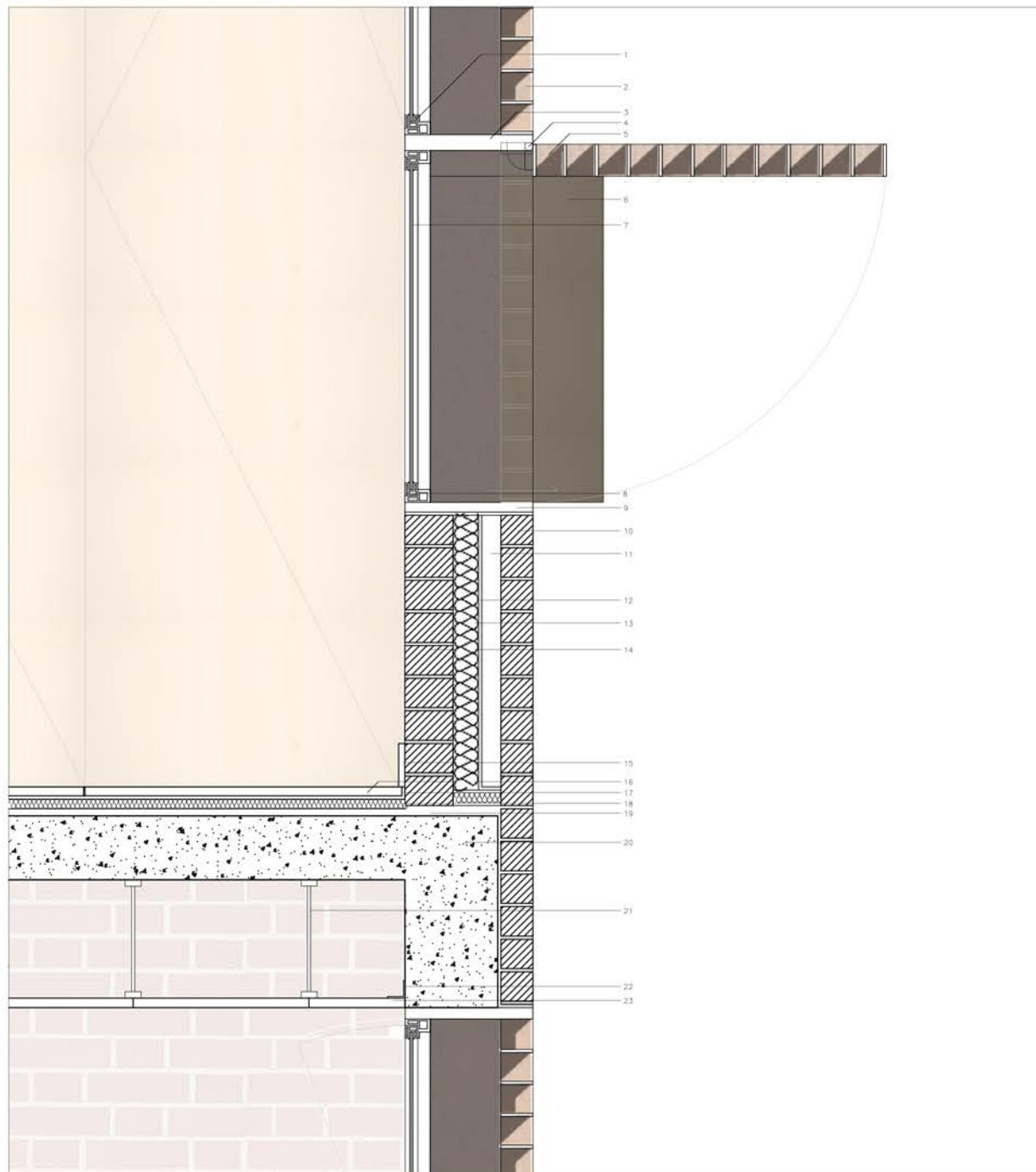


PLANTA 2  
ESCALA 1/50

- 1 Lâmina de suporte de correr em madeira
- 2 Caixa de proteção solar em alumínio
- 3 Grelha de proteção solar de botante cerâmica
- 4 Vidro duplo
- 5 Pielon cerâmica
- 6 Tijolo Utility aparente
- 7 Avenaria de tijolo
- 8 Estuque
- 9 Pilar de betão
- 10 Lâmina de proteção solar cerâmica



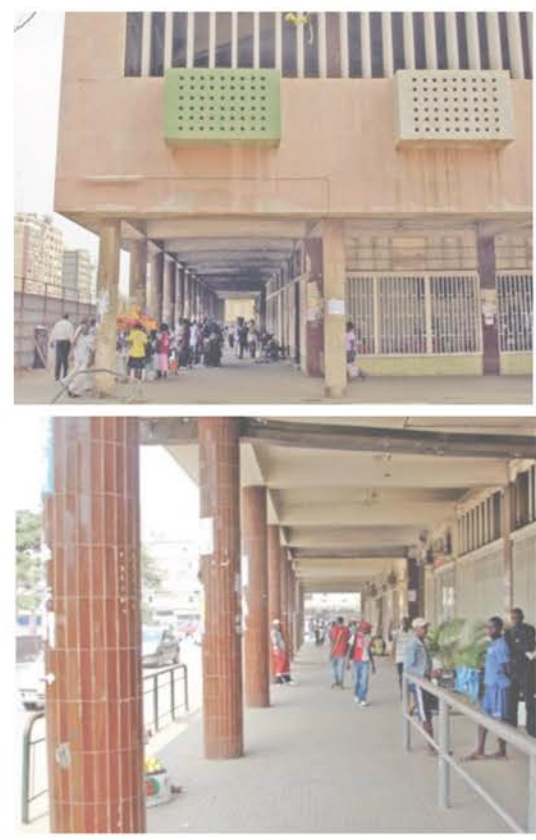
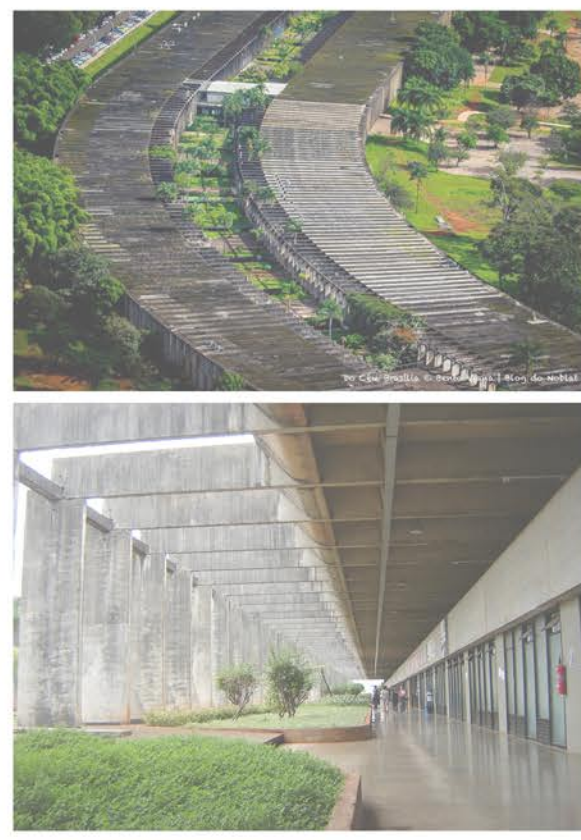
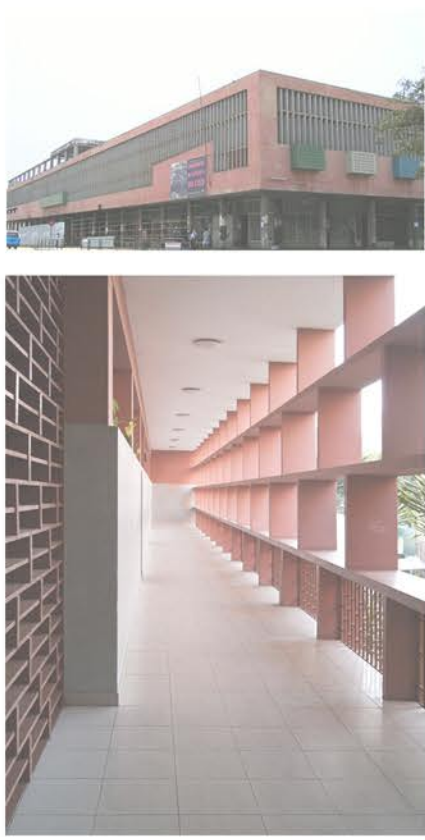
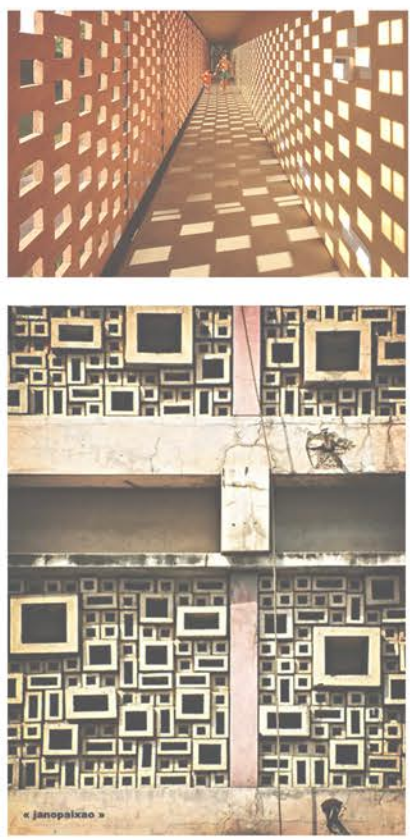
PORMENOR CONSTRUCTIVO 1  
ESCALA 1/20



PORMENOR CONSTRUCTIVO 2  
ESCALA 1/20

- 1 Caixa de proteção solar em alumínio
- 2 Grelha de proteção solar cerâmica fixa
- 3 Pielon cerâmica
- 4 Dobraçã
- 5 Grelha de proteção solar de botante cerâmica
- 6 Lâmina de suporte de correr em madeira
- 7 Vidro duplo
- 8 Caixa de proteção solar em alumínio
- 9 Pielon cerâmica
- 10 Tijolo Utility aparente
- 11 Caixa de ar
- 12 Teto de impermeabilização
- 13 Isolamento térmico
- 14 Plano interior de alvenaria
- 15 Rodapé de madeira
- 16 Pavimento em linóleo
- 17 Teto de impermeabilização
- 18 Isolamento térmico
- 19 Betão de regularização
- 20 Laje de betão
- 21 Estrutura suspensa
- 22 Cantoneira de apoio
- 23 Placa de gesso cartonado





REFERÊNCIAS - LINGUAGEM

REFERÊNCIAS - MORFOLOGIA

